



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**DESATANDO NÓS: UM OLHAR LINGUÍSTICO-DISCURSIVO SOBRE
GÊNERO SOCIAL A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DE
AUTORES (AS) E VÍTIMAS DE CRIMES PASSIONAIS**

Letícia Leal Lima

Brasília/DF

2019

Letícia Leal Lima

**DESATANDO NÓS: UM OLHAR LINGUÍSTICO-DISCURSIVO SOBRE
GÊNERO SOCIAL A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DE
AUTORES (AS) E VÍTIMAS DE CRIMES PASSIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Profa. Doutora Francisca Cordelia Oliveira da Silva

Brasília/DF

2019

À Ester, inspiração de coragem, força, resiliência e amor.

À Lidiane e ao Léo, inspirações de bondade, lealdade e alegria.

Ao Theo, que amo profundamente.

Ao Snow, que esteve ao meu lado e me deu forças e carinho por toda essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Ester, a pessoa mais corajosa e determinada que conheço, que me deu forças e muito amor em todas as etapas da realização desse sonho, sem ela nada disso seria possível.

Agradeço aos meus irmãos, Lidiane e Leonardo, que estiveram comigo toda a minha vida e são a melhor parte de mim.

Agradeço ao meu sobrinho Theo que hoje tem boa parte do meu coração.

Agradeço em especial à Professora Doutora Francisca Cordelia por ser mais que uma orientadora, por ser uma amiga, e ter me ajudado em todos os momentos dessa pesquisa, com sabedoria, paciência e carinho sempre, se preocupando comigo e fazendo com que eu me sentisse no lugar certo.

Agradeço à Juliana que foi minha companheira em todos os momentos desse mestrado, a melhor parceira na realização de artigos, minha amiga de todas as horas, desde minhas dúvidas teóricas até as minhas ponderações sobre a vida.

Agradeço aos meus amigos, Muller, Aline, Joyce e Thalles, que sempre estão ao meu lado, me apoiam, torcem por mim e fazem com que eu seja uma pessoa melhor a cada dia.

Agradeço à Professora Doutora Janaína de Aquino Ferraz pelas preciosas contribuições e orientações para a continuidade deste trabalho.

Agradeço à Professora Doutora Veruska Ribeiro Machado por ter contribuído com esta pesquisa por meio de orientações significativas para seu aperfeiçoamento.

Agradeço a todos os professores e colegas que me ensinaram tanto e me fizeram amar, ainda mais, esse campo de pesquisa.

Agradeço à Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística por terem me acolhido de forma tão generosa e por terem oportunizado a realização do curso de Mestrado em Linguística.

"[...] No dia em que for possível à mulher amar em sua força, não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma mas para se encontrar, não para se demitir, mas para se afirmar, nesse dia o amor se tornará para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal. Enquanto isso não acontece, ele resume sob sua forma mais patética a maldição que pesa sobre a mulher encerrada no universo feminino, a mulher mutilada, incapaz de se bastar a si mesma. As numerosas mártires do amor testemunharam contra a injustiça de um destino que lhes propõe, como derradeira salvação, um inferno estéril."

Simone de Beauvoir, 2016, p. 490

RESUMO

Esta dissertação trata da representação midiática baseada nos papéis sociais de gênero. O objetivo principal desta pesquisa é analisar, de forma textualmente orientada, reportagens jornalísticas e refletir sobre as representações construídas, ideologicamente, pela mídia, acerca dos gêneros sociais, no contexto de publicações, em diferentes momentos históricos da sociedade brasileira, que tratam de homens e mulheres que cometeram ou sofreram crimes passionais. Como recorte de pesquisa, selecionei quatro reportagens jornalísticas veiculadas em 1979, 1983, 2010 e 2012, as duas primeiras publicadas em jornais e as duas últimas na revista *Veja*. Para seu desenvolvimento, situo meu estudo no eixo teórico da Análise de Discurso Crítica – ADC (FAIRCLOUGH, 2003 e 2016), pois considero os discursos midiáticos, acerca de crimes passionais, como parte de práticas sociais vinculadas à violência de gênero, perpassada por ideologias. Em diálogo com a ADC, alicerço minha pesquisa em outros conceitos teóricos, sendo os principais os encontrados na Representação de Atores Sociais, proposta por van Leeuwen (1997) e nos estudos sobre poder e ideologia (THOMPSON, 2011 e CHAÚÍ, 1982), gêneros sociais (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995 e LAZAR, 2007), mídia e modernidade (ABRAMO, 2016; MOTTA, 2002; BOURDIEU, 2017; GIDDENS, 2012 e COUTINHO, 2008) e crimes passionais (ELUF, 2003 e CRISÓSTOMO, 2013). Metodologicamente, adoto a abordagem qualitativa e as categorias de análise baseadas na ADC; na Representação de Atores sociais e nos Modos de operação da ideologia. Este trabalho pretende contribuir para processos de transformação social por meio da identificação de representações de papéis sociais, naturalizadas pela mídia, que legitimam assimetrias estruturais e excluem com base no gênero social, culpabilizando as vítimas de crimes passionais, quando estas são mulheres e convertendo os autores dos crimes em vítimas, quando estes são homens.

Palavras-chave: Papéis sociais de gênero; Análise do Discurso Crítica; Ideologia e hegemonia; Meios de comunicação de massa e Crimes passionais.

ABSTRACT

This dissertation studies the media representation based on the social roles of gender. This research's main goal is to analyze news stories in a textually oriented manner and make a reflection on the representations that were ideologically built by the media about social genders, in the context of publications, in different historical moments of the Brazilian society, related to men and women that committed or suffered crimes of passion. As a research cut, I selected four news stories that were exposed in 1980, 1983, 2010 and 2012, with the first two published in newspapers and the last two at the *Veja* magazine. For its development, I situate my study in the theoretical axis of the Critical Discourse Analysis – CDA (FAIRCLOUGH, 2016 and 2003), since I consider media speeches about crimes of passion as part of the social practice, linked to gender violence, unfolded by ideologies. In dialogue with CDA, I ground my research in other theoretical concepts, with the main ones found in the Representation of Social Actors, proposed by Leeuwen (1997) and in the studies about power and ideology (THOMPSON, 2011 and CHAUI 1982), social genders (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995 and LAZAR, 2007), media and modernity (ABRAMO, 2016; MOTTA, 2002; BOURDIEU, 2017; GIDDENS, 2012 and COUTINHO, 2008) and crimes of passion (ELUF, 2003 and CRISÓSTOMO, 2013). Methodologically, I adopt the qualitative approach and the analysis categories based on the CDA (2003); in the Representation of Social Actors and in the *modus operandi* of the ideology. This work intends to contribute with the social transformation processes through the identification of representation of social roles, naturalized by the media, which legitimate structural asymmetries and exclude based on social gender, blaming the victims of crimes of passion, when they are women, and victimizing the authors, when they are men.

Keywords: Social roles of gender; Critical Discourse Analysis; Ideology and Hegemony; mass media and crimes of passion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Relação das mulheres com seus agressores.....	14
Figura 02 - Momentos da prática social segundo Chouliaraki e Fairclough (1999).....	47
Figura 03 - Entra em cena, Doca, o amante arrependido.....	74
Figura 04 - Show em Cabo Frio.....	76
Figura 05 – Em julgamento: o crime de Dorinha Duval	84
Figura 06 – O suspeito número 1	93
Figura 07 – “Era uma orgia só”	99
Figura 08 – Sexo, ameaças e mistério.....	99
Figura 09 - O fim do conto de fadas.....	102
Figura 10 – O tronco é a parte mais difícil.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Formas de poder.....	35
Quadro 02 - Homicídio.....	39
Quadro 03 - Categorias analíticas da representação de atores sociais.....	52
Quadro 04 - Modos de operação da ideologia.....	58
Quadro 05 - Categorias analíticas.....	69
Quadro 06 – Atores e Atrizes sociais incluídas no texto I.....	74
Quadro 07 - Expressões vocabulares associadas a Doca Street e a Ângela Diniz.....	82
Quadro 08 - Atores e Atrizes Sociais incluídas no Texto II.....	84
Quadro 09 - Expressões vocabulares associadas a Dorinha Duval e Paulo César Garcia de Alcântara.....	87
Quadro 10 - Atores e Atrizes Sociais incluídas no Texto III	94
Quadro 11 - Expressões vocabulares associadas a Bruno Fernandes e a Eliza Samudio.....	99
Quadro 12 - Atores e Atrizes Sociais incluídas no Texto IV.....	103
Quadro 13 - Expressões vocabulares associadas a Marcos Matsunaga e a Elize Matsunaga.....	106
Quadro 14 - Representações femininas associadas à moral sexual.....	111
Quadro 15- Representações femininas associadas à culpa.....	111
Quadro 16 – Representações sociais associadas ao gênero social.....	114
Quadro 17 – Representações associadas ao gênero social por meio de imagens que ilustram as reportagens.....	116

LISTA DE SIGLAS

ADC - Análise de Discurso Crítica

ONU - Organização das Nações Unidas

TRS - Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

“FÊMEA: ALVO DE CAÇA”	13
PARA COMEÇAR O ASSUNTO.....	13
1 “UM HOMEM NÃO TE DEFINE, SUA CARNE NÃO TE DEFINE”	20
1.1 Gênero, mídia e crimes passionais.....	20
1.2 Gênero social: o ser e o estar no mundo	20
1.3 Gênero e mídia: Relações de poder	25
1.4 Mídia e modernidade: interconexão de conceitos	27
1.5 O processo de seleção e de produção de notícias: exercício de poder	36
1.6 Gênero social e crime passional: a interferência do social no legal.....	38
2 “BEM CONHECIDA RECEITA”	43
2.1 Afinal, para que uma análise de discurso crítica?	44
2.2 Atores(atrizes) sociais: representação mediada pela ideologia.....	49
2.3 Ideologia e poder: faces da desigualdade de gênero	53
2.4 Mídia: fonte de disseminação do poder simbólico	60
3 “TRAÇAR DE NOVO A ESTRADA E VER CORES NAS CINZAS”	62
3.1 Análise de Discurso Crítica aliada ao viés qualitativo.....	62
3.2 Seleção do <i>corpus</i> : a diversidade temporal <i>versus</i> o mote passional	64
3.3 Categorias analíticas: o caminho dos textos para a análise	68
4 “TRISTE, LOUCA OU MÁ: DESATINOU E DESATOU NÓS”	70
4.1 Discursos jornalísticos sobre crimes passionais: (im)parcialidade?	70
4.1.1 Seleção, produção e distribuição: mídia e construção de representações	70
4.2 Mídia e atores(atrizes) sociais: o gênero é fator definidor da representação	72
4.2.1 "Entra em cena Doca, o amante arrependido": vítima mulher - réu	
homem	74
4.2.2 "Em julgamento: o crime de Dorinha Duval": vítima homem - réu	
mulher	84

4.2.3 "O suspeito número 1": o goleiro criminoso e a maria-chuteira vítima.	93
4.2.4 "O fim do conto de fadas": o empresário rico e bela garota de programa	102
4.3 Crimes passionais e gênero social: algumas conclusões	109
4.3.1 As narrativas de sucesso são sempre associadas ao gênero masculino .	109
4.3.2 Os homens são as vítimas, mesmo quando são autores dos crimes	110
4.3.3 As trajetórias das mulheres estão sempre interligadas à sexualidade...	110
4.3.4 As mulheres são culpadas pelo cometimento do crime mesmo quando são as vítimas.....	111
4.3.5 Se as mulheres são autoras do crime, há presunção de premeditação..	112
4.4 Crimes passionais: representações no passado e no presente.....	112
4.5 Ideologia e representação: construção de vítimas e de culpados(as)	119
5 "QUEM NÃO SEM DORES ACEITA QUE TUDO DEVE MUDAR"	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
APÊNDICE A: "Entra em cena, Doca, o amante arrependido"	133
APÊNDICE B: "Em julgamento: o crime de Dorinha Duval"	138
APÊNDICE C: "O suspeito número 1"	143
APÊNDICE D: "Fim do conto de fadas"	146
ANEXOS	149
Texto I.....	149
Texto II	150
Texto III.....	150
Texto IV	153

“FÊMEA: ALVO DE CAÇA”

Os trechos que compõem os títulos deste trabalho foram todos retirados da música “Triste, Louca ou Má”, lançada em 2016, pela banda Francisco, *el Hombre*, em seu álbum “SOLTASBRUXA”. A música, que faz alusão às representações de mulheres que se negam a seguir regras impostas pela sociedade, pareceu-me pertinente para nomear as diferentes partes desta dissertação.

Nesse sentido, utilizo a expressão “FÊMEA: alvo de caça” para abordar minhas reflexões iniciais sobre representações ideológicas acerca de gênero social que permeiam a sociedade e são legitimadas por meio de discursos hegemônicos midiáticos, que tratam de homens e mulheres que ora são os(as) autores(as), ora são as vítimas de crimes passionais.

Considerando conceitos associados a gênero, mídia e crimes passionais, proponho analisar, criticamente, as assimetrias condicionadas ao fato de o sujeito ser um homem ou uma mulher, em contextos específicos de violência de gênero, e refletir sobre as representações sociais da mulher na sociedade em que vivemos.

PARA COMEÇAR O ASSUNTO...

De acordo com a Organização das Nações Unidas – ONU, a violência contra as mulheres é uma pandemia global¹. Em seu último relatório, a ONU divulgou que “[...] 9 mulheres são assassinadas diariamente na América Latina, 3 delas, no Brasil. Por isso, a América Latina é a região mais perigosa do mundo para ser mulher fora de uma zona de guerra”. A violência de gênero é uma questão cultural e acontece, na maioria das vezes, dentro de casa, em contextos de intimidade. Conforme reportagem de Juliana Diógenes (2019):

[...] O local mais inseguro para a mulher brasileira vítima de violência é a própria casa. E o agressor está dentro do ambiente doméstico: 76% das agressões são cometidas por conhecidos (namorado, cônjuge, companheiro, vizinho ou ex). A violência é também silenciosa: entre as que sofrem violência, metade (52%) se calou e não fez nada. Somente 15% procuraram ajuda da família e 10,3% buscaram uma delegacia da mulher² (O Estado de São Paulo online).

¹ Informações disponíveis em: <<https://www.greenme.com.br/viver/costume-e-sociedade/7341-brasil-tres-mulheres-assassinadas-dia-dados-onu>>. Acesso em fev. 2019.

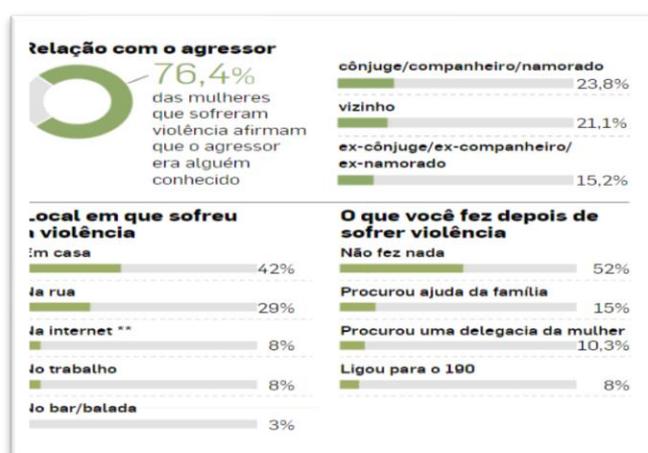
² Informações disponíveis em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,34-das-mulheres-alvo-de-violencia-conhecem-agressor,70002735991>>. Acesso em fev. 2019

Diante desta realidade de violência, que considera principalmente o gênero da vítima, julgo relevante desenvolver pesquisas associadas a esse tema no intuito de provocar transformações sociais.

A violência de gênero, isto é, a que se baseia no gênero das vítimas, costuma ser subestimada, quer pela invisibilidade dos(as) que as sofrem, quer pela ausência de mecanismos sociais que apoiem essas vítimas, por exemplo, leis específicas que as protejam e representações midiáticas que as resguardem. Meu trabalho se preocupa com essa última questão, as representações midiáticas sobre mulheres envolvidas em situações de violência.

Considero relevante o estudo dos discursos hegemônicos que criam e legitimam papéis sociais de gênero. Essas representações têm efeitos significativos na condição das mulheres e de suas relações de intimidade, ou seja, as relações que se baseiam, principalmente, em como as mulheres devem agir e nos comportamentos masculinos que é seu dever acatar, para que sejam aceitas socialmente. Ao mesmo tempo em que aos homens, a meu ver, são concedidos privilégios, principalmente em situações de violência de gênero. Estas afirmações podem ser corroboradas pela figura abaixo, retirada da reportagem supracitada, veiculada pelo jornal O Estado de São Paulo, e acessada em 26/02/2019.

Figura 01 - Relação das mulheres com seus agressores



Fonte: Informações disponíveis em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,34-das-mulheres-alvo-de-violencia-conhecem-agressor,70002735991>>. Acesso em fev./2019.

De acordo com os dados dispostos no gráfico: Relação com o agressor, que faz parte da figura 01, mais de setenta e seis por cento das mulheres, vítimas de agressão, conheciam seus agressores; isto é, a maioria das mulheres que sofrem violência de gênero são vítimas de homens com quem possuem algum tipo de relação. Além disso, um pouco mais de dez por cento dessas mulheres procuram ajuda institucional. Esse número diminuto, a meu ver, pode ser ocasionado pela relação de intimidade da vítima com seu agressor e pode gerar as vultuosas taxas de reincidências e de fatalidades desses crimes. Podemos afirmar ainda que a forma como a mulher, vítima de violência de gênero, é representada socialmente também tem um efeito nocivo nos índices que tratam das denúncias efetivadas por essas vítimas, pois, além do medo de denunciar seus parceiros, por questões financeiras e sentimentais, há o receio de essas queixas não serem acreditadas pela sociedade em geral.

Sob essa perspectiva, proponho analisar, de forma textualmente orientada, reportagens jornalísticas e refletir sobre as representações construídas, ideologicamente, pela mídia, acerca dos papéis sociais de gênero, no contexto de publicações, em diferentes momentos históricos da sociedade brasileira (mais especificamente, o final da década de 1970 e o início da década de 1980 (século XX) e a década de 2010 (século XXI), que tratam de homens e mulheres autores(as) e vítimas de crimes passionais, delitos esses que se relacionam intimamente à violência de gênero que, segundo Strey (2004), trata-se da violência que acontece sobre alguém tendo em vista seu gênero social. A autora esclarece, ainda, que a violência de gênero pode ocorrer contra homens e mulheres, entretanto estatísticas apontam que as mulheres são quase sempre as vítimas dessa espécie penal.

OBJETIVO GERAL

Analisar, de forma textualmente orientada, reportagens jornalísticas e refletir sobre as representações construídas, ideologicamente, pela mídia, acerca dos papéis sociais de gênero, no contexto de publicações, em diferentes momentos históricos da sociedade brasileira (mais especificamente, o final da década de 1970 e o início da década de 1980 (século XX) e a década de 2010 (século XXI), que tratam de homens e mulheres autores(as) e vítimas de crimes passionais.

Para fins de pesquisa, selecionei, para fazer parte do *corpus*, dois contextos históricos brasileiros: o final da década de 1970 e o começo da década de 1980 e a década de 2010. Dessa forma, optei por quatro reportagens jornalísticas: uma publicada em 1979, outra publicada em 1983 e duas publicadas entre 2010 e 2012. Ressalto que se trata de duas reportagens em que homens assassinaram mulheres em contexto de crime passionais e duas reportagens em que mulheres assassinaram homens na mesma situação. Todos os textos, porém, têm em comum a comoção social originada a partir da publicização dos crimes.

Considerando o cenário desenhado nos textos que compõem o *corpus* e tendo em vista as crescentes taxas de feminicídios no Brasil, é relevante que se estude como a mídia articula e legitima discursos e produz representações dos(as) envolvidos(as) em crimes passionais, naturalizando representações sociais e assimetrias estruturais. Nesse sentido, ao trazer à luz, de forma crítica, as representações sobre gênero dos meios de comunicação de massa, podemos transformar as práticas sociais relacionadas a esses discursos da mídia.

Ressalto que a pesquisa em tela é baseada na Análise de Discurso Crítica – ADC (FAIRCLOUGH, 2003, 2016), na Representação de Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 1997); e em estudos sobre poder e ideologia (THOMPSON 2011 e CHAUI, 1982), gêneros sociais (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995 e LAZAR, 2007), mídia e modernidade (ABRAMO, 2016; MOTTA, 2002; BOURDIEU, 2017; GIDDENS, 2012 e COUTINHO, 2008) e crimes passionais (ELUF, 2003 e CRISÓSTOMO, 2013). Considerando a transdisciplinaridade da ADC, proponho análises textuais que considerem questões associadas a gênero, discurso e mídia.

Reputo, assim, a ADC, tanto teoria como método de análise e associo a ela o método qualitativo para refletir acerca de como se dá a concepção e a validação de discursos midiáticos ligados a papéis sociais de gênero, com o objetivo de relacionar discursos midiáticos, que tratam de crimes passionais, aos papéis sociais legitimados, ideologicamente, conforme o gênero social de autores e autoras desses crimes e responder a três perguntas de pesquisa, a saber:

1. Como discursos veiculados pela mídia impressa – jornais e revistas – representam homens e mulheres, autores(as) e vítimas de crimes passionais?

2. A representação de atores e atrizes sociais que cometeram e foram vítimas de crimes passionais, com base em papéis sociais de gênero, sofreu alteração ao longo dos anos?
3. Que estratégias ideológicas os(as) produtores(as) dos textos usam na construção e na legitimação das representações midiáticas dos sujeitos, autores(as) e vítimas de crimes passionais?

QUESTÕES DE PESQUISA

1. Como discursos veiculados pela mídia impressa – jornais e revistas – representam homens e mulheres, autores(as) e vítimas de crimes passionais?
2. A representação de atores e atrizes sociais que cometeram e foram vítimas de crimes passionais, com base em papéis sociais de gênero, sofreu alteração ao longo dos anos?
3. Que estratégias ideológicas os(as) produtores(as) dos textos usam na construção e na legitimação das representações midiáticas dos sujeitos, autores(as) e vítimas de crimes passionais?

Sob essas perspectivas, minha pesquisa foi dividida em capítulos nomeados com base nas metáforas existentes na música “Triste, Louca ou Má”, lançada em 2016, pela banda Francisco, *el Hombre*, em seu álbum “SOLTASBRUXA”, dispostos da seguinte forma:

- i. Capítulo 1: “Um homem não te define, sua carne não te define” - Neste capítulo, contextualizo gênero e mídia e descrevo a conjuntura sobre conceitos associados a gênero, mídia, modernidade e crimes passionais.
- ii. Capítulo 2: “Bem conhecida receita” – Aqui trato dos pressupostos teóricos e abordo as teorias que sustentam minha pesquisa.
- iii. Capítulo 3: “Traçar de novo a estrada e ver cores nas cinzas” - No terceiro capítulo, abordo meus caminhos metodológicos e descrevo o *corpus*, os objetivos e as questões de pesquisa.
- iv. Capítulo 4: “Triste, louca ou má: desatinou e desatou nós” – Neste capítulo, analiso meu *corpus* e discuto criticamente os resultados.

Finalmente, concluo em “Quem não sem dores aceita que tudo deve mudar” e, com base nas análises realizadas no quarto capítulo e em discussões no decorrer do trabalho, proponho considerações acerca de discursos midiáticos e de preconceitos associados a gênero social, além de responder de forma sucinta às minhas questões de pesquisa.

Diante dessa explanação, considero relevante apresentar, a seguir, os versos da canção que irão nomear os capítulos deste trabalho:

Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal

A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem, dores
Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar

Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar

Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só

Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só

Eu não me vejo na palavra
Fêmea: Alvo de caça
Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa

Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar

E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar

Fonte: Disponível em <<https://www.letas.mus.br/francisco-el-hombre/triste-louca-ou-ma/>>. Acesso em fev/2019.

1 “UM HOMEM NÃO TE DEFINE, SUA CARNE NÃO TE DEFINE”

O que define o sujeito? Seu gênero? O grupo de poder ao qual pertence? Estes versos da música “Triste, Louca ou Má” foram escolhidos por mim para apresentar conceitos relacionados a gênero, mídia e crimes passionais, pois este é o momento do trabalho em que trato de aspectos culturais que embasaram minha pesquisa. Aqui, apresento o contexto que me permitiu refletir acerca das representações midiáticas, baseadas no gênero social, que se articulam a discursos hegemônicos e estabelecem o que é ser homem e o que é ser mulher no contexto de crimes passionais, definindo socialmente quem é o(a) culpado(a) e quem é a vítima quando a violência é de gênero.

1.1 Gênero, mídia e crimes passionais

Tendo em vista a contextualização do presente trabalho, é necessário refletir acerca de questões relacionadas a gênero e a mídia, considerada aqui uma importante prática social, detentora de poder simbólico, capaz de estabelecer e manter relações assimétricas de poder e garantir o poder hegemônico de certos grupos sociais.

Diante dessa premissa, busco relacionar discursos midiáticos que tratam de crimes passionais aos papéis sociais legitimados, ideologicamente, conforme o gênero social de autores e autoras desses crimes. Com isso, tenciono analisar, de forma textualmente orientada, reportagens jornalísticas e refletir sobre as representações construídas discursiva/ideologicamente pela mídia acerca dos papéis sociais de gênero, no contexto de publicações, das décadas de 1970, 1980 e 2010, que tratam de homens e mulheres que cometeram crimes passionais.

Nesse sentido, este capítulo busca apresentar o(a) leitor(a) a discussões associadas ao gênero social, ao poder midiático e aos crimes passionais, por meio de conceitos e contextualizações histórico-sociais acerca dos temas propostos. Sendo assim, será realizada uma exposição dos seguintes tópicos: (a) Gênero social; (b) Gênero e mídia; (c) Mídia e modernidade; e (d) Gênero e crimes passionais.

1.2 Gênero social: o ser e o estar no mundo

O conceito de gênero é um dado importante quando estudamos a legitimação de representações sociais por meio do discurso, pois é esse conceito que situa os sujeitos em um dado grupo, detentor do poder ou subjugado por ele. Ao pertencer ao gênero feminino, ou seja, nascer biologicamente mulher, o sujeito acessa direitos e deveres inerentes a sua condição, que nada mais são que papéis sociais naturalizados pela sociedade.

Compartilho do entendimento de Butler (2003, p. 88), que afirma que só podemos “[...] atribuir significado àquilo que pode ser representado pela linguagem”. Sendo assim, as percepções associadas ao que é ser homem e ao que é ser mulher possuem natureza discursiva, e estudar acerca de papéis de gênero socialmente estabelecidos é uma atribuição do campo linguístico.

Sob essa perspectiva, Joan Scott (1995) também considera experiência e linguagem inseparáveis. Em *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*, a autora trata da conceituação e utilização do termo “gênero” e da evolução de seus significados de acordo com o avanço das pesquisas empreendidas por movimentos feministas. Scott (1995) faz um exame histórico acerca da terminologia “gênero” e sua validação em pesquisas sobre mulheres e relações de poder. Para a autora, o gênero deve ser compreendido culturalmente, uma vez que só é possível conceber os corpos dentro de estruturas sociais e históricas que constroem seus significados, ou seja, apesar de serem associados à natureza e apresentados como condições aferidas conforme o sexo biológico, o gênero é:

[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e [...] uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas relações de poder, mas a direção das mudanças não segue necessariamente um caminho único (SCOTT, 1995, p. 86).

Por meio dessa conceituação, é possível perceber a relação intrínseca entre gênero e poder e afirmar seu caráter social, afinal, segundo Scott (1995, p. 13), “[...] gênero é a organização social da diferença sexual percebida”. Sendo assim, partindo do pressuposto de que o sujeito é construído dentro de uma estrutura social de dominação e, conforme assevera Butler (2003, p. 19), “[...] discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação”;

podemos afirmar que a mulher se constitui dentro de uma lógica política, jurídica e cultural que legitima sua exclusão, que, além de ser naturalizada, é oculta.

Isto é, a mulher se constitui e busca sua libertação dentro de uma estrutura de dominação legalmente regularizada, que se propõe igual para todos, mas que exclui com base, entre outros motivos, no gênero do sujeito. Importa salientar que minhas análises tratarão de estruturas de dominação relacionadas a papéis de gênero socialmente constituídos. Acredito, no entanto, que uma mulher nunca é apenas uma mulher, como bem pontua Butler (2003, p. 21), o sujeito não acaba em seu sexo ou seu gênero social, pois:

[...] o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Assim como Scott (1995), Judith Butler (2003, p. 185-186, grifos da autora) conceitua gênero utilizando, para tanto, diversas teorias feministas, discursivas e psicanalíticas. Conforme dispõe a pesquisadora:

[...] a distinção sexo/gênero e a própria categoria sexual parece pressupor uma generalização do “corpo” que preexiste à aquisição de seu significado sexuado. Amiúde, esse “corpo” parece ser um meio passivo, que é significado por uma inscrição a partir de uma fonte cultural representada como “externa” em relação a ele. Contudo, quando “o corpo” é apresentado como passivo e anterior ao discurso, qualquer teoria do corpo culturalmente construído tem a obrigação de questioná-lo como um construto cuja generalidade é suspeita.

Dessa forma, a diferenciação entre sexo e gênero, que parte da distinção entre a faceta biológica e a faceta sociológica do sujeito, não faz sentido. Pois, tanto o sexo, quanto o gênero seriam construtos sociais. Isto posto:

[...] o gênero não está para cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p 27, grifos da autora).

Gebara (2000, p. 106), sob uma ótica similar à de Butler (2003), assegura que o gênero não é caracterizado pelo simples fato de o sujeito nascer homem ou mulher, pois se trata de uma construção social, “[...] um modo de ser no mundo, um modo de ser educado/a e um modo de ser percebido/a que condiciona o ser e o agir de cada um.” A autora afirma que as relações entre gêneros são construções em que uns sujeitos são dominados por outros e essa relação de dominação extrapola questões de classe social, relacionando-se à fabricação sociocultural de formas de agir entre homens e mulheres. Destaco que essa construção social, tanto do gênero quanto do sexo, está invariavelmente conectada às relações de poder que estruturam a sociedade e podem ser vivenciadas concretamente no cotidiano dos sujeitos.

Considerando o debate sobre gênero uma questão invariavelmente relacionada aos corpos, sustento que os corpos femininos são estabelecidos de forma distinta dos masculinos. Nesse sentido, Biroli (2013, p. 65) nos informa que “[...] as mulheres são marcadas pelo corpo de maneiras socialmente diversas dos homens”. Alicerçada nas teses de Beauvoir (1949), a autora discorre sobre a condição do gênero feminino em oposição ao gênero masculino, considerado natural, neutro; assim “[...] o corpo da mulher e a identidade da mulher são ao mesmo tempo aprendidos como de sua condição [...] e como objetos forjados pelo olhar masculino” (BIROLI, 2013, p. 66).

Sobre a relação de dominação dos homens sobre as mulheres, Muraro e Boff (*apud* PRETTO, 2015, p. 67) discorrem acerca da história da humanidade nos seguintes termos:

[...] As relações entre os grupos eram de solidariedade e partilha de bens e de vida. Com as sociedades de caça se instauraram as primeiras relações de violência: os mais fortes começam a dominar e ter privilégios e o masculino passa a ser o gênero predominante. Da consciência de solidariedade, a humanidade passa à consciência da competição [...] e o masculino, que passa a ser o gênero predominante, vem a se tornar hegemônico – há oito mil anos – quando destina a si o domínio público e à mulher, o privado. A relação homem/mulher passa a ser de dominação e a violência, doravante, é a base das relações entre os grupos e entre a espécie e a natureza. Então é o princípio masculino que governa o mundo sozinho.

Sendo assim, podemos afirmar que, tanto o sexo quanto o gênero são construídos para limitar e excluir os corpos femininos, que deverão se comportar de

determinada forma dentro de uma estrutura de dominação imposta a eles. Nesse viés, Butler (2017) afirma que o sujeito é formado por discursos que constroem e subordinam corpos que se realizam por meio dessa subordinação.

Importa ressaltar, entretanto, que essa ordem, produtora e mantenedora das condições de existência do sujeito, também produz as condições de sua subversão. Afinal, ao instituir o que deve ser feito, fica instituído o que não deve ser feito, e isso pode originar um ambiente que possibilita a insubordinação e a transformação social.

A associação entre a construção social de gênero, a subjugação dos corpos femininos e as estruturas de poder que legitimam essa dominação são relevantes ao estudo da Análise do Discurso Crítica (ADC), que reflete criticamente sobre relações de poder, dominação e resistência institucionalmente fundadas, e busca demonstrar como as desigualdades são expressas, constituídas e legitimadas pelo uso da linguagem.

Segundo Magalhães (2005, p.3), “[...] a ADC desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação das transformações na vida social contemporânea”, e pode fornecer uma significativa base teórica no estudo de questões associadas ao “[...] racismo, à discriminação baseada no sexo, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à autoidentidade, à identidade de gênero, à exclusão social.

No que concerne ao discurso, Fairclough (2016) afirma que se trata de uma prática, que, muito além de representar o mundo, significa-o. Dessa forma, podemos afirmar que o discurso auxilia na construção e na perpetuação de estruturas de poder, e estudar papéis sociais de gênero nada mais é que estudar a forma como os discursos podem construir formas de assujeitamento dos indivíduos conforme seu gênero.

Cabe esclarecer que, assim como todo discurso, é uma construção social, não individual, a linguagem define o propósito de quem a utiliza, expõe crenças e valores, reflete visões de mundo e a do grupo social a que pertence quem enuncia, e pode servir como instrumento de manipulação ideológica, assim como pode servir para a emancipação das vítimas dessa dominação. Considerando o exposto, entendo que o discurso, assim como o gênero social, é socialmente constituído, e faz parte de sistemas de dominação que podem legitimar assimetrias ou agir de forma a provocar transformações sociais.

Associo, dessa forma, a ADC a conceitos sobre gênero e, nessa perspectiva, destaco o trabalho de Lazar (2007) que aponta a importância em questionar como as estruturas de poder, mediante a linguagem, acabam por implicar as relações de desigualdade de gênero. A autora investiga o funcionamento de estruturas de poder e das ideologias como meios para sustentar as ordens sociais que envolvam gênero. Para Lazar (2007), sob o enfoque feminista, o conceito de gênero nada mais é que uma construção ideológica que distingue homens e mulheres, baseando-se, para tanto, em uma relação hierárquica de dominação e subordinação, respectivamente.

Com base nas teses das pesquisadoras supramencionadas e em conceitos relacionados à ADC, inicio uma reflexão acerca dos papéis sociais de gênero, uma vez que, por meio das concepções sintetizadas neste capítulo, busco explorar a relevância das estruturas de dominação em suas representações sobre gênero concretizadas pela mídia.

Concluo ratificando a importância de uma análise discursiva com base na ADC, que possibilita reunir temas relacionados a gênero, relações de dominação, ideologias e práticas discursivas.

1.3 Gênero e mídia: Relações de poder

Partindo do pressuposto de que estruturas de poder constroem e subordinam os sujeitos, é necessário ponderar acerca de como essas estruturas são idealizadas e legitimadas pela sociedade, que naturaliza essas construções. Nesse sentido, Bourdieu (2017, p. 17) dispõe que “[...] a divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável”. Isto é, os papéis atribuídos em função do gênero do sujeito são dados como fatos inevitáveis do funcionamento do mundo e inculcados de tal maneira na mente dos subjugados que são incorporados a esses corpos e funcionam como sistemas próprios de “[...] percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2017, p. 17). Dessa forma, os dominados por esses sistemas percebem e conhecem o mundo conforme esses modelos impostos e “[...] seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão” (BOURDIEU, 2017, p. 22).

Esses sistemas têm aparelhos próprios que sustentam e legitimam suas construções. Para Althusser (1985), esses aparelhos do Estado não se confundem com o poder em si do Estado, uma vez que este funciona através de aparelhos que, ora agem

por meio da força física, ora agem por meio de instituições; sempre de acordo com as ideologias da classe dominante. Sob essa perspectiva, este trabalho aborda o funcionamento do discurso midiático e como esse aparelho funciona ideologicamente, por meio da linguagem, para construir e manter estruturas hegemônicas de poder.

Importa destacar que o discurso da mídia é hoje um dos mais poderosos no mundo, pois seus enunciados, eivados de poder simbólico e caracterizados como verdade, produzem diversas representações sobre as coisas e sobre as pessoas. Isto posto, a partir do momento em que dada representação social é difundida, ela é legitimada e concebida como parte da realidade, e, mesmo que haja distorções, conforme preconiza Abramo (2016), seu poder simbólico garante a essa representação o lugar de verdade objetiva e seus receptores mover-se-ão numa realidade em que as mensagens propagadas são naturalizadas. Assim, consoante Silva (2015, p. 283), “[...] a sociedade é colocada diante de uma realidade criada pela mídia”.

Esse monopólio sobre os fatos garante aos veículos de comunicação relevância ímpar. Ao narrar um fato, a mídia se propõe a dizer o que realmente aconteceu, como as pessoas agiram e como essas pessoas são. Isso acontece, em especial, com reportagens investigativas, pois esse gênero discursivo é caracterizado, principalmente, por expor, detalhadamente, um fato e ter a capacidade de gerar no leitor a crença em sua exatidão. Investigar o caráter ideológico desses textos é de extrema importância, pois, ao dizer o que é verídico, a mídia fabrica percepções e realidades, sempre com viés ideológico. Isto é, o discurso midiático, associado a outros discursos hegemônicos, é um dos responsáveis pela construção e pela propagação de representações sociais que tendem à legitimação de estruturas desiguais de poder, ao disseminar os ideais da classe hegemônica.

Utilizo, nesse sentido, conceitos relacionados aos meios de comunicação de massa para analisar textos jornalísticos e para investigar como a ideologia funciona na produção e promoção de discursos midiáticos vinculados a papéis sociais de gênero, no contexto de publicações, em diferentes décadas (mais especificamente, o final da década de 1970 e o início da década de 1980 (século XX) e a década de 2010 (século XXI)) que tratam de homens e mulheres que cometeram crimes passionais.

Diante dos conceitos apresentados, passo agora a um histórico acerca de questões associadas à mídia e aos discursos midiáticos. Ressalto aqui que considerarei, neste trabalho, mídia e meios de comunicação de massa como sinônimos.

1.4 Mídia e modernidade: interconexão de conceitos

Ao iniciar os estudos a respeito dos meios de comunicação, é preciso contextualizar a mídia como um tipo de indústria formada durante o período de constituição das sociedades modernas. Para Thompson (2011, p. 219):

[...] as origens da comunicação de massa podem ser ligadas ao século XV, quando as técnicas associadas com a imprensa de Gutenberg foram assumidas por uma variedade de instituições nos maiores centros comerciais da Europa e exploradas para fins de produzir múltiplas cópias de manuscritos e textos.

Esse foi o início de uma instituição que esteve em constante modernização a ponto de transformar radicalmente as formas de produção e transmissão dos discursos hegemônicos. Thompson (2011, p. 220) observa esse movimento como a “mídiação da cultura moderna” e associa esse processo ao desenvolvimento do capitalismo ocidental como um todo.

Essa modernização dos meios de comunicação de massa afetou sobremaneira a sociedade nas mais diversas partes do mundo e teve papel fundamental no processo moderno de globalização político e econômico. O autor aborda a produção e a circulação das formas simbólicas, fenômenos sociais através dos quais os indivíduos se expressam e compreendem a sociedade e que constituem o que é dado como real; e atribui à mídia o papel de produtora e multiplicadora das formas simbólicas nas sociedades modernas. Isto é, a mídia tem como principais características confeccionar e fazer circular ideologias da classe dominante e estas, nada mais são, que sentidos “mobilizados pelas formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 79) com o objetivo de determinar e amparar as diferentes relações de dominação.

Conceituando formas simbólicas, Thompson afirma que se trata de “[...] um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 2011, p. 79). Tendo em vista essa explicação e entendendo formas simbólicas como o texto em seu sentido mais amplo possível, tal qual compreendido no presente trabalho, é possível

ponderar que a mídia, por meio da linguagem, produz e difunde os discursos hegemônicos num dado momento histórico, aprofundando distorções sociais.

Sendo assim, diante do desenvolvimento da sociedade moderna, da globalização e da elevada concentração de renda nas sociedades, a mídia tende a aglutinar ainda mais poder e a ter ainda mais alcance ao promover os ideais das classes dominantes. Com isso, legitima discursos que alicerçam estruturas de desigualdades sociais que discriminam os indivíduos entre incluídos e excluídos dentro do corpo social.

Importa, assim, apresentar alguns conceitos associados à mídia e aos veículos de comunicação de massa, associando-os a questões ideológicas e hegemônicas que estruturam as relações assimétricas de poder tratadas em minhas análises. Nesse contexto, Thompson (2014, p. 53) entende como comunicação de massa a “[...] produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico”.

Esse conceito resume as características da mídia, instituição produtora e propagadora de formas simbólicas, que passaram por um processo de valorização econômica e são voltadas a receptores distanciados no tempo e no espaço que podem receber esses conteúdos de forma passiva ou podem agir de forma crítica em relação a eles.

Giddens (2012), por sua vez, ao tratar de questões associadas à mídia, analisa quatro abordagens teóricas sobre o tema: (a) Funcionalismo; (b) Teoria do conflito; (c) Interacionalismo simbólico; e (d) Teoria pós-moderna da mídia.

A corrente funcionalista identifica diferentes funções sociais da mídia, que tendem a harmonizar o sistema social. Os críticos dessa teoria afirmam que os funcionalistas apenas descrevem as características favoráveis da mídia e presumem que os receptores de suas mensagens sejam eminentemente passivos, incapazes de leituras críticas diante dos pensamentos propagados pelos meios de comunicação de massa.

A teoria do conflito parte de pressupostos marxistas e se divide em abordagem de economia política e abordagem da indústria cultural; a primeira “[...] se concentra na propriedade e no controle de formas de mídia” (GIDDENS, 2012, p. 530) e a segunda é baseada em conceitos de sociedade de massa, em que “[...] a produção da

cultura havia se tornado tão padronizada e dominada pelo desejo de lucrar quanto os outros setores” (GIDDENS, 2012, p. 535).

O interacionalismo simbólico aborda questões associadas à interação entre a mídia e a sociedade; seu maior expoente, John Thompson (2011), distingue três tipos de interação: interação presencial, interação mediada e semi-interação mediada. A interação mediada, em oposição à presencial, necessita da utilização de um tipo de mídia e se estende no tempo e no espaço; já a semi-interação mediada “[...] se refere às relações sociais criadas por meios de comunicação de massa. Essa interação se estende no tempo e no espaço, mas não conecta os indivíduos diretamente” (GIDDENS, 2012, p. 536).

A teoria pós-moderna, bastante heterogênea, trata de ideias acerca de variados temas, como ciência, tecnologia, cultura e sociedade. Baudrillard (*apud* GIDDENS, 2012, p. 537), influente teórico pós-modernista, argumenta que:

[...] a fronteira entre a realidade e a representação entrou em colapso, não podemos mais separar nossas representações da realidade [...] as representações da mídia, de fato, fazem parte do mundo hiper-real e não podem ser consideradas separadas dele [...] A hiper-realidade é um mundo em que a garantia última de autenticidade e realidade é vista na tv e na mídia.

A partir das teorias de conflito, uma das teorias abordadas por Giddens (2012), os estudos sobre mídia foram associados a estudos sobre ideologia. Essa associação tem papel primordial na reprodução de relações assimétricas de poder, pois os detentores de poder controlam as ideias para que estas possam justificar sua hegemonia. De acordo com esse entendimento, ao analista social caberia “[...] revelar as distorções da ideologia, de maneira a permitir que os impotentes adquiram uma perspectiva verdadeira sobre sua vida - e ajam para melhorar as condições de vida” (GIDDENS, 2012, p. 531).

Thompson (2012) acrescenta a essa compreensão que a criticidade deve ser favorecida por uma visão crítica de mídia que agregue os conceitos referentes à comunicação de massa, à ideologia e ao poder. Ideologia seria, sob essa ótica, uma realização do poder simbólico, uma forma como os princípios podem servir para velar ou legitimar interesses da classe dominante, confeccionados e difundidos, principalmente, por meio de discursos midiáticos.

No que diz respeito à minha pesquisa, considero pertinente uma associação entre interacionalismo simbólico e teoria pós-moderna, pois entendo que a mídia age como mediadora na sociedade, criando e legitimando representações da realidade, que se estruturam por meio das ideologias da classe dominante.

Apesar do viés ideológico dos discursos midiáticos, seu poder está assentado em princípios enganosos de neutralidade e objetividade, propagados pela classe hegemônica. Nesse sentido, Martino (2003) faz uma divisão entre mídia generalista e mídia institucional, enquanto a primeira tem a informação como produto-fim, a segunda tem a informação como produto-meio. Isto é, a mídia, como instituição, utiliza a informação como meio para garantir algo.

Para o autor, a mídia tem, como um de seus preceitos éticos, a objetividade informativa, que é apresentada pelos próprios membros para que sua existência seja assegurada, seu público confie nas informações veiculadas e seu jornalismo seja caracterizado como dotado de objetividade, imparcialidade e neutralidade. Para o autor, “[...] pretende-se que o jornalista seja uma entidade abstrata, produzindo cópias fiéis da realidade” (MARTINO, 2003, p. 88). O leitor supõe, diante dessa crença de objetividade, que o que está lendo é o que aconteceu na realidade, sem pesar todas as subjetividades que constituíram aquela notícia e fizeram com que aquele fosse o fato merecedor de publicação; afinal, precisamos ter em mente que:

[...] do repórter que presencia determinado acontecimento até a recepção da mídia pelo leitor, a realidade passa por processos vários de reconstrução, seleção, adaptação e edição, que distanciam o produto final da realidade objetiva (MARTINO, 2003, p. 88).

É importante ressaltar, porém, que, apesar dessa aparência de neutralidade, os discursos midiáticos estão sujeitos à subjetividade de seus produtores, e acabam por reproduzir discursos hegemônicos e ampliar desigualdades sociais. Aqui, importa citar Fairclough (1995), que afirma que o viés ideológico do discurso midiático é capaz de produzir representações particulares de mundo, de identidades e relações sociais. Para o autor a mídia constrói indivíduos como telespectadores e não como cidadãos participativos, dessa forma uma representação do real é dada e naturalizada.

Sob essa perspectiva, Baudrillard (1991) assevera que a mídia arquiteta acontecimentos, sejam eles conformados ou subversivos, ela modela os conteúdos e

transforma o real. Neste trabalho, não entendo, no entanto, o telespectador como receptor totalmente passivo dessa realidade, e, com base em Fairclough (2016), acredito na possibilidade de transformação social por meio da problematização e da transgressão de convenções socialmente impostas por poderes hegemônicos.

No tocante ao arbítrio da prática discursiva midiática, Martino (2003) relaciona o poder da mídia ao poder simbólico preconizado por Bourdieu (1989). Esse entendimento também faz parte do trabalho de Oliveira (2009), que conceitua poder simbólico como o “[...] poder invisível passível de ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber se lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

O discurso midiático é legitimado pelo poder simbólico, possuindo a capacidade de modificar pontos de vistas e criar formas de se perceber a realidade. Sendo assim, Oliveira (2009) nos informa que os meios de comunicação possuem uma relação intrínseca com o poder em suas formas material e simbólica e garantem a existência de relações assimétricas de poder, em que uma classe dominante exerce poder sobre as outras. Segundo o autor, a mídia possui o poder de fazer-ver e fazer-creer que:

[...] não se manifesta nas palavras em si, mas na legitimidade conferida dos falantes e pelos que escutam. Os discursos não se prestam simplesmente a serem absorvidos, compreendidos, pois uma vez que são também signos de riqueza e de autoridade, estão destinados a serem avaliados, apreciados, acreditados e obedecidos (OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Logo, a mídia funciona como uma forma de controlar as massas e exercer domínio sobre a opinião pública, impondo a vontade da classe detentora do poder hegemônico, criando sentidos e contribuindo, por meio de seu discurso, com relações de dominação política e econômica.

Aqui, destaco que as relações de poder atravessam o conceito de gênero. O poder, dividido assimetricamente, funda discursos que legitimam identidades e subjetividades dadas como socialmente adequadas e constrói papéis sociais vinculados a gêneros específicos; nesse sentido, cabe à mídia, a propagação e a legitimação do que é considerado conveniente ao poder hegemônico de uma dada sociedade em um dado momento histórico.

Sob essa perspectiva, Abramo (2016) afirma que a mídia não retrata a realidade, ela “[...] é uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade” (ABRAMO, 2016, p. 37), isto é, os meios de comunicação apresentam uma realidade produzida, e o público é apresentado a essa realidade como se ela fosse verdadeira. Além disso, o público transita nessa realidade inventada como se fosse a real, diante disso “[...] a manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade” (ABRAMO, 2016, p. 39). Desta forma, o discurso midiático, eivado de poder simbólico, e caracterizado como o detentor da verdade sobre a realidade, produz diversas representações sobre as coisas e sobre as pessoas.

Ressalta-se que, apesar de os meios de comunicação de massa serem estruturas discursivas que legitimam discursos de poder, essas instituições não aceitam limitações e alegam prestar serviços essenciais à sociedade. Assim, sem regulação pública adequada, seu público é levado a crer que suas mensagens são as únicas representações fidedignas da realidade, o que “[...] não somente é uma mistificação como permite, perigosamente, a absorção de tarefas, funções e papéis desempenhados por instâncias intermediárias e representativas da sociedade (sistema escolar, família, partidos políticos, etc.)” (MORAES, 2010, p. 72).

No que concerne à dimensão dos discursos midiáticos, Coutinho (2008), considerando a teoria da hegemonia de Antonio Gramsci, afirma ser possível refletir sobre a importância dos meios de comunicação a partir de pressupostos marxistas dos privilégios dos distribuidores de conteúdo. Eles (os distribuidores de conteúdo) conduzem signos, mobilizam informações e ideias e estão na gênese das práticas sociais para movimentar conhecimentos e ideologias.

Para Gramsci (*apud* COUTINHO, 2008), a imprensa é um meio bastante eficiente de criação e distribuição da ideologia estruturante das classes dominantes. Essa instituição exerceria o papel de alicerce ideológico do grupo detentor do poder hegemônico, voltada para elaborar, divulgar e unificar visões de mundo e influenciar a compreensão dos variados fatos sociais, uma vez que “[...] todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional.” (COUTINHO, 2008, p. 44) Ao contemporizar conceitos utilizados por Gramsci, Coutinho postula que

[...] é pela interação semiótica, pela reelaboração e compartilhamento dos signos, que os sujeitos constroem suas identidades, organizam a

sua visão de mundo, representando a realidade a partir de determinada perspectiva e de acordo com seus interesses, anseios e expectativas. Pela comunicação, formam-se e transformam-se as ideologias que agem ética e politicamente na transformação da história (COUTINHO, 2008, p. 44).

Partindo do pressuposto de que vivemos em uma estrutura social que constrói papéis sociais de gênero compulsórios e marginaliza grupos de indivíduos conforme o gênero prescrito em seu registro de nascimento; este trabalho propõe uma reflexão acerca das ideologias que perpassam essas obrigações e como a mídia, utilizada pelo grupo hegemônico de poder, legitima essas imposições a homens e a mulheres, privilegiando o primeiro grupo de pessoas e criando empecilhos ao segundo grupo. As ideologias que perpassam os discursos midiáticos tratam, segundo Chauí, em conceber

[...] um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência de universal (CHAUÍ, 1982, p. 21).

A mídia teria a função, portanto, de manter a conformidade ideológica em um dado grupo social e mover a opinião da sociedade, com agendas próprias sobre o que merece ser relatado, incorporado, enfatizado e destruído. Essa construção da opinião pública é um processo que associa ideologia e hegemonia, pois abarca questões vinculadas a conflitos na formação de consenso. É possível afirmar, portanto, que o campo midiático não é homogêneo, existem nesse meio embates ideológicos constantes que se unem em determinados momentos históricos a depender do bloco hegemônico detentor do poder.

A hegemonia pressupõe, entretanto, que sejam considerados interesses opostos e que existam grupos sociais sobre quem a dominação é concretizada; essa relação é realizada mediante certo equilíbrio, fruto de concessões da classe dominante. Essas concessões são limitadas tendo em vista a manutenção das assimetrias estruturantes da sociedade.

Coutinho (2008) afirma, no entanto, que dentro dessa estrutura de desigualdades existem discursos de resistência que enfrentam visões hegemônicas de mundo, como, por exemplo, os meios alternativos de comunicação que visam a disseminar ideias contra-hegemônicas e promover a participação popular. Outra característica relevante da hegemonia é que ela se dá por meio de consensos, a

dominação de um grupo de poder deixa de ser apenas coercitiva e passa a ser direcionada a relações políticas e ideológicas, por meio da mídia, da igreja, da escola e de outros aparelhos de dominação. Esses aparelhos objetivam criar e legitimar consensos que mantêm a repressão ideológica dos sujeitos, por meios estranhos à violência física.

No tocante à representação midiática de papéis sociais de gênero, podemos perceber algumas concessões recentes ligadas à inclusão de discursos feministas em diversos meios de comunicação. O discurso feminista, que enfrenta o poder hegemônico no que diz respeito a gênero social, tem ganhado força principalmente em meios alternativos de mídia propagados pela internet. Entretanto, como postulado por Coutinho (2008), essas concessões são limitadas, o que gera outra criação do poder hegemônico: a subversão que pode ser acolhida. Isto é, dentro do grupo dominado há aqueles que ganham concessões e aqueles que continuam sendo preteridos, gerando ainda mais desigualdades e invisibilidades.

Sendo assim, o discurso de mulheres negras, homossexuais e transexuais não tem o mesmo poder que o de mulheres brancas e heterossexuais; as reivindicações de mulheres pobres são menosprezadas diante das de mulheres ricas e as representações de mulheres que cometem crimes são ainda mais excludentes, construindo, no ideário do grupo dominado, o arquétipo de mulher que pode ser subversiva, e terá seus pleitos acolhidos, e a imagem de mulher que será incontestavelmente repudiada, não só pelo grupo detentor do poder hegemônico, mas também pelo grupo dominado que foi recentemente acolhido.

Considerando essa profunda assimetria de poder entre grupos dominantes e dominados, ressalta-se que, assim como existem desigualdades na sociedade, há uma concentração de poder entre os detentores da mídia, que também são os detentores do poder econômico e, por isso, os grandes beneficiados desses discursos hegemônicos. Sob essa lógica, uma quantidade ínfima da população possui o controle dos meios de comunicação de massa, enquanto quase toda a sociedade é receptora de suas mensagens.

No tocante à concentração de poder, Thompson (2014, p. 38) sustenta que poder é “[...] a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências”. A concretização do poder depende da utilização, pelos sujeitos, de todos os meios ao seu alcance para atingir seus propósitos.

Considerado como fenômeno social, o poder, para o autor, pode ter quatro classificações: (a) poder econômico; (b) poder político; (c) poder coercitivo; e (d) poder simbólico. O poder econômico advém das diferentes atividades econômicas dos indivíduos; o poder político tem início em atividades de coordenação e regulamentação na sociedade; o poder coercitivo, conectado ao poder político, pressupõe a utilização de força física em dado processo de dominação; e o poder simbólico, tratado mais detalhadamente no capítulo sobre bases teóricas, envolve a elaboração e reprodução de mensagens.

O poder simbólico pode ser caracterizado como “[...] a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar nas ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 2014, p. 42). A seguir, apresento, de forma esquemática e resumida, um quadro com as formas de poder de acordo com o proposto por Thompson (2014):

Quadro 01 – Formas de Poder

FORMAS DE PODER	RECURSOS	INSTITUIÇÕES PARADIGMÁTICAS
Poder econômico	Materiais e financeiros	Instituições econômicas (por exemplo empresas comerciais)
Poder político	Autoridade	Instituições políticas (por exemplo estados)
Poder coercitivo	Força física e armada	Instituições coercitivas (especialmente militares, mas também polícia, instituições carcerárias, etc.)
Poder simbólico	Meios de informação e comunicação	Instituições culturais (por exemplo Igreja, escolas e universidades, indústrias da mídia, etc)

Fonte: elaborado pela autora, com base em Thompson, 2014, p. 43.

Diante do exposto, é possível identificar a mídia como uma das instituições mais poderosas na sociedade, visto que seu poder simbólico ascendeu de forma incessante por todo o período moderno. Os meios de comunicação de massa obtiveram sucesso como instituição econômica e instituição político-cultural; seu crescimento esteve ligado à globalização, que concentrou ainda mais renda e poder em poucos conglomerados mundiais; e às inovações tecnológicas, que possibilitaram à mídia onipresença nos mais diversos grupos dentro da sociedade.

Do ponto de vista da pesquisa em ADC, Chouliaraki e Fairclough (1999) afirmam que a sociedade capitalista é determinada por mecanismos econômicos, sob esse viés, é possível acrescentar que a mídia faz parte desses mecanismos e contribui, sobremaneira, para a manutenção do sistema econômico capitalista e de sua estrutura de acumulação de bens e poder. O poder econômico, político e simbólico garantiram que discursos midiáticos produzissem e difundissem as mais diversas representações da realidade, consolidando, de forma avassaladora, a relação de dominação que estrutura as diferentes sociedades. Isto posto, podemos afirmar que os grupos detentores do poder, por meio de discursos midiáticos associados ao gênero social, constroem e legitimam discursos que garantem uma infinidade de privilégios aos homens, ao mesmo tempo que constroem mulheres a uma posição de inferioridade dentro da sociedade.

Destaco, entretanto, que, assim como na questão concernente aos papéis sociais de gênero, cabe ao(à) receptor(a) dos discursos midiáticos o papel de transformador(a) da realidade por meio da aceitação ou da insubordinação a esses discursos. A partir do momento em que entendemos a prática discursiva como lugar de luta hegemônica, temos a possibilidade de transformação social, tendo em vista as constantes disputas de forças dentro das estruturas de dominação.

Concebendo o discurso midiático como construtor e legitimador de representações da realidade que servem aos interesses de grupos de poder, passo agora a examinar, de forma crítica, algumas condições de produção de seus textos, compreendidos, nesse trabalho, como práticas sociais relevantes à manutenção de hegemonias.

1.5 O processo de seleção e de produção de notícias: exercício de poder

À luz de conceitos associados à ideologia e à hegemonia, é importante examinar o processo de seleção de notícias, afinal toda decisão de publicar algo é, também, uma decisão de omitir algo. Esse processo não é isolado, além de analisar essa decisão, é preciso investigar elementos objetivos e subjetivos que a subordinam. Para Motta (2002, p. 127):

[...] a seletividade e o controle, inerentes a todas as práticas de comunicação, ganham, assim, relevância especial nos processos de comunicação realizados pela indústria cultural e trazem consigo a questão da ideologia como questão central nas análises dos processos de decisão editorial [...] Em cada situação, a inclusão ou a supressão

podem ocorrer de forma direta e coercitiva, assim como de forma indireta e sutil, ou seja, ideológica.

Considerando os elementos ideológicos que permeiam o modo de eleição/seleção das notícias e a importância desses textos, Motta (2002) apresenta teorias que estudam os processos de seleção de notícia nas redações de jornais, a saber:

- Controle social: corrente de sociologia funcionalista da comunicação, que abarca diversas teorias, desde controles diretos exercidos pelos detentores dos veículos de comunicação de massa, até “[...] as mais sofisticadas teorias de conspiração manipuladoras” (MOTTA, 2002, p. 128);
- Produção da notícia (*News making*): teoria cuja origem buscava responder ao empirismo dos funcionalistas. Os estudiosos dessa corrente não tinham preocupação com qualquer tipo de manipulação midiática, pois acreditavam que a mídia tinha como fim “o equilíbrio e a neutralidade”, com isso as distorções seriam exceções não intencionais internalizadas nos procedimentos profissionais que inclinam as instituições midiáticas a favor do “*status quo*” (MOTTA, 2002, p. 130);
- Ideologia e estruturalismo: teoria preocupada com os fatores ideológicos implícitos, que privilegia a questão de seleção de notícias. Ela influenciou estudos de análise do discurso e procurou “[...] relacionar a presença da ideologia dominante com a estrutura de poder da sociedade” (MOTTA, 2002, p. 134).

Em sua crítica ao estruturalismo, o autor afirma que os estudos estruturalistas não solucionaram questões relativas à “[...] relação histórica entre as pressões, o controle e a seletividade existentes nas instituições da mídia e a totalidade do sistema social” (MOTTA, 2002, p. 138). Há nessa corrente uma preocupação com o produto dos processos ideológicos, os discursos. Entretanto, preterem o processo de produção desses discursos e o contexto que viabiliza os produtos ideológicos.

Essa posição pressupõe a ideologia como “[...] um sistema que representa interesses de classes em conflito” (MOTTA, 2002, p. 140) e não como sistema formado no interior de discursos. “A ideologia de uma classe existe primeiro e principalmente em instituições, naquilo que chamamos de aparelhos ideológicos” (RANCIÈRE, 1974, p. 9, *apud* MOTTA, 2002, p. 140).

Compartilho do entendimento que pressupõe a ideologia como parte do processo de seleção de notícias, da produção dos discursos midiáticos, e, sobretudo, da estrutura de dominação construída e sustentada pelo poder hegemônico, assim, formas ideológicas não servem somente para representar a sociedade, elas são práticas sociais e, nesse sentido, “[...] formas de exercício dos antagonismos de classes que até podem ser discursos, mas são também qualquer outro tipo de realidade significativa conduzida dentro ou por aparelhos institucionais”. (MOTTA, 2002, p. 141).

Compreender a ideologia como lugar de confronto e sistema que representa interesses de classes, explica a forma como a classe dominante (em dado momento histórico) estabelece regras, discursos e práticas sociais vigentes, mesmo diante da resistência por parte dos dominados.

Desse modo, a mídia, como instituição ideológica e massificada de grande poder, reproduz as regras dispostas pela classe dominante (da qual faz parte); e seu processo de seleção de notícias é um dos elementos desse sistema que opera no sentido de contribuir para a organização das estruturas de poder e dominação da sociedade.

Até aqui, teci considerações acerca de gênero, mídia e poder; pretendo, no próximo item, adentrar na seara jurídica, no intuito de contextualizar os discursos midiáticos, que estão representados no *corpus* desse trabalho, e que agem, de forma ideológica, relacionando papéis sociais e gêneros sociais, em matérias jornalísticas acerca de homens e mulheres que, ora são os(as) autores(as), ora são as vítimas de crimes passionais.

1.6 Gênero social e crime passional: a interferência do social no legal

Em primeiro lugar, diante do objetivo geral de minha pesquisa, é necessário esclarecer conceitos relacionados ao direito penal brasileiro. Considerando que minhas análises tratam de reportagens jornalísticas sobre homens e mulheres, autores(as) e vítimas, de crimes popularmente conhecidos como passionais, em diferentes décadas, e com base na teoria de pesquisadores(as) do âmbito do direito, buscarei subsídios para uma análise, textualmente orientada, mais completa e precisa.

Ressalto que não se trata de esgotar teorias penais a respeito do crime, uma vez que não é esse meu tema central, apenas entendo necessária a compreensão de certos aspectos dessa figura legal para alicerçar os resultados do meu estudo.

Em princípio, é importante entender o que é crime para em seguida caracterizá-lo como passional. Sob essa perspectiva, Greco (2013, p. 137) postula que o crime “[...] é um todo unitário,” mas “faz-se necessária a análise de cada uma de suas características ou elementos fundamentais, quais sejam: i. o fato típico, ii. a antijuridicidade; e iii. a culpabilidade.”

O crime é uma conduta tipificada, antijurídica e culpável, isto é, disposta no Código Penal Brasileiro, contrária ao ordenamento jurídico, e reprovável pela ordem jurídica. Sob a mesma ótica, dispõe Zaffaroni (1996, *apud* GRECO p. 145) que:

[...] delito é uma conduta humana individualizada mediante um dispositivo legal (tipo) que revela sua proibição (típica), que por não estar permitida por nenhum preceito jurídico (causa de justificação) é contrária ao ordenamento jurídico (antijurídica) e que, por ser exigível do autor que atuasse de outra maneira nessa circunstância, lhe é reprovável (culpável).

Considerando essa figura legal, entendo pertinente o detalhamento do artigo 121 do Código de Processo Penal, conforme disposto no quadro seguinte:

Quadro 02 - Homicídio

Homicídio simples	Art. 121. Matar alguém. Pena - reclusão, de seis a vinte anos.
Homicídio qualificado	§ 2º Se o homicídio é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime: Pena - reclusão, de doze a trinta anos.
Causa de diminuição da pena	§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Fonte: elaborado pela autora, com base em informações retiradas do Código Penal Brasileiro

Diante do exposto, e antes de adentrar nas especificidades dos crimes passionais, é preciso identificar as características gerais do homicídio, o tipo particular de crime que faz parte do conceito relacionado a crime passional em específico; postulado no Código Penal Brasileiro. Para Bitencourt (2010, p. 45):

[...] Nosso Código Penal de 1940, a exemplo do primeiro Código Penal Republicano (1890), preferiu utilizar a expressão homicídio como *nomen iuris* do crime que suprime a vida alheia, independentemente das condições ou circunstâncias em que esse crime é praticado. Distinguiu, no entanto, três modalidades: homicídio simples (art. 121, caput), homicídio privilegiado (art. 121, 1º) e homicídio qualificado (art. 121 2º).

Dentro do universo jurídico, o termo crime passional é utilizado para definir um tipo específico de homicídio, causado pela *passio* (do latim, paixão), que se dá em um contexto de fortes emoções e ausência de razão por parte do autor. Consoante Mirabete (2009, p 170):

[...] fala-se em homicídio passional para conceituar-se o crime praticado por amor, mas a paixão somente informa um homicídio privilegiado quando este for praticado por relevante valor social ou moral ou sob influência de violenta emoção. A emoção violenta é, às vezes, a exteriorização de outras paixões mais duradouras que se sucedem, se alternam ou se confundem: o ódio, a honra, a ambição.

Diante dessa acepção, podemos concluir que o crime passional pode ocorrer sem que seja privilegiado, como dispõe o § 1 do art. 121 do Código Penal. Afinal, o crime passional não é um caso de homicídio previsto no ordenamento jurídico, sendo assim é possível afirmar que, caso esse crime não tenha sido “ [...] impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima [...]” (Código Penal, art. 121, § 1º), não há que se falar em diminuição de pena ou qualquer outra regalia ao autor ou à autora do injusto penal. Isto é, caso um homem ou uma mulher cometa homicídio doloso contra alguém em um contexto, socialmente aceito como passional, mas não haja provas de relevância social, violenta emoção, ou injusta provocação da vítima; este crime será passional, mas não será privilegiado. Nesse caso, o autor ou a autora do injusto penal não terá direito ao abrandamento de sua pena.

Entretanto, pode-se destacar que até a década de 1970, nas palavras de Eluf (2003, p. 163):

[...] ainda havia na sociedade um sentimento patriarcal muito forte. A concepção de que a infidelidade conjugal da mulher era uma afronta aos direitos conjugais do marido e um insulto ao cônjuge enganado encontrava eco nos sentimentos dos jurados, que viam o homicida passional com benevolência.

Nesse cenário, eram acatados efeitos de diminuição de pena pelo simples fato de ter sido o crime caracterizado como passional, mesmo que não tivesse havido motivo de relevante valor social ou moral, domínio de violenta emoção ou injusta provocação da vítima, tratados no § 1 do art. 121 do Código Penal.

Ressalta-se que o crime passional está intrinsecamente relacionado à questão de gênero, afinal como anuncia Crisóstomo (2013, p. 33) “[...] sabe-se que a maioria dos casos de violência doméstica e familiar é praticada por homens que agredem as mulheres com quem mantêm uma relação afetiva (sexual ou não)”. A autora acrescenta, ainda, o seguinte:

[...] Estatísticas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no final na década de 1980 apontaram um índice significativo de violência doméstica e familiar sofrida pelas mulheres brasileiras, constatando que 63% das agressões físicas sofridas ocorrem dentro do âmbito familiar e entre pessoas que se relacionavam afetivamente. A pesquisa também indica que 11% das brasileiras já foram espancadas ao menos uma vez e que 31% das entrevistadas tinham sofrido agressões recentes, cerca de doze meses antes da efetivação da pesquisa (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2008, *apud* CRISÓSTOMO, 2013, p. 33).

Apesar de o Código Penal de 1940, vigente hoje no Brasil, invalidar a tese do réu que alegasse perturbação dos sentidos, defesa aceita conforme o Código Penal de 1890, havia outros meios de anular o crime cometido, como o argumento vinculado à violenta emoção “[..] em que o acusado dizia ter agido mediante o impulso de seus sentimentos. Ademais, a alegação de legítima defesa da honra também era utilizada como justificativa dos acusados”. (CRISÓSTOMO, 2013, p. 21) por décadas, no Brasil, para atenuar os crimes cometidos por homens contra suas esposas.

Sob essa ótica, a honra do homem estava associada ao comportamento das mulheres que faziam parte de seu convívio. Somava-se a isso o fato de o crime de

homicídio ser julgado por meio do Tribunal do Júri, e não por um juiz togado, o que facilitava alegações de defesa da honra em face da infidelidade de mulheres, pois os julgadores, quase sempre homens, eram pessoas do povo que desconheciam tecnicidades legais.

Ressalto aqui que, apesar de homens e mulheres terem a capacidade de cometer crimes passionais, a justificativa da legítima defesa da honra era restrita a homens que matavam mulheres e não o contrário. Os advogados de defesa alegavam o interesse social dos sentimentos que engendravam o crime passional e afirmavam ainda que:

[...] os réus tinham sido motivados por circunstâncias específicas, sendo improvável que tornassem a cometer outro crime. Deste modo, os advogados construía, perante o júri popular, uma imagem dos homicidas passionais que os representavam como bons cidadãos que, num momento de instabilidade emocional, foram capazes de cometer um único desatino, um fato isolado, incapaz de torná-los uma ameaça social (CRISÓSTOMO, 2013, p. 21).

Esses argumentos, utilizados como meio de convencimento dos integrantes do júri popular, foram bastante exitosos e fomentaram um número expressivo de absolvições de acusados, homens, por crimes passionais.

Nesse sentido, Caulfield (*apud* CRISÓSTOMO, 2013, 22) afirma que “[...] as mulheres não puderam integrar os júris até 1932 e a partir de então permaneceram como minoria nas décadas seguintes, a identificação masculina pode, na verdade, ter sido um fator para a simpatia dos jurados”.

Apesar de a estratégia conhecida como legítima defesa da honra ter diminuído nas últimas décadas, analisar a forma como a mídia retrata esse tipo de crime pode trazer à luz algumas questões associadas à construção de representações dos atores ligados a essa prática social específica. Ressalto, portanto, a relevância da ADC como teoria e método para a análise de práticas sociais, operacionalizando a transdisciplinaridade entre mídia, gênero, poder e justiça. Uma vez que, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), práticas sociais são formas habituais, conectadas a tempos e lugares particulares, nas quais indivíduos aplicam recursos materiais ou simbólicos para agir em conjunto no mundo.

Considero, portanto, neste trabalho, o crime passional como uma prática social ligada, eminentemente, a papéis sociais de gênero, isto é, um tipo de violência de

gênero; espécie penal que trata da violência que ocorre sobre as pessoas em função de seu gênero social. Sendo assim, existem discursos midiáticos relacionados a esse tema, ideologicamente vinculados a grupos hegemônicos, que buscam refletir e informar a sociedade, mas constroem e legitimam representações sobre os sujeitos envolvidos nessas práticas.

Concluo esse capítulo afirmando a relevância da ADC ao embasar a pesquisa em tela, tendo em vista seu caráter eminentemente transdisciplinar, e refletindo sobre alguns tópicos tratados até aqui. Diante de todo o exposto, posiciono-me criticamente e reconheço o poder simbólico, construído ideologicamente, dos meios de comunicação de massa e o caráter social do gênero.

Considero, ainda, crimes passionais, os homicídios perpetrados diante de fortes emoções de caráter amoroso, isto é, utilizo sua acepção *lato sensu* e popular, sem me ater à letra fria da lei. Pretendo, assim, me debruçar acerca dos papéis sociais de gênero, legitimados pela mídia, em um contexto específico de violência, ora sofrida e ora consumada por mulheres, e não do caráter jurídico desses discursos.

Busco, por meio dessas análises, refletir acerca das construções sociais sobre gênero, idealizadas e mantidas pela mídia, que funciona como porta-voz de grupos hegemônicos, e contribui com estruturas de desigualdades fundadas em papéis sociais destinados a homens e mulheres especificamente. Sendo assim, tendo em vista a elucidação dessas indagações, passo ao capítulo seguinte, em que abordo as bases teóricas que alicerçam minha pesquisa.

2 “BEM CONHECIDA RECEITA”

A metáfora escolhida para introduzir o capítulo teórico é uma “bem conhecida receita”, do campo linguístico crítico, que fundamentará as análises dos textos empreendidas no quarto capítulo. Por meio dessa “receita”, serão confeccionadas análises que responderão às questões de pesquisa suscitadas por mim na introdução deste trabalho.

Neste capítulo, apresento o arcabouço teórico que norteará minhas análises e construirá a base para a pesquisa ora apresentada. Início pelo sustentáculo de minhas proposições, a Análise do Discurso Crítica, que utilizo para o estudo das representações de papéis sociais de gênero construídas pela mídia, e concluo com apontamentos acerca das teorias sobre Ideologia que orientam a análise sobre a legitimação desses discursos hegemônicos.

2.1 Afinal, para que uma análise de discurso crítica?

Um das características fundamentais da ADC é a interdisciplinaridade, uma vez que esse aspecto garante à teoria, conforme postula Wodak (2004, p.236), “[...] uma compreensão mais completa de como a linguagem funciona, por exemplo, na constituição e na transmissão do conhecimento, na organização das instituições sociais, e no exercício do poder.”

Neste trabalho, essa propriedade torna-se especialmente relevante diante da necessidade de associar discursos ligados à mídia, ao gênero social e à hegemonia. Outra característica importante da ADC é o fato de suas pesquisas serem posicionadas criticamente, baseadas em problemas sociais reais, afinal, nas palavras da autora:

[...] a linguagem classifica o poder, expressa poder, e está presente onde há disputa e desafio ao poder. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo. (WODAK, 2004, p. 237)
 [...] A ACD³ está interessada em como as formas linguísticas são usadas em várias expressões e manipulações do poder. O poder é

³ No tocante à diferenciação entre terminologias, Análise Crítica do Discurso (ACD) e Análise do Discurso Crítica (ADC); partilho do entendimento de Camilo (2016), que prefere o termo ADC, afirmando que, apesar da expressão portuguesa “análise crítica do discurso”, utilizada, por exemplo, no livro organizado por E. Pedro (1997); há uma razão que consolide o termo ADC, qual seja, a tradição brasileira no estudo do discurso. “[...] Só para ilustrar esse ponto, o livro de E. Orlandi *A linguagem e seu funcionamento* foi publicado em 1983 (1ª ed.) Essa tradição acadêmica se consolidou no Brasil com a expressão análise do discurso. (CAMILO, 2016, p. 37. Grifo do autor.)

sinalizado não somente e pelas formas gramaticais presentes em um texto, mas também pelo controle que uma pessoa exerce sobre uma ocasião social através do gênero textual (WODAK, 2004, p. 237).

Tendo em vista uma reflexão sobre as representações construídas, ideologicamente, pela mídia, acerca dos papéis sociais de gênero; a ADC revela-se bastante pertinente, afinal, não estuda a linguagem como estrutura abstrata, e sim como um momento da prática social. Seu viés crítico é importante à minha pesquisa e diz respeito a uma abordagem dialética, textualmente orientada a alcançar o sentido do discurso, principalmente no que diz respeito a seus impactos nas relações assimétricas de poder que se constituem em lutas hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2003).

A ADC estuda as construções ideológicas por meio do discurso. Sobre esse ponto, Fairclough (2016, p. 94), um dos precursores dessa teoria, propõe “[...] considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis”, pois, “[...] o sujeito é um ator ideológico que constrói e é construído via processos discursivos”. As práticas sociais, por sua vez, são o lugar em que, nas palavras de Vieira & Resende (2016, p. 17), “[...] a linguagem se manifesta como discurso: como uma parte irreduzível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem.”

Nesse sentido, Fairclough (2016) propõe um modelo tridimensional do discurso, e considera o evento discursivo como texto e como prática social. O primeiro trata da prática discursiva em sua interação como texto e o segundo aborda questões sociais. O autor considera o discurso em três implicações, quais sejam:

- um modo de ação sobre o mundo e sobre as outras pessoas, e de representação;
- uma relação dialética entre discursos e as estruturas de relações de poder que os constroem e que são construídas por eles;
- uma prática social usada para criar significados sobre o mundo.

Fairclough (2003) propõe, ainda, o desenvolvimento de uma análise do discurso voltada à análise e à pesquisa social. O pesquisador se utiliza do termo ‘texto’ em seu sentido amplo, também utilizado neste trabalho. Para Fairclough (2003), o

conceito abarca textos impressos e escritos, cópias de conversas e entrevistas (faladas) e qualquer exemplo de linguagem em uso.

Outros conceitos importantes para essa teoria são ordens do discurso e eventos sociais, assim, com base no disposto por Paulo Roberto Gonçalves-Segundo (2018, p. 90), podemos distinguir esses termos da seguinte forma:

[...] se transpusermos as reflexões realizadas acerca de eventos, práticas e estruturas sociais para o domínio da linguagem, teremos as seguintes correspondências:

1. as estruturas sociais estariam no mesmo nível da abstração das línguas;
2. as práticas sociais se equiparariam às ordens do discurso;
3. os eventos sociais seriam os textos.

Isso posto, o autor afirma que podemos considerar a língua uma estrutura social dotada de inúmeras potencialidades e que pode ser utilizada para compor significados de mundo, entretanto essa utilização não é livre; existe uma coerção estrutural que orienta e restringe esse modo de ação sobre o mundo, uma vez que nos movimentamos em uma estrutura social que nos precede e nos constrange.

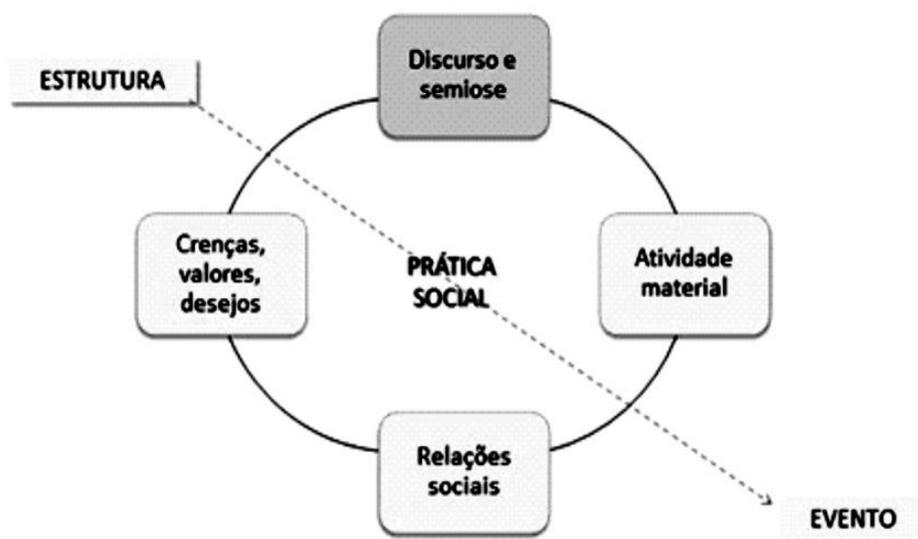
Os textos, por sua vez, como produtos dos eventos sociais, são únicos, tendo em vista as condições reais que tornaram sua existência possível. O liame que une o plano abstrato (língua) ao plano concreto (texto) são as práticas sociais, caracterizadas, no que diz respeito à questão discursiva, como ordens do discurso, “[...] formadas por modos sociossemióticos de agir (gêneros), de representar (discursos) e de ser (estilos).” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 93).

Destaco que discurso pode ser entendido em dois contextos, o primeiro é o que Gonçalves-Segundo (2018, p. 90) denomina “[...] atividade sociossemiótica humana que é um momento da prática social, responsável pela geração de sentido”; o segundo diz respeito a formas de representação da realidade. Importa ressaltar ainda que, de acordo com Silva (2015, p. 255):

[...] outros conceitos importantes para a ADC são os de prática discursiva e de prática social. A prática discursiva é composta de modo convencional ou criativo: reproduz a sociedade e pode transformá-la. A prática social tem várias orientações, e uma delas é a ideológica.

Considerando as questões relacionadas a ordens do discurso, Chouliaraki e Fairclough (1999) dividiram os momentos de prática social em quatro: i. discurso, ii. fenômeno mental (crenças, valores e desejos), iii. atividade material e iv. relações sociais; baseando-se no funcionalismo de Halliday. Essa articulação está disposta abaixo conforme, Resende (2017):

Figura 02 - Momentos da prática social segundo Chouliaraki e Fairclough (1999)



Fonte: Informações retiradas de RESENDE,2017, p. 14

Ao propor três significados do discurso (acional, representacional e identificacional), Fairclough (2003), baseando-se na linguística sistêmico funcional; afirma que o discurso se apresenta como: i. Gênero, ii. Discursos e iii. Estilos, considerados meios, de certa forma, constantes, de agir, representar e identificar. Ressalto que a análise empreendida no presente trabalho abordará os tipos de relação textual mencionados.

No tocante às análises linguísticas delineadas por meio da ADC, Vieira & Resende (2016, p. 23) informam o seguinte:

[...] a ADC, então, ao mesmo tempo rejeita análises linguísticas que não se mostrem relevantes para a crítica social e exige que a crítica social oriunda de pesquisas nesse campo seja baseada em análises

linguísticas situadas. É por isso que se pode classificar a ADC como análise de Discurso Textualmente Orientada (Fairclough, 2001). O propósito das análises em ADC é, portanto, mapear conexões entre escolhas de atores sociais ou grupos, em textos e eventos discursivos específicos, e questões mais amplas, de cunho social, envolvendo poder.

Tendo em vista essa perspectiva crítica, esta pesquisa se mostra relevante ao mapear representações de homens e mulheres, em um contexto de violência de gênero, para refletir acerca das repercussões dos discursos hegemônicos, relacionados a papéis sociais de gênero, que constroem e legitimam essa estrutura dada, mas passível de transformação. A respeito desse aspecto, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 67) dispõem que a análise crítica é dialética, e tem o objetivo de demonstrar como o discurso funciona na prática social, tendo em vista seu impacto nas diferentes lutas hegemônicas e nas relações de dominação.

Chouliaraki e Fairclough (1999) identificam, ainda, a ADC na modernidade tardia, conforme proposto por Giddens (1991). Os autores, ao tratarem da vida social como prática, afirmam que esta não é habitual, ligada a tempos e lugares específicos. As práticas sociais tratam de uma construção que dura toda uma vida e se constitui em um ponto de conexão entre as estruturas abstratas e os eventos concretos. Essas práticas são dotadas de reflexividade, o que significa que seu uso resulta no uso da linguagem, e que essas construções discursivas, a respeito das práticas sociais, são partes de alguma prática.

Esse conceito, como propõem os autores, pode sustentar relações de dominação, pois faz parte de construções ideológicas, que nada mais são que práticas edificadas por meio de perspectivas particulares de mundo, e que eliminam todas as visões contrárias às suas, de acordo com seus interesses e a ignorância alheia. Dessa forma, é possível concluir que as práticas discursivas ideológicas se caracterizam por estruturas de assimetria de poder, em que uns dominam determinadas práticas e subjagam outros que não as detêm.

Ao considerar ADC como uma teoria interdisciplinar, que se preocupa com as questões ideológicas presentes nos textos sobre as diversas relações sociais, podemos associá-la a conteúdos voltados ao gênero social, local de profunda assimetria de poder.

Sob esse viés, Lazar (2007) articula um estudo acerca das práticas discursivas feministas que, segundo a autora, é motivado pelo desejo de emancipação e transformação social. Lazar (2007) afirma que uma ADC feminista é bastante pertinente nos dias atuais, quando questões associadas a gênero, poder e ideologia se tornaram muito mais complexas e sutis. Sendo assim, seu objetivo é refletir e trazer à luz as formas com que questões camufladas, associadas ao gênero e ao poder hegemônico, são produzidas, legitimadas e negociadas em diferentes contextos e comunidades.

A ADC feminista se interessa pela forma como ideologias sobre gênero e relações de poder, nesse contexto, são produzidas e negociadas ou, ainda, contestadas nas representações realizadas em meio às diversas práticas sociais. A reflexividade, fenômeno da modernidade, proposta por Giddens (1991), também faz parte dessa teoria, uma vez que entender as práticas que subjagam as mulheres pode servir à construção de novas práticas que as libertem. Essa visão feminista da ADC serve de forma profícua às análises propostas neste trabalho, uma vez que congrega a criticidade da ADC às questões de gênero social abarcadas por esta pesquisa.

2.2 Atores(atrizes) sociais: representação mediada pela ideologia

Antes de tratar da teoria da representação dos atores sociais, farei uma introdução acerca da Teoria das Representações Sociais (TRS) que deu origem aos estudos de Theo van Leeuwen (1997). Sendo assim, é importante destacar que a Teoria das Representações Sociais faz parte da Psicologia Social que, assim como a ADC, estuda a relação entre o indivíduo e a sociedade que o cerca.

Minayo (2011, p. 90), ao tratar da TRS, afirma que as Representações sociais são reveladas por meio de comportamentos, linguísticos ou não, que fazem parte de estruturas institucionalizadas e, dessa forma, devem ser estudadas a partir da compreensão desse ambiente estrutural, além disso, “[...] as Representações Sociais possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade. Portanto devem ser analisadas criticamente.”. No que tange a essa representação da realidade, Moscovici (2017, p. 33) afirma que:

[...] nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis.

O autor, em conjunto com Guareschi e Jovchelovitch (1995), teoriza acerca das representações sociais e lista duas funções dessas representações, a saber:

- a) As representações sociais transformam objetos, pessoas e fatos em convenções, reduzindo esses elementos a modelos predeterminados;
- b) As representações são impostas à sociedade de forma irresistível.

De acordo com as funções expostas por Moscovici (2017, p. 37), podemos afirmar que, apesar de as representações sociais fazerem parte dos indivíduos e serem partilhadas por eles, elas não são construídas individualmente, elas são “[...] repensadas, re-citadas e re-apresentadas”. Segundo o autor:

[...] todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente (MOSCOVICI, 2017, p. 37).

Essa perspectiva que associa representações sociais a representações de mundo impostas aos indivíduos pode ser complementada com a visão de Minayo (2011, p. 90), que relaciona essas representações a grupos dominantes de uma sociedade. Nas palavras da autora:

[...] algumas representações são mais abrangentes em termos de sociedade como um todo e revelam a visão de mundo de determinada época. São as concepções das classes dominantes dentro da história de uma sociedade. Mas essas mesmas ideias abrangentes possuem elementos de passado na sua conformação e projetam o futuro em termo de reprodução de dominação.

As representações sociais, que são exteriorizadas por meio da linguagem, são parte da estrutura de poder da sociedade. Dessa forma, é imperiosa sua análise para que compreendamos esse sistema como um todo e possamos transformá-lo, uma vez que o estudo dessas representações contempla elementos tanto de dominação, quanto de resistência; assim como o estudo das representações sobre a realidade criadas pela mídia, e as pesquisas voltadas à análise crítica do discurso.

Sob essa perspectiva social e com base na TRS, van Leeuwen (1997) propõe categorias analíticas que tratam da representação dos atores incluídos ou não em determinado texto. Para o autor, atores sociais são os sujeitos incluídos ou excluídos em um texto, tendo em vista a ideologia que o perpassa. As análises que se baseiam em suas categorias desnudam efeitos das lutas de classes presentes na sociedade, visto que as representações de atores sociais são matéria-prima para uma análise social que retrata contextos em que uns grupos detêm o poder e outros grupos são marginalizados.

Diante do exposto, ressalto a relevância das categorias aventadas por van Leeuwen (1997) à minha pesquisa, diante de meu objetivo de analisar reportagens jornalísticas para refletir sobre as representações construídas, ideologicamente, pela mídia, acerca dos papéis sociais de gênero, no contexto de publicações, em diferentes momentos da sociedade brasileira, o final da década de 1970 e o início da década de 1980 e a década de 2010, que tratam de homens e mulheres que foram autores(as) e vítimas de crimes passionais. Importa ressaltar que, segundo Silva (2009, 103), “[...] essas representações passam por mudanças constantemente, processo que ocorre por meio de contínua negociação. E a ADC é um recurso Teórico-Methodológico que auxilia no exame e no entendimento dessas representações.” Diante do exposto, incluo a seguir um quadro com as principais categorias aventadas por van Leeuwen (1997).

Destaco que nem todas as categorias relacionadas no quadro abaixo serão relevantes à minha análise, entretanto é importante enfatizar que a teoria da representação dos atores sociais é bastante profícua no tipo de pesquisa empreendida no presente trabalho. Por meio da representação dos atores sociais, excluídos e incluídos, nos textos sob análise, é possível desvelar ideologias e discursos que se articulam para criar representações sociais relacionadas ao gênero, e que legitimam assimetrias de poder entre homens e mulheres na sociedade.

Quadro 03 – Categorias analíticas da representação de atores sociais

Exclusão	Supressão				
	Colocação em segundo plano				
Inclusão	Ativação				
	Passivação				
	Participação				
	Circunstancialização				
	Possessivização				
	Personalização	Determinação	Categorização	Funcionalização	
				Identificação	
				Avaliação	
			Nomeação		
			Determinação Única		
			Sobredeterminação	Inversão	Simbolização
					Conotação
					Destilação
			Indeterminação		
	Generalização				
	Especificação	Individualização			
Assimilação		Coletivização			
Impersonalização	Abstração				
	Objetivação				

Fonte: elaborado pela autora, com base em Resende & Ramalho (2011, p. 152)

Destaco que nem todas as categorias relacionadas no quadro acima serão relevantes à minha análise, entretanto é importante enfatizar que a teoria da representação dos atores sociais é bastante profícua no tipo de pesquisa empreendida no presente trabalho. Por meio da representação dos atores sociais, excluídos e incluídos, nos textos sob análise, é possível desvelar ideologias e discursos que se articulam para criar representações sociais relacionadas ao gênero, e que legitimam assimetrias de poder entre homens e mulheres na sociedade.

Ao associar os estudos de Fairclough (2016), Thompson (2011) e van Leeuwen (1997), podemos afirmar que a linguagem é essencialmente ideológica e o discurso da mídia desempenha papel importante na reprodução, legitimação e mediação de ideologias da classe hegemônica. Ademais, discursos midiáticos constroem as representações da realidade e dos atores sociais, sustentando relações de dominação dentro de determinada prática; sob essa ótica, a análise desses discursos pode trazer à

luz as ideologias acerca de papéis sociais de gênero, impostas aos indivíduos, pelas classes detentoras de poder, de forma irresistível. Sob essa perspectiva ideológica, utilizo neste trabalho os termos atores e atrizes sociais para tratar de sujeitos de diferentes gêneros representados em um texto.

Após essa explanação, passo agora ao estudo de conceitos acerca de ideologia e de poder.

2.3 Ideologia e poder: faces da desigualdade de gênero

O poder simbólico dos discursos midiáticos, que produz e dissemina as representações, tanto da realidade, quanto dos atores(atrizes) sociais, e que pode servir à exclusão de certos grupos, é eminentemente ideológico e legitima práticas de dominação. Dessa forma, é importante que se entenda a origem e a concepção do termo ideologia e como seu significado sofreu deturpações em razão do passar dos séculos e do arbítrio das classes dominantes.

Nesse sentido, Marilena Chauí (2008, p.25) assevera que a origem do termo ideologia remonta ao período pós Revolução Francesa (1789). Em 1801, Destutt de Tracy utiliza-se do termo em seu livro *Eléments d'Idéologie*, obra em que o autor pretendia fundar uma teoria ligada à concepção de ideias e ficou conhecido, assim como outros estudiosos de seu tempo, como um ideólogo. O termo ideologia, em seu sentido pejorativo, foi utilizado pela primeira vez por Napoleão Bonaparte que, em um de seus discursos, culpou os males da França às ideias metafísicas sobre ideologia, que buscam reconstruir a legislação dos povos, quando deveriam se adaptar às condições dispostas historicamente.

Modernamente, o conceito pode ser associado a Marx, que iniciou suas observações com críticas aos ideólogos alemães, que, segundo ele, criticavam de forma errônea a teoria hegeliana, ignorando a verdade real dos fatos. Diante dessa reprovação, Marx concebe uma dialética materialista, entretanto assevera Chauí (2008, p. 52/53):

[...] a matéria de que fala Marx é a matéria social, isto é, as relações sociais entendidas como relações de produção, ou seja, como o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência e o modo como pensam e interpretam essas relações [...] o motor da dialética materialista é a forma determinada das condições de trabalho, isto é, das condições de produção e reprodução da

existência social dos homens. Forma que é sempre determinada por uma contradição interna, isto é, pela luta de classes.

Sob essa perspectiva, no que diz respeito ao materialismo histórico e dialético proposto por Marx, a ideologia é um conceito intrinsecamente relacionado à luta de classes, uma vez que serve como instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, mascarando essa dominação para que ela passe despercebida ao grupo subjugado. Isso só é possível, como pontua Chauí (2008), diante da alienação, que constrange o grupo dominado a crer que a realidade não é produzida por ele, e sim que ele é um produto de forças alheias à sua vontade, como Deus, destino ou mesmo o Estado.

Sendo assim, apesar de a luta de classes possibilitar a existência da ideologia, o que lhe dá intensidade é o fato de existir com o objetivo de ocultar que essa luta exista, isto é, “[...] fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades [...], que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam”. (CHAUÍ, 2008, p. 80).

A ideologia funciona, assim, como meio para que a violência do Estado e das forças opressoras em geral passe despercebida e não gere revolta; e se constitui como prática social que possibilita às classes dominantes que seus discursos sejam os discursos dominantes e que seu controle deixe de ser apenas material para ser, principalmente, simbólico.

Assim, as mulheres dominadas por discursos hegemônicos machistas não percebem as coerções a que são submetidas, tendo em vista, entre outras questões, seu gênero social. Elas acreditam que as imposições criadas, de acordo com seu gênero, sempre existiram e são verdades absolutas, e isto só é possível porque existem discursos ideologicamente fabricados que criam, legitimam e naturalizam essas “verdades”.

Neste sentido, a partir do momento em que um grupo de poder ascende e oprime, ele se torna hegemônico e suas ideologias, discursos e práticas sociais são dadas como parte estruturante da sociedade, criando um consenso entre o grupo que domina e o grupo que é dominado. Ressalto que este grupo dominado não percebe as condições a que é submetido e, muitas vezes, propaga o discurso que o aflige; como, por exemplo, as produtoras de textos que reverberam representações prejudiciais às mulheres, muitas vezes, sem se dar conta dos discursos que estão sendo articulados em seus textos.

Isto posto, é relevante que se estabeleça a relação entre ideologia e hegemonia proposta por Chauí (2008) que, com base em Gramsci, caracteriza a hegemonia como um fenômeno que valida, de forma ainda mais pungente, a dominação dos grupos detentores de poder; pois, ainda que essa dominação seja percebida, e mesmo que haja luta no sentido de extingui-la, o grupo dominado continua agindo conforme os preceitos impostos pela ideologia da classe dominante, assim:

[...] uma classe é hegemônica não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado (isto é, o controle jurídico, político e policial da sociedade), mas ela é hegemônica sobretudo porque suas ideias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação (CHAUÍ, 2008, p. 99).

Importa, ainda, considerar alguns apontamentos referentes a Althusser (2001) que, alicerçado na teoria de luta de classes de Marx, formula teses acerca dos aparelhos do Estado. Segundo o autor, o Estado é dotado de Aparelhos Repressores (ARE) e Aparelhos Ideológicos (AIE); os primeiros tratariam de impor as vontades do Estado por meio da violência física e os segundos podem agir com o uso da força, mas sempre atuam por meio de ideologias.

O Aparelho Ideológico por excelência, segundo o teórico, é a escola, por meio da qual são ensinadas às crianças as ideologias que contribuem com a dominação de uma classe social pela outra. A ideologia, para Althusser, é uma “[...] extensão ou aprofundamento da ideologia para Marx e Engels. Ambos os autores pensam a ideologia pelo prisma da luta social, política e econômica que envolve as classes sociais” (SILVA, 2015, p. 262). A pesquisadora afirma, ainda, que Althusser desenvolve conceitos importantes, pois, para ele, a ideologia não estaria restrita ao contexto dos meios de produção, mas também aos contextos relacionados à igreja, à escola, à família, ao Estado e ao direito.

Ressalto, entretanto, que minhas análises estão assentadas no conceito de ideologia proposto por Thompson (2011, p. 15-16), que, ao modernizar concepções ligadas à Marx, busca “reenfocar esse conceito em uma série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido (significado) e poder”. Para esse autor, o termo ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são verdadeiras relações de dominação, eminentemente assimétricas.

Ideologia seria “o sentido a serviço do poder” (THOMPSON, 2011, p. 16), e, sob essa perspectiva, é relevante analisar como os sentidos e os contextos sociais são construídos e utilizados. Refletir a respeito da ideologia exige uma análise de diferentes cenários de construções de sentido, como discursos, imagens, textos e, conseqüentemente, dos sentidos construídos para a manutenção e/ou a transformação de determinadas relações de poder.

As formulações de Thompson (2011) apoiam-se em uma concepção latente elaborada por Marx, entretanto há, em suas teses, uma crítica ao autor alemão, uma vez que, segundo Thompson (2011, p. 76) “[..] não é essencial que as formas simbólicas sejam errôneas e ilusórias para que sejam ideológicas”. O interesse do pesquisador não deve ser determinado pela verdade ou falsidade das formas simbólicas, e sim pelas condições em que estas formas, que não são invariavelmente falsas, servem à sustentação de relações de dominação.

Para o autor, as relações de dominação e subordinação não são unicamente constituídas pela luta de classes, conforme sustentava Marx, afinal é preciso, ainda, ponderar acerca das “[...] relações entre os sexos, entre os grupos étnicos, entre os indivíduos e o estado, entre o estado-nação e blocos de estados-nação”. (THOMPSON, 2011, p. 77-78). As relações entre as classes não constituiriam, dessa forma, o eixo absoluto que ordena as sociedades modernas; essa luta desempenha papel importante, entretanto outros embates têm atribuição ainda mais relevante em certos contextos. Thompson (2011, p. 78) postula, portanto, “[...] cortar o elo entre o conceito de ideologia e o de dominação de classe”.

De forma mais abrangente, Thompson (2011, p. 79) propõe conceituar ideologia nos seguintes termos:

[...] maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas.

Diante dessa proposição, é possível associar, de forma mais contundente, o conceito de ideologia supramencionado e os conceitos abrangidos pela ADC. Por essa lógica, cabe esclarecer que Thompson (2011, p. 79) entende por formas simbólicas:

[...] um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não-linguísticas ou quase linguísticas em sua natureza (por exemplo uma imagem visual ou um construto que combina imagens e palavras).

No intuito de formular uma concepção própria de ideologia, Thompson (2011, p. 79) elabora três conceitos acerca do tema: i. o conceito de sentido, ii) o conceito de dominação, e iii) “[...] as maneiras como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

O sentido, na visão do autor, é o sentido das formas simbólicas que fazem parte das estruturas que compõem a sociedade; e as posições do sujeito dentro de determinado campo social garantem a ele diversificados graus de poder, pois, a depender do contexto do indivíduo, ele tem acesso a diferentes graus de recursos, sendo assim:

[...] podemos falar de “dominação”, quando relações estabelecidas de poder são “sistematicamente assimétricas”, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, independente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (THOMPSON, 2011, p.80, grifos do autor).

Essas relações estabelecidas, por meio da dominação, são o cenário ideal para a produção de um novo conceito a respeito da ideologia; nesse sentido, Thompson (2011) identifica certos modos de operação da ideologia, e como essas estratégias estão relacionadas a construções simbólicas, distinguindo cinco formas de atuação ideológicas, dispostas no quadro 4, que servirão de base à minha análise sobre como a ideologia opera na construção e na legitimação das representações midiáticas dos sujeitos, autores(as) e vítimas de crimes passionais.

Quadro 04 - Modos de operação da ideologia

MODOS GERAIS	ALGUMAS ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
LEGITIMAÇÃO	Racionalização
	Universalização
	Narrativização
DISSIMULAÇÃO	Deslocamento
	Eufemização
	Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
UNIFICAÇÃO	Estandarização
	Simbolização da unidade
FRAGMENTAÇÃO	Diferenciação
	Expurgo do outro
REIFICAÇÃO	Naturalização
	Eternização
	Nominalização/passivização

Fonte: elaborado pela autora, com base em Thompson, 2011, p. 81.

A associação proposta na pesquisa em tela entre as concepções de ideologia de Thompson (2011) e a ADC vai ao encontro do que dispõe Fairclough (2016, p. 117, grifos do autor), quanto este afirma que a prática discursiva seria uma forma material de ideologia. Nas palavras do autor, em posição semelhante à de Thompson, “[...] determinados usos da linguagem e de outras ‘formas simbólicas’ são ideológicos, isto é, servem, em circunstâncias específicas para estabelecer e manter relações de dominação”, ainda segundo o autor, “[...] as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de senso comum”.

Fairclough (2016), com base também em Althusser e Voloshinov, afirma a existência material da ideologia nas diversas práticas discursivas, o que possibilita a análise do discurso como forma material e ideológica. O autor sustenta, ainda, que a ideologia influi na constituição dos sujeitos e os aparelhos ideológicos do estado delimitam as lutas de classes que se constituem em embates nos discursos e podem ser foco de análise.

No que diz respeito à linguagem, a ideologia faz parte tanto das estruturas de estado (abstratas) quanto dos eventos discursivos (concretos) e, dessa forma, Fairclough (2016, p. 118) afirma que “[...] o desafio está em encontrar uma

explicação da dialética das estruturas e eventos, ou seja, demonstrar que os eventos são restringidos por convenções sociais, orientando-se sempre pelas ordens do discurso.”

No nível do texto, tema particularmente relevante tendo em vista às análises a serem realizadas nesta pesquisa, Fairclough (2016) assevera que seus aspectos formais podem ser atingidos por questões ideológicas e isso se reflete nas identidades sociais e nas relações sociais. Considero importante destacar que a ideologia faz parte de todos os níveis do discurso, entretanto a naturalização de suas práticas torna difícil a compreensão de sua existência, afinal, como exposto anteriormente, mesmo a prática de resistência a esses discursos é moldada pelas ideologias que a subjazem. Entretanto, é também importante ressaltar a posição dialética, defendida pelo autor e compartilhada neste trabalho, segundo a qual:

[...] os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras (FAIRCLOUGH, 2016 p. 121).

Quanto à associação entre discurso, ideologia e lutas hegemônicas, Magalhães (2001, p. 17) nos informa que “[...] o discurso é visto numa perspectiva de poder como hegemonia e de evolução das relações de poder como luta hegemônica”. Vieira & Resende (2016, p. 26), por sua vez, conceituam confrontos hegemônicos como lutas travadas “[...] no/pelo discurso, [...] uma das maneiras de se instaurar e manter a hegemonia. Quando o abuso de poder é instaurado e mantido por meio de significados discursivos, está em jogo a ideologia.”

No que diz respeito à hegemonia, destaco que, neste trabalho, utilizarei o conceito aventado por Fairclough (2016). Hegemonia é, assim, uma forma de liderança que age em forma de controles políticos, econômicos, culturais e ideológicos dentro da sociedade; “[...] o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais.” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 122).

Ao conceber hegemonia como uma estruturação, instável, de alianças e integrações no intuito de manter relações de dominação, e luta hegemônica como uma

coalizão de diversas instituições, com poderes distribuídos de forma desigual, da sociedade civil; afirmo que os meios de comunicação de massa fazem parte dessa frente e se articulam a outros grupos de poder, fabricando discursos que sustentam hegemonias. No entanto, por meio da consciência desses embates, e da problematização de suas convenções, é possível forjar práticas sociais de resistência que contribuam para a transformação das ordens do discurso.

2.4 Mídia: fonte de disseminação do poder simbólico

Ao considerar o poder dos discursos da mídia, precisamos observar questões relacionadas à hegemonia e aos aparelhos ideológicos do Estado. A mídia é um aparelho ideológico e, ao mesmo tempo, um dos poderes hegemônicos da sociedade moderna. Esse poder não se estabelece por meio da violência, mas por práticas discursivas que tentam mascarar a dominação latente empreendida por uns grupos sociais sobre outros.

Ao conceituar poder simbólico, Bourdieu (1989) trata do poder que certas instituições possuem; poder que nem sempre é material, às vezes é simbólico e, por vezes, extremamente violento. Uma dessas instituições é a mídia, que serve como mediadora entre sujeitos e fatos, atribuição profundamente significativa, afinal essa capacidade pode servir à manutenção de discursos hegemônicos, utilizados pela classe dominante na manipulação da classe dominada.

Nas palavras do autor, esse poder se concretiza por meio dos sistemas simbólicos que são instrumentos de conhecimento e comunicação sustentados por estruturas estruturantes como a língua, a religião, a arte, e por estruturas estruturadas que reproduzem a ordem social, como a mídia. Os sistemas simbólicos exercem funções políticas e disseminam a cultura dominante que, por sua vez, distingue a classe dominante, desmobiliza a classe dominada e legitima a ordem estabelecida constituindo consensos por meio de uma violência simbólica que propaga ideologias.

Esses consensos se organizam por meio de um capital simbólico, isto é, uma força que se manifesta de forma irreconhecível nas relações de sentido, instaurando relações de força simbólicas manifestadas na interação, nas formas de estratégias retóricas que determinam o que pode ser dito e o que não pode, quem é excluído e quem

não é, e delimitam o acesso ao local da palavra e à palavra, de acordo com aposição social dos sujeitos.

Considero que a teoria do simbolismo, proposta por Bourdieu (1989), está em harmonia com alguns preceitos da ADC, tendo em vista que ambas as teorias podem orientar-se no sentido do posicionamento social dos sujeitos, das formas de poder, de estratégias de denegação e de afirmação de formas estereotipadas de sujeitos. Isto é, as duas teorias amparam-se nas formas de linguagem que disseminam relações de dominação, discursos hegemônicos e ideologias a fim de denunciar a desigualdade e a exclusão social.

Segundo Bourdieu (1989), a sociedade se articula mediante um “princípio gerador” que determina o espaço e o poder de cada instituição em uma estrutura. Nesse sentido, os diversos campos articulados pelo princípio gerador encontram-se em constante luta por posições nessa dada estrutura. O campo midiático faz parte dessa ordem e tem o monopólio sobre a mediação do homem com a informação. O exame desses discursos possibilita entender como se constroem e se legitimam os discursos voltados à dominação e existe, ainda, a oportunidade de se identificar como a mídia pode produzir e alterar o que é dado como fato real e como são legitimados os princípios de neutralidade e universalidade intrínsecos a esse espaço.

Essa dimensão simbólica da mídia pode esclarecer, em parte, algumas das desigualdades sociais do sistema, pois se trata de uma forma de agir que é vista como imparcial e neutra, mas atua legitimando hegemonias e manipulando o que é dado como realidade.

Por fim, partindo do pressuposto de que a mídia funciona como um poderoso aparelho ideológico, que constrói e legitima discursos hegemônicos por meio de seu poder simbólico; e que a ADC e a Teoria da Representação de Atores Sociais são relevantes à análise de como esses discursos se materializam, ratificando assimetrias sociais no tocante a estereótipos concernentes a papéis sociais de gênero, no contexto de violência de gênero; passo agora à abordagem dos caminhos metodológicos de minha pesquisa.

3 “TRAÇAR DE NOVO A ESTRADA E VER CORES NAS CINZAS”

Neste capítulo, traçando de novo a estrada e vendo cores nas cinzas, discorrerei sobre o desenvolvimento da pesquisa em tela e a escolha das reportagens que serão analisadas no quarto capítulo. Pretendo expor, assim, meus caminhos metodológicos e esclarecer objetivos e questões de pesquisa.

Aqui, trato da metodologia utilizada para confecção de minha pesquisa, justifico sua importância e especifico as questões de pesquisa que a nortearam. Demonstro, ainda, o porquê da escolha do aporte teórico e a razão do *corpus* destacado. Nesse sentido, busco discutir acerca do enfoque teórico metodológico e da forma como examino as representações dos papéis sociais de gênero nos discursos midiáticos que abordam crimes passionais perpetrados por homens e por mulheres, em diferentes contextos históricos.

Diante do *corpus* selecionado, a pesquisa qualitativa se mostra bastante produtiva, uma vez que, nas palavras de Ramalho e Resende (2016, p.74), “[...] abarca vários tipos de práticas interpretativas que permitem transformar os aspectos do mundo em representações por meio das quais podemos entendê-los, descrevê-los e interpretá-los.”

3.1 Análise de Discurso Crítica aliada ao viés qualitativo

Neste trabalho, proponho analisar representações de papéis sociais de gênero na esfera do crime passional no Brasil. Para tanto, foram selecionados textos referentes a crimes praticados por homens e por mulheres, no final da década de 1970, no começo da década de 1980 e na década de 2010.

A relevância de minha pesquisa assenta-se na importância da análise do discurso, que busca nortear estudos que se voltam ao estudo/análise/crítica do gênero social e da forma como a mídia funciona como legitimadora de estereótipos ligados ao tema. Diante dessa perspectiva, esta pesquisa se ampara na ADC, que considera a linguagem como prática social e uma forma de agir no mundo. Para Fairclough (2003 e 2016), a ADC é transdisciplinar e dialoga com várias áreas do conhecimento, pois está articulada a práticas sociais contextualizadas e globalizadas. Assim é possível, ainda,

relacionar a ADC à reflexão acerca da ideologia, da hegemonia e do poder como um todo.

Desta forma, estabeleço a ADC como teoria e método de análise textual, uma vez que considero o discurso midiático que trata de crimes passionais como uma prática sócio-discursiva, estruturada ideologicamente, que representa a realidade e legitima assimetrias entre diferentes grupos sociais. Sendo assim, esta teoria, voltada ao estudo dos problemas sociais e centrada em conceitos relacionados ao discurso, à ideologia e ao poder hegemônico, é essencial às análises que pretendo desenvolver.

Sob essa ótica, Chouliaraki e Fairclough (1999) nos informam que o(a) pesquisador(a) que utiliza do arcabouço teórico metodológico da ADC precisa identificar o problema no contexto da prática social em que está inserido(a), assim como as representações, o poder e a ideologia associados a este cenário; refletir acerca de como esse discurso e as ordens do discurso agem e quais as posições dos sujeitos que criam e legitimam a ordem do discurso; aplicar análise do texto e suas categorias e verificar formas de superação do problema analisado na prática, para alteração da realidade estudada.

Destaco, também, a necessidade da utilização da pesquisa qualitativa no presente trabalho, que, segundo Denzin (2006, p.32-33), é definida por três atividades gerais, interligadas, que:

[...] seguem uma variedade de rótulos diferentes, incluindo os de teoria, método, análise, ontologia, epistemologia e metodologia. Por trás desses termos, está a biografia pessoal do pesquisador, o qual fala a partir de uma determinada perspectiva de classe, de gênero, de raça, de cultura e de comunidade étnica. Esse pesquisador marcado pelo gênero, situado em múltiplas culturas, aborda o mundo com um conjunto de ideias, um esquema (teoria ontologia) que especifica uma série de questões (epistemologia) que ele então examina em aspectos específicos (metodologia, análise).

Ao tratar da relevância da pesquisa qualitativa, Flick (2009, p. 21, grifos do autor) afirma que:

A mudança social acelerada e a conseqüente diversificação das esferas de vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais. Tratam-se de situações tão novas para eles que suas metodologias dedutivas tradicionais – questões e hipóteses de pesquisas obtidas a partir de modelos teóricos e testadas sobre evidências empíricas – agora

fracassam devido à diferenciação dos objetos. Desta forma, a pesquisa está cada vez mais obrigada a utilizar-se das estratégias indutivas. Em vez de partir de teorias e testá-las, são necessários “conceitos sensibilizantes” para a abordagem dos contextos sociais a serem estudados.

Ambicionando alcançar os objetivos propostos, e a partir da perspectiva qualitativa, analiso textos formais como material para análise de dados, isto é, utilizo dados oriundos de pesquisa documental. Para Gil (2012, p. 51), a pesquisa documental é semelhante à bibliográfica, mas a segunda é um compilado de teorias sobre determinado tema e a primeira trata de materiais que não sofreram “[...] tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. O autor diferencia documentos de primeira mão (que não receberam qualquer tratamento analítico) e documentos de segunda mão (que já foram, de alguma forma, analisados). Nesse sentido meu *corpus* é composto de documentos de primeira mão, pois não foram anteriormente analisados.

Busco, aqui, me guiar pelas seguintes perguntas de pesquisa:

1. Como discursos veiculados pela mídia impressa – jornais e revistas – representam homens e mulheres, autores(as) e vítimas de crimes passionais?
2. A representação de atores e atrizes sociais que cometeram e foram vítimas de crimes passionais, com base em papéis sociais de gênero, sofreu alteração ao longo dos anos?
3. Que estratégias ideológicas os(as) produtores(as) dos textos usam na construção e na legitimação das representações midiáticas dos sujeitos, autores(as) e vítimas de crimes passionais?

Para a análise pretendida, baseio-me no seguinte aporte teórico:

- i. Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH 2003 e 2016);
- ii. Representação de atores sociais (VAN LEUWEEN, 1997)
- iii. Ideologia e poder (THOMPSON 2011).

3.2 Seleção do *corpus*: a diversidade temporal versus o mote passionais

Minha pesquisa teve início a partir da reflexão acerca do modo como os papéis sociais de gênero são representados em meio a situações de extrema violência

física, sofrida e perpetrada por mulheres. Diante dessas ponderações, comecei um processo de pesquisa de dados que pudessem me levar a ponderações sobre a violência contra mulheres, tendo como foco principal, neste momento inicial, dados que tematizassem a forma como mulheres eram representadas quando autoras de crimes associados à violência de gênero. Partindo desse ponto de investigação:

1. Iniciei uma pesquisa no acervo *online* da Revista Veja, primeiramente com o olhar voltado para os crimes cometidos por mulheres, na tentativa de pesquisar se réus de diferentes gêneros recebiam o mesmo tratamento nos meios jurídico e midiático;
2. A pesquisa na revista Veja se deu pela sua abrangência, que contava, na época, e conta, ainda hoje, com um número relevante de leitores em todo o Brasil;
3. Essa etapa introdutória revelou textos com temáticas muito diversas, por isso foi necessário voltar aos dados para estabelecer uma característica que pudesse ser o ponto de semelhança ou dessemelhança entre esse material;
4. Dessa forma, busquei informações no livro “A Paixão no banco dos réus”, que apontou para um interessante ponto de intersecção: o crime passionais, uma vez que o livro de Luiza Nagib Eluf (2003) aborda diversos casos de crimes passionais que ocorreram entre os anos de 1960 e 1980;
5. Com base nessa leitura, a coleta de dados foi retomada considerando dois aspectos: crimes passionais e diferentes momentos históricos;
6. Retomada a pesquisa, agora direcionada para o tema crime passionais, decidi pesquisar textos que tratassem de crimes passionais debatidos no livro de Luiza Nagib Eluf (2003), que tivessem tido grande repercussão na mídia e tivessem sido cometidos por pessoas de diferentes gêneros (um homem e uma mulher);
7. Dessa pesquisa, foram selecionados os casos de Ângela Diniz, assassinada pelo namorado Doca Street; e o de Paulo César Alcântara, assassinado pela esposa, a atriz Dorinha Duval;
8. Nesse sentido, busquei textos relevantes publicados em revistas sobre os casos supramencionados, mas não obtive sucesso; sendo assim, decidi analisar reportagens publicadas em jornais de grande circulação;
9. Voltando às amostras coletadas no acervo da revista Veja, foram selecionadas duas reportagens (2010 e 2012), que envolviam crimes considerados passionais pela população em geral. Essa escolha se deu, principalmente, pela grande comoção nacional que esses assassinatos provocaram ao se tornarem públicos.

Assim, tendo acompanhado o desenrolar dos acontecimentos relacionados aos assassinatos de 2010 e 2012, refleti acerca do modo como as vítimas e os(as) autores(as) dos crimes foram representados(as) nos meios de comunicação de massa. Diante da escolha desses textos, considerei relevante estabelecer um paralelo entre estas representações, e as representações midiáticas de criminosos(as) e vítimas de crimes passionais, realizadas entre as décadas de 70 e 80.

Diante do exposto, farão parte das minhas análises os seguintes textos:

- TEXTO I - “Entra em cena Doca, o amante arrependido”, publicado em 18 de outubro de 1979, pelo Jornal da República (nº 46, Ano1, p.12). A reportagem, de Ricardo Kotscho, como enviado especial, trata do primeiro dia do julgamento de Doca Street, que assassinou Ângela Diniz às 20 horas, do dia 30 de dezembro de 1976, na casa de veraneio da vítima em Praia dos Ossos, Búzios. Após uma discussão, “[...] a moça foi assassinada com três tiros no rosto e um na nuca, por seu companheiro, com quem morava há quatro meses, o paulista Raul Fernandes do Amaral Street, conhecido como Doca Street”. (ELUF, 2003, p. 63). A defesa foi baseada na tese de legítima defesa da honra e responsabilizou a vítima, Ângela Diniz, por ter provocado tal violência, em razão do próprio comportamento. Inicialmente, a pena de Doca Street foi de dois anos, com direito à *sursis*⁴. O caso teve grande repercussão e foi o estopim para organização de um movimento de mulheres contra a violência doméstica, com o *slogan* "Quem ama não mata". Após a mobilização social, houve um segundo julgamento, e a pena do assassino foi elevada para quinze anos. Desses quinze anos, Doca Street cumpriu três anos e meio de pena e passou para o regime semiaberto, até ser solto em 1987, em liberdade condicional.⁵
- TEXTO II – “Em julgamento: o crime de Dorinha Duval”, publicado em 13 de novembro de 1983, pelo Jornal O Globo (p. 24). A

⁴ Suspensão condicional da pena; “[...] suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade, na qual o réu, se assim desejar, se submete durante o período de prova à fiscalização e ao cumprimento de condições judicialmente estabelecidas” (MASSON, 2011, p. 737).

⁵ Informações disponíveis em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/crime-passional-doca-street/>>. Acesso em: fev. 2019.

reportagem, de Terezinha Lopes, aborda a semana anterior ao julgamento de Dorinha Duval, assassina confessa de Paulo Sérgio Garcia Alcântara, seu marido. Na madrugada do dia 05 de outubro de 1980, no Rio de Janeiro, a atriz Dorinha Duval assassinou o cineasta Paulo Sérgio Garcia Alcântara, com quem estava casada há seis anos (ELUF, 2003, p. 71). Levada a júri em 1983, a atriz foi condenada a 18 anos de prisão. Com o julgamento anulado, apesar dos recursos impetrados pelos advogados da família da vítima, seis anos depois ela teria a pena reduzida para seis anos de cadeia. Cumpridos oito meses de prisão no Rio de Janeiro, Dorinha Duval ganhou direito ao regime semiaberto⁶. Ressalta-se que, a pena foi reduzida pois, no segundo julgamento, a tese da legítima defesa foi acatada.

- TEXTO III - “O suspeito Número 1”, publicado em 7 de julho de 2010, pela Revista Veja, Edição 2172, Ano 43, nº 27, p. 78/85. A reportagem escrita por Malu Gaspar, Silvia Rogar e Vinícius Segalla, foi veiculada dias depois do desaparecimento de Eliza Samudio. No momento da reportagem, Bruno era suspeito e Eliza ainda não havia sido dada como morta. Bruno foi preso em julho de 2010 por participação no sequestro e no assassinato de Eliza Samudio. Em 2013, foi condenado a vinte e dois anos e três meses de prisão, dos quais dezessete anos e seis meses são em regime fechado, por homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, meio cruel e uso de meio que dificultou a defesa da vítima), cárcere privado e sequestro de Eliza e do filho deles, e ocultação de cadáver. Por sua confissão, sua pena foi reduzida em três anos, mas aumentada em seis meses por ter comandado o crime. Em fevereiro de 2017, após seis anos e sete meses preso, Bruno conseguiu *habeas corpus* por uma liminar deferida pelo STF, no entanto, em 25 de abril de 2017, o STF voltou a julgá-lo e por três votos a um, decidiu que Bruno deveria voltar à prisão.⁷

⁶ Informações disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2802200120.htm>>. Acesso em fev. 2019.

⁷ Informações disponíveis em: <<https://oglobo.globo.com/rio/entenda-caso-do-goleiro-bruno-20975301>>. Acesso em fev. 2019.

- TEXTO IV – “Fim do conto de fadas”, publicado em 13 de junho de 2012, pela Revista Veja, Edição 2273, Ano 45, nº 24, p. 84/90. A reportagem escrita por Laura Diniz e Leonardo Coutinho, trata do assassinato de Marcos Matsunaga pela esposa Elize Matsunaga. “[...] O caso foi encerrado na madrugada de 05 de dezembro de 2016, quando o juiz Adilson Paukoski proferiu a sentença que a condenou a 19 anos 11 meses e 1 dia de reclusão. Elize foi condenada pelo crime de homicídio qualificado, previsto nas hipóteses do art. 121, §2º do Código Penal Brasileiro.”⁸

Os textos supracitados serão analisados na perspectiva qualitativa, que tem como objetivo analisar as representações, ideologicamente orientadas, de atores e atrizes sociais construídas em narrativas acerca de fatos relacionados a crimes passionais, veiculadas em meios de comunicação de massa.

3.3 Categorias analíticas: o caminho dos textos para a análise

As categorias selecionadas para as análises empreendidas no presente trabalho pretendem efetivar uma análise crítica que reflita sobre os problemas discutidos e gere transformação e emancipação por meio de uma investigação acerca de como os sujeitos são representados na sociedade em que vivemos. Como homens e mulheres são percebidos(as) diante de uma situação de violência causada ou não por eles(elas) e como o gênero é construído e representado em contextos singulares, por grupos hegemônicos que possuem poder e o legitimam, também e, principalmente, por meio das ordens do discurso.

Com base no arcabouço teórico de Fairclough (2003 e 2016), van Leeuwen (1997) e Thompson (2011), apresento, no quadro 05, as categorias analíticas que nortearão a análise dos textos que formam o *corpus* desta pesquisa:

⁸ Informações disponíveis em: <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/12/elize-matsunaga-e-condenada-quase-20-anos-de-prisao.html>>. Acesso em fev. 2019.

Quadro 05 - Categorias analíticas

QUESTÃO DE PESQUISA	CORPUS ANALISADO	CATEGORIAS ANALÍTICAS
Como discursos veiculados pela mídia impressa – jornais e revistas – representam homens e mulheres, autores(as) e vítimas de crimes passionais?	Texto 1 Texto 2 Texto 3 Texto 4	Escolhas vocabulares
A representação de atores e atrizes sociais que cometeram e foram vítimas de crimes passionais, com base em papéis sociais de gênero, sofreu alteração ao longo dos anos?	Texto 1/ Texto 2 Texto 3/Texto 4	Representação de atores sociais
Que estratégias ideológicas os(as) produtores(as) dos textos usam na construção e na legitimação das representações midiáticas dos sujeitos, autores(as) e vítimas de crimes passionais?	Texto 1 Texto 2 Texto 3 Texto 4	Modos de operação da ideologia

Fonte: elabora pela autora, com base em Fairclough (2003 e 2016), van Leeuwen (1997) e Thompson (2012)

Destaco, finalmente, que, analisando como a construção de estereótipos de gênero pode se dar por meio desses discursos situados, é possível superar algumas das estruturas que as legitimam. Afinal, é refletindo acerca do que é noticiado e dado como verdade pela mídia que podemos confrontá-la e começar a transformar as estruturas de poder que subjagam grupos com base em seus discursos hegemônicos. Nesse sentido, a relevância de meu trabalho é fundada na transformação social desencadeada pelas reflexões advindas de pesquisas associadas à ADC, uma vez que acredito que não há como se insurgir contra as assimetrias fomentadas pelas lutas hegemônicas sem que saibamos como esses poderes se constituem e se legitimam.

4 “TRISTE, LOUCA OU MÁ: DESATINOU E DESATOU NÓS”

Triste, louca ou má são algumas das representações sociais da mulher que não se subordina a regras impostas pelos grupos que detêm o poder, e, por isso, fogem às representações, muitas vezes, tecidas pela mídia e que asseguram o poder hegemônico do discurso machista patriarcal. Diante desse cenário, “desatando nós”, procurei, em minhas análises, embasadas nas categorias mencionadas no terceiro capítulo, identificar representações condicionadas ao gênero que se articulam em reportagens investigativas sobre acontecimentos relacionados à violência de gênero, em dois diferentes momentos históricos brasileiros: o final da década de 1970 e o início da década de 1980 (século XX) e a década de 2010 (século XXI).

4.1 Discursos jornalísticos sobre crimes passionais: (im)parcialidade?

Uma vez apresentado o contexto da pesquisa, sua metodologia e as teorias que o embasam, proponho, neste capítulo, a análise e a discussão dos resultados analíticos referentes ao *corpus* previamente selecionado, tendo em vista as questões de pesquisa elaboradas e os objetivos pretendidos.

Ressalto que todas as imagens dos textos, conforme foram publicadas, e suas transcrições, foram anexadas ao final do presente trabalho. Entendo que seria ideal que a análise contasse com a imagem do texto original enquanto estivesse sendo realizada, entretanto, diante da dificuldade de leitura de algumas dessas imagens, e da extensão das reportagens, reproduzi os excertos que considere relevantes às análises empreendidas.

Após esse esclarecimento inicial, considero pertinente tecer uma breve explanação acerca do gênero partilhado pelos textos sob análise, o gênero reportagem jornalística, uma vez que algumas questões, associadas à confecção dessas reportagens, estão intrinsecamente relacionadas ao fato de serem um tipo específico de gênero discursivo.

4.1.1 Seleção, produção e distribuição: mídia e construção de representações

Importa destacar que todos os textos que fazem parte de minha pesquisa podem ser considerados reportagens: os Textos I e II foram veiculadas por jornais, nos anos de 1979 e 1983, respectivamente, ainda no século XX, e os Textos III e IV foram

publicados pela revista *Veja* nos anos de 2010 e 2012, respectivamente, já no século XXI.

Diante dessas informações, ressalto que a mídia se constitui por meio do discurso, e sua prática jornalística opera por intermédio de gêneros discursivos diversos. Diante do amplo conjunto de gêneros da esfera jornalística, considero relevante apontar algumas características do gênero em estudo.

Para Sodré e Ferrari (*apud* VIEIRA, 2005, p. 80), a reportagem diz respeito “[...] ao desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o quê, como, quando, onde, por quê); constitui uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, e sim pela realidade factual do dia-a-dia”. Bahia (1999, p. 49), por sua vez, assevera que o texto deixa de ser uma notícia e passa a ser uma reportagem, quando o jornalista vai além de apenas notificar os acontecimentos, detalhando, questionando causas e efeitos e interpretando os fatos, fazendo com que sua matéria “[...] adquira uma nova dimensão narrativa e ética”. Aqui, ratifico o entendimento de que uma reportagem nunca é um produto neutro, pois passa por um processo de seleção, produção e distribuição, ideológico, de conteúdo.

No que se refere à diferenciação entre reportagens em jornais e reportagens em revistas, Seabra (2002, p. 37) nos informa que, com o advento do rádio, a imprensa escrita precisou se modernizar e, para tanto, começou a oferecer a seu leitor novos padrões visuais que somassem ao fato e à notícia, assim surgiram as revistas como produtos mais atraentes aos consumidores de informações. Entretanto, é importante ressaltar que não há uma diferença significativa, além das imagens e da extensão dos textos, entre os discursos veiculados por jornais ou por revistas. Essa informação é relevante diante da proposta deste trabalho, pois, apesar de analisar textos veiculados em mídias distintas (jornais e revistas), este fato, por si só, não ocasiona contrastes significativos nos discursos.

No tocante à associação entre gêneros discursivos e práticas sociais, nas palavras de Resende e Ramalho, (2006, p. 62) “[...] cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares, que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto sociohistórico e cultural.” Isto é, reportagens jornalísticas possuem um estilo próprio, de certa forma constante, definido pelas práticas sociais que se relacionam a ele. Dessa forma, as reportagens que

constituem o *corpus* desta pesquisa, apesar de possuírem estilos diferenciados, ora por conta do espaço temporal existente entre suas produções, ora pelo meio em que foram veiculados (jornais e revistas), possuem características em comum associadas ao gênero jornalístico do qual fazem parte.

Tendo em vista os conceitos sobre gêneros jornalísticos apresentados por Sodré e Ferrari (*apud* VIEIRA, 2005, p. 80), podemos caracterizar os quatro textos sob análise como reportagens. Importa ressaltar que os textos mais recentes, publicados na revista *Veja*, são mais longos e parecem resultar de uma pesquisa de campo mais robusta, entretanto essas características, a meu ver, não afetam o estudo proposto neste trabalho. Diante desses esclarecimentos acerca do gênero discursivo partilhado pelos textos sob análise, passo agora a responder a primeira questão de pesquisa proposta neste trabalho.

4.2 Mídia e atores(atrizes) sociais: o gênero é fator definidor da representação

Considerando que discursos são formas de agir sobre o mundo e de representar aspectos das práticas sociais que perpassam nossa realidade, destaco que os discursos midiáticos, dos quais fazem parte o *corpus* desse trabalho, possuem a função de representar essa realidade conforme o viés ideológico do grupo hegemônico que o produz e validar assimetrias sociais para que o poder se mantenha nas mãos de grupos que detêm o poder. Neste trabalho, analiso, especificamente, assimetrias sociais relacionadas a representações sobre gêneros, que são construídas socialmente e legitimadas pela mídia.

Nesse sentido, destaco que as mudanças sociais relativas aos papéis sociais de gênero são possíveis e necessárias e têm início com a compreensão dos discursos hegemônicos sobre gêneros sociais. Com foco nesses aspectos, a primeira pergunta que norteia esta pesquisa é: Como discursos veiculados pela mídia impressa – jornais e revistas – representam homens e mulheres, autores(as) e vítimas de crimes passionais?

Para van Leeuwen (1997), a forma de representação dos atores(atrizes) sociais de um texto pode apontar para concepções ideológicas acerca de diferentes grupos de pessoas e para as atividades que esses grupos desempenham na sociedade.

Dessa forma, o estudo dessas representações pode ser extremamente útil para a pesquisa acerca das ideologias presentes nos discursos em geral.

A teoria da representação dos atores sociais, preconizada por van Leeuwen (1997), divide-se em dois grandes grupos: os excluídos e os incluídos, que são subdivididos tendo em vista seus aspectos linguísticos e retóricos. A categoria exclusão subdivide-se em supressão e encobrimento; no primeiro caso o ator(atriz) não é mencionado em momento algum do texto e, no segundo, o ator(atriz) é deixado em “segundo plano” em certos momentos e invisibilizado em outros, comumente, os atores(atrizes) são colocados(as) em “segundo plano” por meio de elipse. No tocante a esses processos, Silva (2009, p. 107) nos ensina que:

[...] os mecanismos de supressão são: a) apagamento do agente da passiva; b) orações infinitivas usadas como participante gramatical; c) apagamento dos atores sociais beneficiários de uma ação; d) nominalização e uso de nomes de processos; e e) realização de processos por meio de adjetivos. A exclusão pode levar a duas possíveis interpretações; evita a redundância ao apagar as informações tidas como dadas ou sabidas; bloqueia o acesso a informações que não se quer tornar públicas.

A exclusão é relevante em meu *corpus*, mas também o é a inclusão por meio da nomeação e categorização, quando os atores(atrizes) sociais são nomeados(as) mediante sua identidade singular ou compartilhada; da funcionalização e identificação, quando há atribuição da atividade desempenhada pelos atores(atrizes), ou pelas categorias em que a sociedade os coloca; e da personalização e impersonalização, quando há a representação por meio de traços não humanos. Associando categorias de escolhas vocabulares e representação de atores sociais, busco responder à primeira questão proposta em meu capítulo metodológico.

Importa destacar aqui os esclarecimentos de Silva (2009, p. 110), e afirmar que, em minhas análises, as categorias adaptam-se aos textos, sendo assim busco dar relevância às categorias que são identificadas em meu *corpus* e não há que se falar em neutralidade do pesquisador “[...] uma vez que, em ADC, a escolha do tema, dos objetivos de análise, da metodologia, são posicionamentos frente ao tema e ao contexto em que discursos e práticas sociais ocorrem.”

4.2.1 "Entra em cena Doca, o amante arrependido": vítima mulher - réu homem

Figura 03 - Entra em cena Doca, o amante arrependido



Fonte: Informações disponíveis em: <http://memoria.bn.br/pdf/194018/per194018_1979_00046.pdf>. Acesso em fev./2018.

O texto I: "Entra em cena Doca, o amante arrependido", inclui cerca de quarenta atores sociais e atrizes sociais, a maioria por meio de nomeação, funcionalização e identificação, afinal se trata de uma reportagem que narra o primeiro dia do julgamento de Doca Street, assassino confesso de Ângela Diniz, sua namorada.

Esse fato acarreta relatos dos(as) mais diversos(as) atores(atrizes) associados(as) ao mundo do direito, desde os advogados(as), até o juiz; passando por promotores, criminalistas, familiares e pessoas conhecidas do autor e da vítima. O fato de o jornal da República ter abrangência nacional e o interesse geral da sociedade da época em relação a esse crime ajudam a explicar a quantidade de detalhes e atores(atrizes) que são incluídos(as) nos relatos. Temos, assim, os seguintes grupos de atores(atrizes) incluídos no texto:

Quadro 06 – Atores e Atrizes sociais incluídos no texto I

HOMENS	MULHERES
Doca Street	Maria Zilda do Amaral Street
Psiquiatra Ivo Saldanha	Advogada Maria Lúcia Guaraciaba de Três Rios

Repórter Mário Dias	Duas repórteres (feminino)
Empregados	Loira
Advogado Evandro Lins e Silva	Duas tias e outros parentes de Ângela Diniz
Luiz Gustavo Street	Silvinha Frazão
Carlos Amaral Street	Arrumadeira Ivanira Gonçalves e copeira Marinete Porto
Juiz Francisco Monta Macedo	Maria José de Oliveira – Antiga empregada de Ângela
Cabo Carvalho	Ângela Salles
Rubem Campos – Advogado carioca	Francesinha (Gabrielle Dayer)
Motorista Francisco Severino Ramos	Anita Almeida
Alberto Lavigne – um dos cinco advogados de Doca	
Zelador Rochinha (Rochall Francisco Correia)	
Élcio Guimarães – Escrivão da 1º Vara	
Adelpho Márcio de Oliveira – Topógrafo desenhista	
Jurista Heleno Fragoso	
Promotor Sebastião Fador Sampaio	
Evaristo de Moraes Filho – Principal assistente da acusação	
Criminalista Paulo José da Costa Júnior	
George Tavares – Outro auxiliar da acusação	
Desembargador João Gonçalves da Ponte	
Técio Lins e Silva – Um dos cinco defensores de Doca	
Anônimo PM	
Gilberto Marcos dos Santos – Funcionário do fórum	
Marítimo Adinor Américo Ferreira	
Êden Teixeira de Melo	
Empreiteiro Jocomar Cardoso	
Claudionor Muniz – Jurado não sorteado	
Dadinho Marcondes Ferraz	

Fonte: elaborado pela autora com base em reportagem publicada pelo Jornal da República, p. 12.

Diante das informações constantes no quadro 6, identificamos a inclusão de vinte e nove atores e onze atrizes, além disso ainda são incluídas, na narrativa, a Rede Globo, a alta sociedade e a plateia do julgamento.

Destaco que apenas dois atores não são nomeados: “os vários empregados”, que cuidam do gramado da Vivenda Branca, Mansão que hospeda Doca Street; e o “anônimo PM”, todos eles são, entretanto, categorizados de acordo com as atribuições que desempenham na sociedade. Vinte e quatro desses atores são categorizados de acordo com suas funções na sociedade: juiz, promotores, defensores, repórteres, militares, motoristas, zeladores e etc. Ressalto, aqui, que “Éden Teixeira de Melo”, que parece ser um dos promotores do caso, ridicularizado no décimo segundo parágrafo da reportagem, é um dos poucos atores que não foi incluído por meio de sua função na sociedade (“[...] Éden Teixeira de Melo, óculos escuríssimos, que me fez lembrar dos Irmãos Metralha, responde na bucha que quer a leitura de um sem-número de documentos em nome da acusação”); essa escolha do produtor do texto, a meu ver, parece destituir o ator da perspectiva honrosa que a identificação de promotor de acusação poderia proporcionar.

Figura 04 – Show em Cabo Frio



Fonte: Informações disponíveis em: < http://memoria.bn.br/pdf/194018/per194018_1979_00046.pdf>.
Acesso em fev./2018.

As mulheres, por sua vez, não são nomeadas em três das onze inclusões: “Duas repórteres”, “Loira”, “Duas tias e outros parentes de Ângela Diniz”. Essas inclusões são muito relevantes para a pesquisa em tela, pois, apesar de, no contexto de sua publicação, o ano de 1979, a maioria dos profissionais do direito serem homens (e isso talvez explique a quantidade desproporcional de atores incluídos na reportagem), não há razão para nomear todos os parentes do autor do crime, que faziam parte do

juízo (“Luis Gustavo Street”, “Maria Zilda de Amaral Street” e “Carlos de Amaral Street”), e suprimir todos os parentes de sua vítima (“Duas tias e outros parentes de Ângela Diniz”), quando, a meu ver, o lógico seria nomear os parentes da vítima no intuito de humanizá-la.

Ângela Diniz é, assim como seus parentes, suprimida durante todo o texto, a começar pelo título, que centraliza a figura do assassino: “Entra em cena, Doca, o amante arrependido”. A vítima é citada algumas vezes por meio da descrição de pessoas que compareceram ao julgamento, como sua amiga Silvinha Frazão. Ressalto que a vítima não é defendida em nenhum momento do texto e a identificação de Ângela acontece apenas no trecho a seguir:

(1) “[...], mas quem chama mais a atenção é uma amiga de Ângela, Silvinha Frazão, o mesmo estilo exuberante da **pantera morta**, vestido colante cor de cinho, dois brilhantes na mão esquerda, uma corrente de ouro no tornozelo direito, cabelos presos no alto, despencando em rabo de cavalo encacheado, óculos escuros sobre a cabeça. Amiga íntima de Ângela, foi Silvinha Frazão quem providenciou o transporte do corpo da pantera para o Rio e seu sepultamento em Belo Horizonte” (Jornal da República, p. 12, 10º parágrafo, grifos meus).

O excerto (1) é um dos poucos momentos do texto em que a vítima é citada, e sua representação é eminentemente depreciativa. É possível afirmar que a descrição de Silvinha Frazão objetivou desprestigiar a imagem de Ângela e, no único momento em que a vítima poderia ser humanizada, com a menção do transporte de seu corpo para Belo Horizonte, houve sua categorização por meio de sua impersonalização, tendo em vista a utilização do termo “a pantera morta”, em alusão a alcunha “Pantera de Minas”, pela qual Ângela era comumente qualificada pela imprensa nacional. O apelido era relacionado ao modo como a sociedade da época a via, uma “mulher bela, fútil e egoísta”⁹. Sobre o termo, Ângela costuma afirmar: “Sou bonita, rica e boa de briga”¹⁰.

Mencionar essa expressão, ao citar como seu corpo sem vida fora transportado para ficar perto de sua família, objetifica a real vítima desse processo. Ângela é representada como uma pessoa que não merece a simpatia dispensada a uma vítima de assassinato, pois em vida não era uma simples mulher, e sim uma “pantera”, um felino caçador que fazia dos homens suas vítimas. Há ainda, a meu ver, uma

⁹ Informações disponíveis em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/memoria-40-anos-do-feminicidio-de-angela-diniz/>>. Acesso em fev. 2019.

¹⁰ Informações disponíveis em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR75229-6014,00.html>>. Acesso em fev. 2019.

representação de mulher rica e superficial, além da sexualização de sua imagem ao comparar o modo como sua amiga se comporta e se veste ao modo como a vítima se comportava e se vestia.

Paralelamente, temos a representação de Doca Street como um caçador que conseguiu abater uma pantera que não podia ser domada, e não um homicida em um crime que pode ser caracterizado como feminicídio. Destaco, também, que o fato de ela ser representada como um animal indomável pode fazer referência ao seu assassinato, uma vez que, ao não aceitar ser domada, foi assassinada.

É relevante, ainda, destacar outras duas representações de mulheres dispostas no texto I:

(2) “[...] na décima fileira, uma belíssima loira de vestido estampado revela seus seios pequenos e queimados de sol, deixando vesgos os circunspectos vizinhos” (Jornal da República, p. 12, 9º parágrafo).

(3) “[...] citam também uma francesinha, que vem a ser a alemã Gabrielle Dayer, apontada pela defesa de Doca como a pivô do crime” (Jornal da República, p. 12, 16 parágrafo).

Novamente, por meio da escolha de adjetivos (“belíssima”, “seios pequenos”, “queimados de sol”, francesinha”), bem diferentes dos utilizados para distinguir os homens (“impassível”, “assustado”, “cabisbaixo”) na reportagem, o produtor do texto, representa as atrizes sociais de forma depreciativa. No trecho (2), não há nomeação da espectadora do julgamento, mas se elencam seus atributos físicos, o mesmo não acontece, no texto, em relação a nenhum dos homens, que, quando não são nomeados, são identificados por suas profissões e não por atributos físicos (“PM” e “Empregados). Destaco que, além de não ser nomeada, ou funcionalizada, e sim sexualizada, a “loira de vestido estampado” retirava a atenção dos homens que estavam ao seu redor, sendo mencionada como objeto decorativo, como “algo” que comprometia o ambiente, essa objetificação também acontece na representação da vítima Ângela Diniz.

No excerto (3), temos a caracterização de Gabrielle Dayer por meio de seu apelido no processo, “francesinha”, que é utilizado antes de sua nominalização e de forma indeterminada “uma francesinha”, essa atriz social, a meu ver, é tratada de forma prejudicial, sendo imputado a ela o crime, acusação essa que não é feita a Doca Street em nenhum momento do texto 1. Ressalto que o fato de essa informação estar na

conclusão da reportagem evidencia o objetivo de ratificar a ausência de culpa do autor do assassinato, pois o pivô do crime não estaria associado a Doca Street, e sim a Ângela Diniz, a vítima, uma vez que, havia especulações que Gabrielle Dayer pudesse estar envolvida com a vítima, de acordo com Eluf (2003).

No tocante às figuras masculinas, nos trechos a seguir, exemplifico como os homens são adjetivados e como Doca Street, assassino confesso de Ângela Diniz, é representado no decorrer do texto I.

(4) “[...] agora, também de beca e com uma faixa vermelha na cintura, o promotor Fador Sampaio já não lembra um pároco, mas um bispo” (Jornal da República, p. 12, 9º parágrafo).

(5) “[...] fumando bastante, mas demonstrando uma aparência calma, deitado numa cadeira espreguiçadeira no seu quarto escuro, completou: "Vou continuar pagando por esta tragédia enquanto respirar. Meu único crime foi amar desenfreadamente, com grande sofreguidão, mas infelizmente fui mal interpretado” (Jornal da República, p. 12, 1º parágrafo).

(6) “[...] tudo me massacra lá dentro. Sinto pena do meu pai, da mãe de Ângela, de meus filhos, das crianças dela, da própria Ângela. Sobretudo gostaria que o tempo voltasse atrás, num retorno àquela data e que a mulher que de fato amei entendesse toda a força desse amor, evitando esta trajetória de tristeza e sem paz” (Jornal da República, p. 12, 1º parágrafo).

(7) “[...] duas repórteres de televisão chegaram a se ajoelhar diante dele, microfones na mão, mas Doca continuou impassível, mudo, cabeça baixa. E assim permaneceu uns cinco minutos, até que os seus seguranças o retirassem daquela situação incômoda” (Jornal da República, p. 12, 6º parágrafo).

Os excertos acima ilustram a forma discrepante com que os atores do gênero masculino são representados neste texto de 1979. Os homens são calmos, serenos e não há alusão às suas vestimentas, a não ser quando é preciso torná-los ainda mais reverentes, como no caso do promotor Fador Sampaio e sua beca que o faz lembrar um bispo.

Essa descrição de Fador Sampaio é sucedida pela descrição da “belíssima loira”, exibida no excerto (2), como se o produtor do texto desejasse marcar com veemência as diferenças entre os gêneros dentro daquele ambiente de julgamento; dessa forma tem-se o Promotor, os defensores e o réu como figuras impassíveis e ajustadas àquele lugar e “uma belíssima loira” para deixar vesgos os circunspectos vizinhos e desarmonizar o ambiente.

A exposição dessa espectadora não faz sentido no desenrolar da narrativa do julgamento e serve apenas para demarcar os díspares papéis de gênero naquela

sociedade. O mesmo acontece com a descrição de Silvinha Frazão, que, a meu ver, não foi descrita por ser amiga de Ângela, ou pela necessidade de informar ao leitor como aquela mulher se vestia; mas por representar a vítima e torná-la, de certa forma, culpada pelo seu desfecho.

No que concerne o autor do crime, podemos afirmar, por meio dos excertos (5), (6) e (7), que ele é representado como vítima de seu amor por Ângela e da própria, que não conseguiu compreender seus sentimentos, sendo assim, Ângela é culpabilizada por não ter compreendido Doca Street e por ter sido uma “pantera”, ao invés de ter seguido as regras impostas pela sociedade; e Doca é o “amante arrependido” em busca de salvação. Afinal, o único crime de Doca, segundo ele mesmo, “[...] foi amar desenfreadamente, com grande sofreguidão” e ser “mal interpretado”.

Ressalto que, ao desejar voltar atrás no tempo (trecho 6), Doca não busca não cometer o crime, o fato não é sequer citado; seu desejo é voltar atrás para fazer com que Ângela entendesse o seu amor, pois ela é quem deveria evitar a tragédia. Sendo assim, a representação feita aqui, pelas palavras de Doca Street, é que, ao não entender o “amor desenfreado” de seu assassino, Ângela Diniz foi a culpada por sua própria morte.

Ainda em relação ao trecho 6, percebe-se uma gradação no arrependimento de Doca: o próprio pai, a mãe da Ângela, os próprios filhos, os filhos da Ângela, e, por fim, a própria vítima: Ângela. Assim, o principal alvo do arrependimento e da culpa não é a vítima, aquela que mais perdeu, porque perdeu a vida de forma extremamente violenta, mas os que vivos estão e podem julgá-lo mesmo que não criminalmente. Para concluir, o réu-galã arrependido atribui à vítima o peso da culpa pelo acontecido: “[...] ela deveria evitar esta trajetória de tristeza”.

Destaco, também, a expressão: “[...] a mulher que de fato amei entendesse toda a força desse amor”; em que Doca usa a intensidade de seu amor por Ângela como justificativa para o erro que cometeu e, mais uma vez, culpa a vítima pelo seu crime. Vale lembrar, no entanto, que o envolvimento dos dois durou somente quatro meses (ELUF, 2003), o que, a meu ver, evidencia ainda mais a futilidade desse crime tão violento. Tanto é que a entrevista o nomeia como amante, e não como namorado, por exemplo. Como sabemos, no contexto social e cultural do momento da reportagem, a escolha do termo amante pode ter sido feita para desqualificar a vítima e distanciá-la

do criminoso, que não era namorado ou marido (relações socialmente melhor aceitas na época), mas o termo pode também ter sido utilizado para romantizar o réu como um “amante arrependido”, no contexto geral da reportagem, e enfatizar seu amor pela vítima.

Nos trechos a seguir, temos algumas escolhas vocabulares que, associadas a Doca Street, ratificam a tese do amante arrependido (“desabafa”, “sonolento”, “nada a dizer”, “papel de réu-galã”, “olhos fundos”, “calmo”, “impassível”, “cabisbaixo”).

(8) “[...] sonolento, de gravata, nada a dizer. Assim Doca Street passou a desempenhar, ontem, em Cabo Frio, o papel de réu-galã” (Jornal da República, p. 12, lead).

(9) “[...] olhos fundos, calça e camisa velhas, descalço, ele desabafa: “já paguei demais por essa tragédia”” (Jornal da República, p. 12, 2º parágrafo).

(10) “[...] , mas Doca continuou impassível, mudo, cabeça baixa” (Jornal da República, p. 12, 6º parágrafo).

(11) “[...] mãos entre as pernas, cabisbaixo, Doca passa um lenço azul na testa” (Jornal da República, p. 12, 11º parágrafo).

Em (9), além das expressões que romantizam a enunciação (“olhos fundos”, “calças e camisa velhas”, “descalço”); o arrependimento do assassino é reforçado quando Doca “desabafa”: “[...] já paguei demais por essa tragédia”; o que pode levar o leitor a considerar que a culpa já redimiou o crime e que, por isso, não há necessidade de punição. Além disso, o termo “desabafa”, a meu ver, parece atribuir genuinidade às declarações do autor do crime.

Essa romantização provocada pelas escolhas vocabulares das representações dos(as) atores(atrizes) sociais não só distancia o texto de uma reportagem comum sobre um assassinato, como tem duas consequências perniciosas. Em um primeiro momento, seu tom novelesco ameniza o crime e garante a Doca Street o papel de “réu-galã” e, em um segundo momento, invisibiliza a vítima e os efeitos nocivos do crime.

Ademais, algumas enunciações recorrentes no texto dão a entender que o autor do crime é uma celebridade, mas as narrativas que possam ensejar seu dolo e sua violência são tão pouco relevantes, que causam sono aos ouvintes, ao invés de provocar repulsa. Sob essa perspectiva, o produtor do texto ratifica a notoriedade de Doca Street e

a notoriedade do julgamento, ao mesmo tempo em que sustenta a ausência de interesse da sociedade nos fatos do crime em si, sendo assim, ele narra a apatia dos jurados e espectadores no tocante ao crime nos seguintes termos: “[...] são depoimentos repetitivos, conhecidos e ninguém entende porque a acusação mandou lê-los”, “[...] só o desmaio de Anita Almeida, uma moça humilde da cidade, que é carregada para fora do tribunal, consegue quebrar a monotonia.”. Por outro lado, no tocante ao julgamento e ao autor do crime a empolgação do público é perceptível, conforme podemos observar por expressões como: “[...] o promotor é vaiado como em qualquer campo de futebol”, expostas nos excertos a seguir:

(12) “[...] já que o fórum não estava preparado para receber um criminoso tão vip e seus admiradores” (Jornal da República, p. 12, 8º parágrafo).

(13) “[...] o promotor é vaiado como em qualquer campo de futebol” (Jornal da República, p. 12, 11º parágrafo).

(14) “[...] os jurados escolhidos, refestelados nas poltronas de courvin, fazem uma força danada para não dormir também. São depoimentos repetitivos, conhecidos e ninguém entende porque a acusação mandou lê-los. Nem o próprio Éden aguenta e vai passear pelo saguão” (Jornal da República, p. 12, 13º parágrafo).

Ressalto, por fim, não haver menção aos termos vítima, assassino, culpado, confissão; ou expressões que possam indicar que houve um assassinato/crime, e que há, de forma clara, dentro da figura penal do homicídio, uma vítima e um infrator. Diante destas constatações, apresento, a seguir, expressões associadas ao autor e à vítima do crime tratado no texto I.

Quadro 07 – Expressões vocabulares associadas a Doca Street e a Ângela Diniz

DOCA STREET	ÂNGELA DINIZ
Amante arrependido (título)	prostituta ou que fazia isto ou aquilo (3º parágrafo)
Sonolento, de gravata, nada a dizer (lead)	estilo exuberante (10º parágrafo)
Réu-galã (lead)	Pantera morta (10º parágrafo)
Olhos fundos, calça e camisa velhas, descalço (2º parágrafo)	Sempre trancada num quarto com ar condicionado apesar da sinusite, como se estivesse num cárcere privado. (16º parágrafo)
Fumando bastante, mas demonstrando uma aparência calma, deitado numa cadeira espreguiçadeira no seu quarto escuro (2º parágrafo)	
Doca seguiu para o fórum num Corcel branco	

acompanhado de um cortejo de quarenta carros de reportagem. Antes de entrar no carro, disse que se for absolvido ou condenado, de qualquer forma, ficará em Cabo Frio mais dois dias para descansar. (2º parágrafo)	
Ao meio-dia e meia, como se tivesse visto Messias, as centenas de pessoas que se aglomeravam em frente ao fórum saíram correndo em várias direções. (6º parágrafo)	
Terno azul quase preto e gravata também preta, entrou como um sonâmbulo (6º parágrafo)	
Duas repórteres de televisão chegaram a se ajoelhar diante dele, microfones na mão, mas Doca continuou impassível, mudo, cabeça baixa. (6º parágrafo)	
Imutavelmente cabisbaixo, com o corpo inclinado para a esquerda (15º parágrafo)	
“Gigolô” e “vadio”, que vivia às custas da mulher (15º parágrafo)	

Fonte: elaborado pela autora com base em reportagem publicada pelo Jornal da República, p. 12.

Diante das informações dispostas no quadro 07, podemos afirmar que o produtor do texto utiliza uma quantidade maior de expressões para apresentar a figura de Doca Street com o objetivo, a meu ver, de representar esse ator como a vítima de um grande amor; dessa forma ele está sempre estoico, impassível e mudo, mesmo ao ser chamado de “gigolô” e “vadio” por uma das testemunhas; vocábulos, por sinal, colocados entre aspas no texto, tendo em vista reduzir o efeito da depreciação à imagem de Doca que esses adjetivos poderiam causar. Além disso, ele parece ser, diante da quantidade de vezes em que é citado, o “personagem principal” no relato desse julgamento, enquanto sua vítima e o crime em si são quase sempre suprimidos.

Veja que as únicas palavras que representam Doca Street negativamente, no décimo quinto parágrafo, estão entre aspas e, mesmo escutando o testemunho que o prejudica, ele continua calmo e inabalável. Por outro lado, são utilizados vocábulos sem aspas quando sua representação procura evocar a imagem de um príncipe e de um mártir, o que pode ser verificado nos trechos: “[...] seguiu para o fórum num **Corcel branco** acompanhado de um cortejo de quarenta carros “ e “[...] ao meio dia, como se tivesse visto o **messias**”, (grifos meus) que finaliza o segundo parágrafo e inicia o sexto parágrafo do texto, respectivamente.

Diante dessas escolhas vocabulares, podemos afirmar que, enquanto Doca Street, o assassino de Ângela Diniz, é representado como um “messias” “num

corcel branco”; a vítima é desabonada e desumanizada ao ser associada a termos como: “prostituta” e “pantera morta”.

Considerando o estudo do texto I e a representação do autor do assassinato de Ângela Diniz como uma vítima, e da vítima como alguém culpável pelos fatos que levaram à sua morte, passo agora à análise da representação dos atores(atrizes) sociais presentes no texto II.

4.2.2 "Em julgamento: o crime de Dorinha Duval": vítima homem - réu mulher

Figura 05 - Em julgamento: o crime de Dorinha Duval



Fonte: Informações disponíveis em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=dorinha+duval>>.

Acesso em jan./2019.

O texto II: “Em julgamento: O crime de Dorinha Duval” possui, assim como o texto I, uma quantidade maior de atores representados; em sua maioria ligados ao sistema judiciário, e todos os homens são incluídos por meio da identificação de suas profissões, até mesmo o “trapezista”, primeiro namorado de Dorinha, que não é nomeado, mas é identificado por sua atividade na sociedade.

Quadro 08 – Atores e Atrizes Sociais incluídas no Texto II

MULHERES	HOMENS
Dorinha Duval – Dorah Teixeira - Atriz	Paulo César Garcia de Alcântara – Produtor de filmes de propaganda
D. Jacy Garcia de Alcântara	Juiz Carlos Augusto Lopes Filho
Maria Helena Scaglione	Coronel Manoel Elísio
Cafetina do local	Promotor Bonni dos Santos
	Assistente de acusação Newton Feital

	Augusto Thompson – Assistente de acusação
	Advogado Clóvis Sahione
	Publicitário José Francisco Scaglioni
	Delegado do 15º DP Wilmis Short
	Trapezista
	Daniel Filho – Ator e produtor de televisão

Fonte: elaborado pela autora com base em reportagem do jornal O Globo, p. 24.

No texto II, a maioria dos(as) atores(atrizes) sociais representados (as) são do sexo masculino, isto se dá, como mencionado anteriormente, pelo contexto da reportagem. Temos, aqui, relatos relacionados a momentos anteriores ao julgamento de Dorinha Duval; sendo assim, os discursos relatados são relacionados, na maioria das vezes, aos atores desse julgamento, advogados de defesa e promotores. Em 1983, esse ambiente era protagonizado por homens e este fato explica essa desigualdade entre a quantidade de atores e atrizes presentes no texto. Há, entretanto, dois atores que não pertencem ao contexto jurídico, e são, todavia, identificados por suas profissões; fato este relevante à nossa análise.

Daniel Filho, mencionado durante a narrativa da noite do assassinato, é identificado como pai da filha de Dorinha e ator e produtor de televisão, e o “trapezista bonito” é citado durante a narrativa da juventude de Dorinha, parte totalmente irrelevante à contextualização de seu julgamento; este ator, entretanto, não é nomeado, vejamos suas menções durante a reportagem:

(15) “[...] antes de chegarem em casa, ainda deixaram a filha de Dorinha, Carla, hoje com 18 anos, na casa do pai, o ator e produtor de televisão Daniel Filho” (O Globo, p. 24, 8º parágrafo).

(16) “[...] aos 18 anos, chegou um circo em sua cidade, Santos, e com ele um trapezista bonito, Dorinha namorou, se entregou e engravidou. O circo foi embora, o trapezista também e a jovem procurou um médico para o aborto, contou o advogado” (O Globo, p. 24 - Citação direta referente ao assistente de acusação Newton Feital, 27º parágrafo).

Os dois momentos em que foi importante para a produtora do texto incluir homens, fora do cenário penal, em sua reportagem, dizem respeito à condição de mãe da autora do crime.

No tocante ao trecho (15) é relevante, ainda, apontar a identificação de Daniel Filho, famoso diretor de cinema e televisão brasileiro, que já era famoso em

1983. Entendo que esse ator foi incluído no texto II, assim como sua filha, a também atriz Carla Daniel, para destacar a possível premeditação do crime, uma vez que, antes de chegar a casa, deixou sua filha com o pai, para mais tarde cometer o assassinato.

Importa destacar que, apesar de o texto tratar da filha de Dorinha, não há a utilização da palavra “mãe” em nenhum momento do texto, para se referir à ré; entretanto temos a utilização desse vocábulo para se referir à “mãe da vítima”, D. Jacy Garcia de Alcântara (6º parágrafo e 35º parágrafo). A meu ver, esse vocábulo pode humanizar o ator social relacionado a ele e humanizar Dorinha parece não ser o objetivo da reportagem sob análise, uma vez que lhe são atribuídas características que desabonam sua conduta, como o aborto tratado no excerto (16); mas lhe é negada a representação de mãe, o que poderia suavizar sua imagem.

Ressalto que quem relata as memórias da ré é seu advogado de defesa, Clóvis Sahione, e sua exposição deveria buscar recuperar a imagem de sua cliente, objetivando sua absolvição; entretanto seu discurso é ainda mais articulado ao discurso machista presente na sociedade que o da reportagem como um todo. A representação de Dorinha Duval construída no texto II, com o auxílio de seu advogado de defesa, é a de uma mulher “sem escrúpulos”, que ficou grávida aos dezoito anos de um homem que não se sabe sequer o nome, mas que era trapezista de um circo; e buscou realizar um aborto. Se esses fatos já não fossem extremamente reprováveis socialmente, por si só, ela ainda decidiu se prostituir para quitar esse procedimento. Todas essas declarações situam Dorinha como criminosa desde a juventude, representação reforçada no trecho seguinte da entrevista:

(17) “[...] _ mas o médico se negou a fazer o aborto porque a gravidez era nas trompas. A operação custava caro e Dorinha não tinha o dinheiro. Ela era uma mulher bonita e atraente, quando apareceu uma cafetina no local e lhe ofereceu dinheiro emprestado para a operação, em troca de sua prostituição por seis meses. Ela recebeu o dinheiro, fez a operação e se entregou a **homens que nunca vira antes sem sentimentos, sem amor, com amargura**” (O Globo, p. 24, 28º parágrafo, grifos meus).

(18) “[...] _ agora, Dorinha só espera que haja uma união de espírito de todos aqueles que a conhecem ou conheceram bem, “para que juntos, orem pedindo inspiração ao júri para fazer justiça” (O Globo, p. 24, 30º parágrafo).

No trecho (18) temos a conclusão dessa entrevista do advogado de defesa de Dorinha Duval, sua afirmação indica que a defesa será baseada unicamente no caráter e na história da ré e que não há argumentos legais que inocentem a autora do

crime. Sendo assim, seu advogado de defesa procura conseguir a simpatia do júri por meio de relatos acerca da vida de Dorinha, entretanto este discurso age na direção oposta, representando uma mulher que, sem motivos aparentes, não desejou ter um filho na juventude e que para pagar esse aborto, ilegal, prostituiu-se; entregando-se “a homens que nunca vira”. Ressalto que essa citação, “se entregou a homens que nunca vira antes sem sentimentos, sem amor, com amargura”, é uma pressuposição eminentemente machista e vai de encontro à suavização da imagem de Dorinha Duval. Por meio dessa afirmação são atribuídos à ré sentimentos danosos associados à sua intimidade, que em nada estão relacionados ao seu processo.

Todas essas condutas são reprovadas pela sociedade, como o júri absolveria a autora do assassinato do marido que já cometeu tantos atos condenáveis? Não há fato algum, relatado na entrevista de Clovis Sahione, que sirva para defender sua cliente. Por meio de exposições que prejudicam Dorinha, seu advogado buscará convencer o júri considerando tão somente sua história de vida (19), o que se contrapõe, de forma profunda, à acusação, que, munida de fatos e argumentos, parece mais engajada e eficaz, de acordo com o excerto (20).

(19) “[...] para o advogado, o fato em si é o que menos importará no dia do julgamento, pois acha que acima de tudo o júri precisa saber quem está julgando” (O Globo, p. 24, 6º Parágrafo).

(20) “[...] os mais fortes argumentos da defesa _ que Paulo vivia às custas da mulher e gastava no jogo todo o dinheiro que tinha _ serão contestados em plenário pelos assistentes de acusação, com provas. Newton Feital exibirá os contra-cheques de Paulo César mostrando que seu salário ao morrer, pago pela Arte-Rio, era bem maior do que o da atriz “portanto, não é verdade que ele a cafetizava” (O Globo, p. 24, 34º parágrafo).

Sob essas perspectivas, no intuito de esclarecer algumas representações constantes no texto II, utilizo o quadro a seguir para relacionar alguns termos associados à autora e à vítima desse crime:

Quadro 09 – Expressões vocabulares associadas a Dorinha Duval e Paulo César Garcia de Alcântara

DORINHA DUVAL	PAULO CÉSAR GARCIA DE ALCÂNTARA
Atriz (1º parágrafo)	Marido (1º parágrafo)
Estrela de um espetáculo (Tribunal do Júri) (1º parágrafo)	Produtor de filmes de propaganda (1º parágrafo)
Acusada de ter praticado um homicídio qualificado, por motivo torpe e uso de	Vítima (5º parágrafo)

recursos que dificultou a defesa da vítima (5º parágrafo)	
Ré (6º parágrafo)	35 anos (8º parágrafo)
54 anos (8º parágrafo)	Ao morrer deixou um filho de 9 anos, de seu casamento anterior. “pai”(Parágrafo 33)
Dorah Teixeira (17º parágrafo)	Vivia às custas da mulher e gastava no jogo todo o dinheiro que tinha (Parágrafo 34)
Dezoito quilos mais magra, cabelos grisalhos à mostra aos 54 anos (17º parágrafo)	Seu salário ao morrer, pago pela Arte-Rio, era bem maior que o da atriz, “portanto, não é verdade que ele a cafetizava” (Parágrafo 34)
Ex-girl, cantora e atriz (Parágrafo 23)	Gostava de jogar. Só que em família, com a mãe e irmão a às vezes com a própria Dorinha, mas nunca fora de casa (Parágrafo 35)
Hoje uma mulher voltada quase exclusivamente para a religião messiânica (Parágrafo 23)	Macho (Parágrafo 37)
Vive de seu salário pago até hoje pela Rede Globo - onde atuava na série “Sítio do Pica-Pau Amarelo” como Cuca, Chico Anísio Show e Os Trapalhões, até o dia do crime – e uma pensão, já que nunca mais teve condições de trabalhar (Parágrafo 24)	
Mulher violentada aos 15 anos, que se prostituiu aos 18 e nunca encontrou o amor e a compreensão dos homens com os quais viveu. (Parágrafo 25)	
Mulher violenta, possessiva, que sempre andou armada e havia premeditado o crime (Parágrafo 26)	
Moça de São Paulo, teve uma adolescência brutal (Parágrafo 27)	
Foi violentada por um homem que não conhecia (Parágrafo 27)	
Namorou, se entregou e engravidou (Parágrafo 27)	
Procurou um médico para o aborto (Parágrafo 27)	
Mulher bonita e atraente (Parágrafo 28)	
Se entregou a homens que nunca vira antes sem sentimentos, sem amor, com amargura (Parágrafo 28)	
Talento de artista (Parágrafo 29)	
Casou e teve uma filha (Parágrafo 29)	
Obsessão pela posse (Parágrafo 33)	
Dorinha Navalhada (Parágrafo 37)	
Mulher mais idosa com medo de perder seu macho (Parágrafo 37)	

Fonte: elaborado pela autora com base em reportagem do jornal O Globo, p. 24.

Após a identificação de vocábulos que ajudam a representar a autora e a vítima do crime em tela, podemos analisar algumas questões. Primeiramente, devo

ressaltar que não incluí no quadro 09 as representações que Dorinha faz de si mesma, na entrevista relatada do nono ao vigésimo segundo parágrafo do texto II, pois todas as vezes que a ré utiliza os vocábulos “ofendida”, “humilhada”, “agredida”, “velha”, “arrependida”; a produtora do texto os introduz com expressões como: “[...] Dorinha disse ter sido [...]” e “[...] anunciou antes que qualquer pergunta lhe fosse feita [...]”.

Sendo assim, entendo que essas “autorrepresentações” foram mitigadas e não fazem parte da representação da autora do crime, construída no texto. Acredito que, ao moderar todas as demonstrações de fragilidade de Dorinha, a produtora do texto legitimou a tese de uma assassina que busca manipular a opinião pública, isto fica patente nos seguintes trechos:

(21) “[...] o que se passou nesse intervalo de tempo já foi **contado de duas maneiras diferentes**. Da primeira, **Dorinha disse ter sido** ofendida, humilhada e agredida por Paulo, que **lhe teria dito** que não gostava mais dela por ser “uma velha”, e que só apreciava meninas novas, “de corpinho rijo”, em depoimento prestado na 15ª DP” (O Globo, p. 24, 9º Parágrafo, grifos meus).

(22) “[...] da segunda vez, Dorinha evitou adjetivos revelando que **este não foi o verdadeiro motivo** do crime. **Ela disse** que matou Paulo por estar cansada de ser agredida por ele. – Me deu um branco e atirei não sei quantas vezes - **disse ela**. Na verdade, disparou três balas contra o marido e só não continuou a atirar porque a quarta bala “mascou”, segundo a acusação” (O Globo, p. 24, 10º Parágrafo, grifos meus).

Diante das informações contidas nos trechos (21) e (22), podemos afirmar que as declarações de Dorinha são rechaçadas como contraditórias. Quando se trata de discursos indiretos, que poderiam dirimir sua culpa, a produtora do texto utiliza o verbo no futuro do pretérito (“disse ter sido”), concomitantemente, ao relatar acontecimentos que a tornam culpada, o discurso indireto é construído no pretérito perfeito (“disse ela”), o que produz uma representação de incerteza no primeiro caso e fidedignidade no segundo.

No trecho (22) há, ainda, uma exposição do crime que ajuda a consolidar a representação de sua autora, afinal o crime é tratado, no texto II, de forma policial, não romantizada “[...] na verdade, disparou três balas contra o marido e só não continuou a atirar porque a quarta bala “mascou””. Neste texto, o crime de Dorinha Duval é o fato mais importante da reportagem, o que é preconizado em seu título: "Em julgamento: o crime de Dorinha Duval". Destaco que o fato de a ré ter atirado três vezes contra a vítima é repetido três vezes durante o texto (“matou com três tiros”, “matou com três

tiros” e “disparou três balas”), possivelmente para afastar a plausibilidade da legítima defesa.

Ademais, a produtora do texto ressalta, conforma exposto no excerto (23) que Paulo foi baleado e que no quarto do casal não havia sinais de luta; pontuando não haver motivos físicos aparentes para que Dorinha Duval precisasse se defender. Isto é, Paulo foi baleado em seu quarto, de sunga, indefeso; e sua assassina fugiu do hospital, após mentir que iria trocar de roupas, para não responder por seu crime. Todos esses fatos ratificam a demonstração de incredulidade, presente em todo o texto, da tese da legítima defesa da ré e confirmam da tese da premeditação. Ressalto, ainda, que essas informações introduzem as declarações de Dorinha Duval sobre seu arrependimento e seu desejo de perdão, presentes em sua entrevista disposta a partir do décimo terceiro parágrafo do texto II.

(23) “[...] depois do crime, Dorinha com a ajuda de José Francisco Scaglioni, levou Paulo para o Hospital Miguel Couto, onde ele foi operado, morrendo duas horas depois. No hospital, a atriz disse que ia apanhar umas roupas para o amigo que tinha manchado as suas de sangue ao socorrer Paulo e não voltou mais. **Isso impediu que ela fosse presa em flagrante.** Paulo foi baleado por volta da 1h30m e estava só de sunga. No quarto do casal, não havia sinais de luta” (O Globo, p. 24, 12º Parágrafo, grifos meus).

(24) “[...] meia hora depois de voltarem de uma festa na casa do publicitário José Francisco Scaglioni, no dia 5 de outubro de 1980, Dorinha Duval, de 54 anos, **matou com três tiros o marido** Paulo César Garcia de Alcântara, de 35 anos. O crime ocorreu na residência do casal, na Rua Senador Simonsen, Jardim Botânico. **Antes de chegarem em casa, ainda deixaram a filha** de Dorinha, Carla, hoje 18 anos, na casa do pai, o ator e produtor de televisão Daniel Filho” (O Globo, p. 24, 7º Parágrafo, grifos meus).

(25) “[...] **da segunda vez**, Dorinha evitou os adjetivos **revelando que este não foi o verdadeiro motivo do crime.** Ela disse que matou Paulo por estar cansada de ser agredida por ele. — Me deu um branco e atirei não sei quantas vezes — disse ela. **Na verdade, disparou três balas** contra o marido e só não continuou a atirar porque a quarta bala “mascou”, segundo a acusação” (O Globo, p. 24, 9º a 11º Parágrafos, grifos meus).

(26) “[...] ela contou que a arma disparou acidentalmente quando a entregou a Paulo para ser guardada. **Essa versão** não foi aceita pelo delegado do 15º DP, Wilmis Short, porque um revólver tem de ser acionado a cada disparo. **Mais tarde**, a própria atriz confessou a autoria do crime” (O Globo, p. 24, 9º Parágrafo, grifos meus).

Destaco, ainda, a representação de Dorinha que introduz a reportagem: “[...] principal estrela de um espetáculo”. Essa expressão faz parte da caracterização da ré por meio de sua profissão, atriz; entretanto, a meu ver, esses termos ratificam a valoração negativa associada à autora do crime, pois fomentam o paralelo entre a

profissão da ré e suas “interpretações” e “versões” do crime à polícia. Esse paralelo acontece também no trecho (28), em que a produtora do texto, depois de enumerar características físicas de Dorinha, afirma que “a atriz disse que está arrependida”. Ressalto que a idade de Doca Strret não faz parte do texto I, mas a de Dorinha Duval parece ser relevante a esse relato.

(27) “[...] longe das luzes e refletores com os quais conviveu até três anos atrás, a atriz Dorinha Duval **será a principal estrela de um espetáculo marcado** para 13h de quinta-feira, só que em um palco nunca antes pisado por ela: o 1º Tribunal do Júri” (O Globo, p. 24, 1º Parágrafo, grifos meus).

(28) “[...] dezoito quilos mais magra, os cabelos grisalhos à mostra aos **54 anos, a atriz disse que está arrependida** – “não seria humana se não estivesse” – e espera o perdão” (O Globo, p. 24, 17º Parágrafo, grifos meus).

No tocante à vítima, todas as vezes que poderia ser criada uma representação negativa de Paulo César, a produtora do texto ora utiliza o futuro do pretérito, para torná-la apenas uma das teorias da ré, como no trecho: “[...] que lhe teria dito que não gostava mais dela por ser “uma velha””; ora refuta imediatamente os fatos, como no excerto (29).

(29) “[...] os mais fortes argumentos da defesa _ que Paulo vivia às custas da mulher e gastava no jogo todo o dinheiro que tinha _ serão contestados em plenário pelos assistentes de acusação, com provas. Newton Feital exibirá os contra-cheques de Paulo César mostrando que seu salário ao morrer, pago pela Arte-Rio, era bem maior do que o da atriz. “portanto, não é verdade que ele a cafetizava. _ Paulo gostava de jogar, só que em família, com a mãe o irmão e às vezes com a própria Dorinha, mas nunca fora de casa – garantiu o advogado” (O Globo, p. 24, 34º e 35º Parágrafos).

Após tratar da possível tese da defesa, “a de que a vítima cafetizava a autora do crime”, a produtora do texto a refuta com a “garantia”, do assistente de acusação, de que Paulo César era um homem de família; utilizando, mais uma vez, a palavra “mãe” associada à vítima. Acredito que essas alegações servem para humanizar sua representação, destaco, ainda, que a acusação não utiliza o termo “cafetão” para tratar de Paulo César, pois isso poderia criar uma representação nociva, assim, temos a expressão: “a cafetizava”, que busca suavizar a denúncia como um todo.

A produtora do texto, entretanto, não procura amenizar as acusações imputadas à Dorinha e finaliza sua reportagem expondo, por meio de declarações da acusação, o apelido “Dorinha Navalhada”, concluindo seu texto de forma a depreciar definitivamente a imagem da ré.

(30) “[...] Newton Feital não poupará a atriz ao lembrar durante o julgamento os tiros dados contra Paulo cerca de 20 dias antes do crime, quando ela errou a pontaria; as constantes ameaças feitas ao marido e até um episódio ocorrido em Santos, quando foi acusada de ter dado uma navalhada em uma mulher. _ Daí o seu apelido, que pegou até no meio artístico, de Dorinha Navalhada. Esse crime é muito fácil de ser explicado. **É o desespero de uma mulher mais idosa com medo de perder seu macho**” (O Globo, p. 24, 36º Parágrafo, grifos meus).

No trecho (30), a acusação relata que Dorinha teria ameaçado o marido e tentado assassiná-lo cerca de vinte dias antes de o crime ser concretizado, no entanto não há, aqui, tentativa de culpar a vítima. Ao invés desse acontecimento servir para incriminar Paulo por ter continuado a viver com a ré, mesmo sabendo do perigo de morte que sofria, o relato tem o objetivo de ratificar a tese de premeditação do crime, uma vez que Dorinha teria tentado matar o marido outras vezes.

O assistente de acusação afirma, ainda, que o crime é o “desespero de uma mulher mais idosa com medo de perder seu macho”, esse comentário, assim como as afirmações do próprio advogado de defesa da ré, excerto (17), ratificam o discurso profundamente machista que permeia o texto II e comprovam que tanto o discurso associado à defesa quanto o discurso associado à acusação de Dorinha Duval buscam vilanizá-la mediante argumentos ligados à sua intimidade. Se, de acordo com sua defesa, Dorinha foi uma jovem que se entregou a “[...] homens que nunca vira antes” sem sentir nada por eles; para a acusação, ela é uma idosa que matou por “[...] medo de perder seu macho”, todos seus atos parecem ser efeitos de sentimentos, ou falta de sentimentos, associados a homens.

Em paralelo ao texto I, podemos afirmar que essas reflexões acerca da intimidade do(a) réu(ré) não acontecem com Doca Street, mas sim com sua vítima, Ângela Diniz, e suas emoções não são utilizadas para prejudicar sua imagem, pelo contrário, os sentimentos experimentados por Doca, em relação ao seu crime, são relatados por ele mesmo sem que haja, assim, a meu ver, deturpações e vilanizações.

A idade de Doca Street também não parece ser importante, assim como é a de Dorinha Duval (“[...] dezoito quilos mais magra, os cabelos grisalhos à mostra aos 54 anos, a atriz disse que está arrependida”) e ao narrar o descuido com a aparência daquele, o produtor do texto I dá um tom de sofrimento a essa situação (“[...] Olhos fundos, calça e camisa velhas, descalço, ele desabafa”), enquanto o descuido de Dorinha parece, a meu ver, ser efeito de um desmazelo pessoal (“[...] cabelos grisalhos à mostra”), como se até isso pudesse fazer parte de sua “atuação” e como se à mulher

coubesse o dever do cuidado com a aparência em todas as situações possíveis. Revelar a idade da ré parece, ainda, dar suporte à tese da acusação de que seu crime foi “[...] o desespero de uma mulher mais idosa com medo de perder seu macho”.

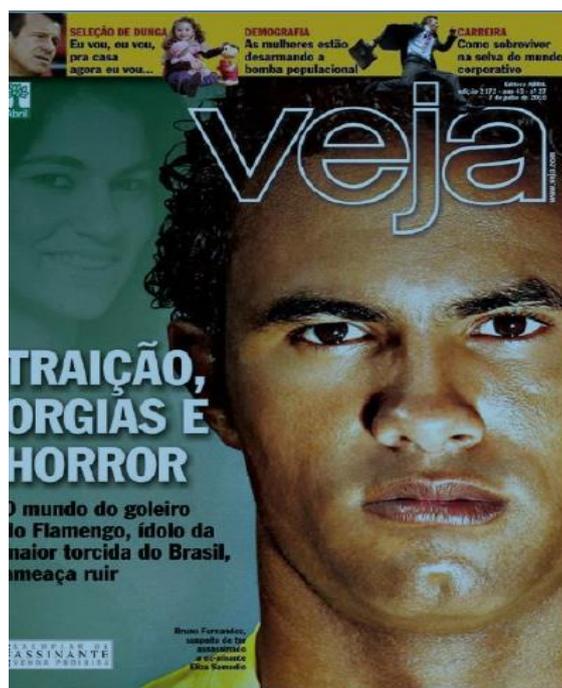
Ressalto, por fim, que o fato de Dorinha Duval se chamar, “na verdade”, Dorah Teixeira, é exposto no texto como forma de relatar um dos fingimentos imputados à autora do crime, e legitimar a representação prejudicial da ré, destaco, entretanto, que não há, no texto I, qualquer menção ao fato de Doca Street ser um apelido referente ao réu Raul Fernandes do Amaral Street. Além disso, a informação de que atores (atrizes) costumam adotar nomes artísticos é suprimida:

(31) “[...] o choro convulsivo de Dorinha Duval, que **na verdade** se chama Dorah Teixeira” (O Globo, p. 24, 17º Parágrafo, grifos meus).

Concluída a análise das escolhas vocabulares e da forma como são representados atores (atrizes) sociais no texto II, passo à análise do texto III, o primeiro a estabelecer um paralelo entre as reportagens passadas (dos anos de 1979 e 1983) e os casos mais atuais (dos anos de 2010 e 2012).

4.2.3 "O suspeito número 1": o goleiro criminoso e a maria-chuteira vítima

Figura 06 – O suspeito número 1



Fonte: < <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32303?page=1§ion=1> >. Acesso em fev/2018

O texto III é construído de forma distinta dos dois primeiros, haja vista ter sido produzido cerca de trinta anos depois do texto I e veiculado em uma revista. Aqui, temos um número reduzido de atores e atrizes sociais e a quantidade de homens representados é similar à quantidade de mulheres representadas na reportagem. O texto possui oito páginas impressas na Revista *Veja*, em comparação com a matéria de folha única do jornal *A República*, e não abarca o julgamento de Bruno Fernandes, e sim o momento posterior ao desaparecimento de Eliza Samudio, que, no contexto da reportagem, ainda não havia sido considerada morta. Vejamos, a seguir, o quadro dos atores e atrizes sociais incluídas no texto III.

Quadro 10 – Atores e Atrizes Sociais incluídas no texto III

HOMENS	MULHERES
Bruno Fernandes	Eliza Samudio
Edson Moreira	Dulce Pilger
Paulo Victor	Amigas de Eliza
Filho de Eliza	Milena Barone
Antônio de Pádua Serafim	Enfermeira (Mãe de uma amiga de Eliza)
Luiz Henrique Ferreira	Anne Faraco
Luís Carlos Samudio	Dayanne Souza
Caseiro	Três amigas de Eliza
Investigadores	Vizinha
	Amiga de Eliza

Fonte: elaborado pela autora, com base na reportagem veiculada pela Revista *Veja*, ano 43, nº 27, p. 78 a 85.

No texto III, Bruno é suspeito do desaparecimento de Eliza. O título: “Suspeito número 1” faz alusão ao número de sua camisa enquanto jogava como goleiro do Flamengo e ao fato de ser o provável responsável pelo desaparecimento da mãe de um de seus filhos.

No tocante às inclusões de atores (atrizes) sociais, destaco que apenas uma amiga de Eliza é nomeada, Milena Barone, e a mãe de uma amiga é identificada por sua profissão; quase todas amigas de Eliza não são nomeadas, o que pode ser explicado pelo perigo que possíveis testemunhas podem sofrer com esse tipo de exposição. Isto não justifica, entretanto, o porquê dos relatos de todos que falam sobre Eliza, inclusive sua madrasta, seu pai e seus amigos, presentes no texto, ratificarem a

representação, construída nesta reportagem, de que ela teria sido responsável pela própria morte, como podemos verificar nos trechos a seguir:

(32) “[...] “Criança, ela sabia a escalação de todos os times de cor”, conta a ex-madrasta, Dulce Pilger, que ajudou a criar Eliza em Foz do Iguaçu (PR) depois de ela ter sido abandonada, aos 5 meses, pela mãe” (Veja, ano 43, p. 83, 2º parágrafo).

(33) “[...] Hoje, está sob a guarda do pai de Eliza. Luiz Carlos Samudio, dono de uma pequena empreiteira em Foz do Iguaçu. Ele diz que sempre pediu que a filha voltasse para casa. “Ela nunca quis” (Veja, ano 43, p. 83, 7º parágrafo).

(34) “[...] O receio não a impediu de aceitar a proposta do jogador de ir com o filho para Minas Gerais” (Veja, ano 43, p. 83, 7º parágrafo).

(35) “[...] Eliza deu o último sinal de vida em 9 de junho, quando falou ao telefone de Minas com três amigas. Elas contam que a jovem parecia eufórica. “Estou aqui com o Bruno. Ele quer que eu more perto da família dele. Vai me colocar até num apartamento mobiliado”, comemorava” (Veja, ano 43, p. 84, 8º parágrafo).

No trecho (32), a declaração de Dulce Pilger introduz a representação, ratificada por todo o texto, de Eliza como “maria-chuteira”¹¹, fascinada pelo mundo do futebol, capaz de qualquer coisa para ingressar nesse ambiente; já no excerto (33), os(as) produtores(as) do texto citam o pai da vítima, a meu ver, para que Eliza seja ainda mais culpabilizada pelo crime do qual foi vítima, pois ela tinha um lugar para voltar, ela não era desvalida; mas preferiu se arriscar e ir encontrar Bruno em Minas Gerais.

Quanto ao trecho (34), os(as) produtores(as) do texto ratificam a culpabilização de Eliza ao afirmarem que, apesar de saber que poderia ser perigoso aceitar a proposta de Bruno, ela aceita visitá-lo em Belo Horizonte na companhia de seu filho, compartilhando o perigo com a criança. No trecho (35), por sua vez, três amigas de Eliza narram uma conversa telefônica em que Eliza está “eufórica” por conseguir um apartamento mobiliado. Essa conversa acontece após Eliza ter viajado para visitar Bruno e ratifica a representação de “maria-chuteira”, presente no texto III; muitas vezes por meio das informações fornecidas por seus familiares e amigas, uma vez que não há referência a amigos de Eliza do gênero masculino, a vítima, de acordo com a

¹¹ De acordo com o dicionário informal online, “maria-chuteira” é a mulher que sente atração por jogadores de futebol. O significado está disponível em: < <https://www.dicionarioinformal.com.br/maria-chuteira/>>. Acesso em fev. 2019.

reportagem, parece se relacionar apenas com homens do mundo do futebol, para ascender socialmente.

(36) “[...] Quando avistou Eliza, Bruno disse a jogadores que estavam por perto; “Quero ficar com ela”; Eliza afirmou a amigas que **engravidou naquele mesmo dia**. A notícia deixou Bruno **transtornado**” (Veja, ano 43, p. 81, 4º parágrafo, grifos meus).

De acordo com o excerto (36), o fato de terceiros afirmarem que Eliza engravidou, no mesmo dia em que conheceu Bruno, confirma o discurso sobre a mulher que “enganou” o homem para engravidar e conseguir os valores da pensão alimentícia. Essa ideia, bastante recorrente na sociedade, faz parte da representação social de uma mulher “maria-chuteira” e se articula ao discurso machista que permeia tanto o ambiente do futebol como o do texto.

No que concerne aos sentimentos de Bruno em relação à Eliza, apesar de ter demonstrado atração física por ela, em um primeiro momento, ele ficou “transtornado” ao saber de sua gravidez “premeditada”. Todo esse trecho, a meu ver, culpa Eliza pela gravidez e justifica a violência de Bruno que sucede esses acontecimentos, afinal ele estava “transtornado”; essa palavra retira de Bruno a consciência de seus atos a partir daquele momento, como a agressão à Eliza relatada por Milena Barone: “[...] “Vi Bruno arremessar Eliza contra a cama aos berros: “Você vai dizer a todo mundo que esse filho não é meu!”. Mais tarde, o goleiro teria intimidado a ex-amante de arma em punho”.

Veja que a cena de violência armada protagonizada por Bruno contra Eliza foi atenuada pela expressão: “teria intimidado”, o futuro do pretérito e o verbo “intimidar” suavizam o crime de ameaça armada cometido por Bruno.

Ainda no que concerne à representação de Eliza, destaco a utilização do termo “peripécias”, no trecho (37), há, aqui, a utilização de um tom jocoso para culpar Eliza por sua gravidez e pelos acontecimentos que sucederam ao nascimento de seu filho. Ressalto que, apesar da condição de mãe ser relacionada à Eliza durante toda a reportagem, o mesmo não acontece com a condição de pai de Bruno, identificado somente pelo seu sucesso profissional e pelos “transtornos” que sucederam a festa em que conheceu a vítima.

(37) “[...] Suas peripécias no mundo da bola começaram aos 19 anos, quando deixou Foz do Iguaçu para ir a Curitiba atrás de um namorado – um jogador de futebol amador” (Veja, ano 43, p. 81, 3º parágrafo).

(38) “[...] Na cidade trabalhou como recepcionista em eventos esportivos, tentou (sem sucesso) ser eleita musa do São Paulo no Brasileirão e chegou a estrelar ao menos um filme pornô de nome impúblicável” (Veja, ano 43, p. 81, 3º parágrafo).

Assim, Eliza é mãe e deveria corresponder à representação esperada de uma mãe, mas Bruno sequer é mencionado como pai. O fato de ele ter outras duas filhas é aludido no trecho que cita sua esposa Dayanne Souza, que tem “devoção” por Bruno e aceita todas suas traições. Dayanne é representada aqui como alguém que acolhe as atribuições de esposa legitimadas pelo discurso machista. A utilização da palavra “devoção”, no trecho (39), é outra questão importante, pois dá a Bruno uma aparência de “santo” apesar das “[...] flagrantes traições do goleiro”. Sendo assim, o discurso machista naturalizado nesse trecho da reportagem postula que a mulher tem o dever de aceitar as traições do marido enquanto esse não tem sua imagem corrompida quando infiel ao seu casamento.

(39) “[...] Dayanne e Bruno estão juntos há onze anos e têm duas filhas. Apesar das flagrantes traições do goleiro, ela tem o nome dele tatuado no braço e **fala do marido com devoção**” (Veja, ano 43, p. 83, 7º parágrafo, grifos meus).

Importa ressaltar que, apesar da condição de mãe ser excessivamente exposta, a vítima não é nomeada pelo termo “mãe”, o que poderia humanizá-la; entretanto, como ela não se comporta conforme a representação esperada de uma mãe, ela não poderia ser representada pela maternidade. Dessa forma, Eliza, apesar de não ser identificada como “mãe”, é associada a seu filho em alguns momentos da reportagem, como: “[...] ir com o filho a Minas Gerais”, “[...] onde teve o filho, batizado com o nome do goleiro”. Nesse contexto, seu filho parece ser utilizado por ela como forma de se aproximar de Bruno.

Bruno, por sua vez, é representado de forma oposta à sua vítima, como podemos notar no excerto a seguir:

(40) “[...] o encontro de Bruno com Eliza Samudio, de 25 anos, foi praticamente uma consequência das forças de atração da física. Ele, um atleta de sucesso, mais do que disponível para aventuras fora do casamento e com um fraco por belas morenas. Ela, uma jovem sonhadora, ávida por ingressar num mundo que desde pequena a deslumbrava” (Veja, nº 43, p. 81, 2º parágrafo).

Em (40), temos a caracterização de Bruno como um “atleta de sucesso”, com “fraco por belas morenas”, o que o exime de culpa pela traição à sua esposa, pois não poderia resistir à Eliza. Aqui, mais uma vez, ratifica-se a representação de Eliza como culpada por ter seduzido Bruno e ter desencadeado os acontecimentos que levaram a sua morte; e Bruno é representado como vítima da “avidez” de Eliza para ingressar no mundo do futebol. Ressalto, porém, que não há atores ou atrizes que façam essas declarações acerca de Bruno, elas são todas desencadeadas por pressuposições do(as) produtores(as) do texto.

Além de não ter culpa por sua relação com Eliza, pois tem um “fraco por belas morenas”, Bruno foi vítima não só da “avidez” de sua vítima, mas também das “forças de atração da física”, o que pressupõe que os acontecimentos posteriores ao encontro dos dois foram inevitáveis.

Há, ainda, por todo o texto III, a representação de Bruno como vítima, também, do ambiente do futebol, pois, a meu ver, ao fazer parte desse contexto, Bruno está à mercê de diversas tribulações, como podemos observar nos trechos a seguir:

(41) “[...] num ambiente em que traição, orgias e sexo irresponsável são considerados “muito comuns” – como declarou o goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, a VEJA – é certo que algo vai dar errado. Muitas vezes já deu” (Veja, nº 43, p. 80, 1º parágrafo).

(42) “[...] sua ascensão precoce veio acompanhada do pacote que costumam usufruir os craques do esporte: Fama, dinheiro e, claro, amantes. O encontro de Bruno com Eliza Samudio, de 25 anos, foi praticamente uma consequência das forças de atração da física “Veja, nº 43, p. 81, 2º parágrafo).

A julgar pelas afirmações dos(as) produtores(as) do texto III, em um ambiente como o do futebol é “certo” que algo vai dar errado, e a ascensão precoce de um jogador vem sempre acompanhada de um pacote contendo “fama, dinheiro, e claro, amantes”, nesse sentido, Bruno não pode ser culpado por nenhuma infortúnio que ocorra enquanto fizer parte desse ambiente, uma vez que não há como evitar essas “aventuras”.

As figuras abaixo, que mostram imagens de Bruno e Eliza, presentes na reportagem em tela, ratificam essas representações: Bruno como vítima do ambiente imoral do futebol, das atrações da física e de sua vítima; e Eliza, como culpada por sua morte.

Figura 07 – “Era uma orgia só”



Fonte: Informações disponíveis em:

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32303?page=1§ion=1>>. Acesso em fev/2018.

Figura 08 – Sexo, ameaças e mistério



Fonte: Informações disponíveis em:

<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32303?page=1§ion=1>>. Acesso em fev/2018.

É relevante, ainda, identificar vocábulos e expressões associadas a Bruno e a Eliza e analisar como são criadas representações de acordo com os termos ligados a esse ator e a essa atriz, respectivamente. No quadro a seguir, relaciono essas expressões associadas ao possível autor e à vítima desse crime.

Quadro 11 – Expressões vocabulares associadas a Bruno Fernandes e a Eliza Samudio

BRUNO FERNANDES	ELIZA SAMUDIO
Ídolo (p. 78)	Jovem Eliza Samudio (p. 80)
Capitão do time mais popular do Brasil (p. 78)	Jovem sonhadora ávida por ingressar num mundo, que desde pequena a deslumbrava (p. 81)
Goleiro Bruno (p. 78)	Abandonada, aos 5 anos, pela mãe (p. 81)
Pressionado a assumir o filho (p. 78)	Mantinha site de relacionamentos na internet

	(p. 81)
Suspeito número 1 (p. 78)	Colocou fotos suas ao lado de 7 jogadores diferentes (p. 81)
Goleiro do Flamengo (p. 80)	“Maria – Chuteira” (p. 81)
Assediado por clubes europeus (p. 80)	Recepcionista em eventos esportivos (p. 81)
Menino talentoso que saiu da pobreza para o estrelato (p. 80)	Tentou (sem sucesso) ser eleita musa do São Paulo no Brasileirão (p. 81)
Recebe hoje R\$ 2000.000,00 (p. 80)	Chegou a estrelar ao menos um filme pornô de nome impúblicável (p. 81)
Ascensão precoce (p. 80)	Assustada (p. 81)
Craque do futebol (p. 80)	Se comportava como uma mulher apaixonada (p. 81)
Atleta de sucesso (p. 81)	Traços de um mal conhecido como transtorno de personalidade dependente (p. 82)
Transtornado (p. 81)	Embora feliz, seguia apreensiva (p. 83)
Acessos de fúria (p. 81)	Parecia eufórica (p. 84)
Afável (p. 82)	Comemorava (p. 84)
Desta vez, algo deu muito errado para o goleiro Bruno (p. 85)	Jovem que sonhava entrar para o seu mundo (p. 85)

Fonte: Elaborado pela autora, com base na reportagem veiculada pela Revista Veja, ano 43, nº 27, p. 78 a 85.

Confrontando as expressões vocabulares associadas a Bruno e a Eliza, podemos, mais uma vez, afirmar que o texto III cria uma representação bastante coesa desses atores (atrizes) e, assim como o analisado no texto I, temos a representação de Bruno Fernandes como a verdadeira vítima de todos os acontecimentos que sucederam seu encontro com Eliza. Ressalto que, enquanto no texto I, temos discursos relatados, por atores (atrizes) relacionados (as) ao ambiente jurídico, que dão ênfase à culpabilização da vítima, no texto III isso se dá por meio de presunções e escolhas de expressões que representam cada um dos envolvidos no crime. É possível destacar, ainda, que as expressões vocabulares relacionadas a Bruno estão ligadas ao campo semântico ligado ao sucesso profissional, e quase todos os termos que representam Eliza estão vinculados ao campo semântico do anseio por esse sucesso.

Tendo em vista o paralelo entre o texto I e o texto III, podemos afirmar que, apesar de o texto sobre Doca Street possuir um número superior de citações diretas que legitimem sua narrativa e desqualifiquem Ângela Diniz, a reportagem sobre o

desaparecimento de Eliza Samudio possui pressuposições e citações indiretas tão perniciosas quanto o primeiro texto, na construção da representação da vítima.

(43) “[...] “não sei dizer se ela estava realmente apaixonada, ou se só alimentava uma espécie de obsessão pelo Bruno”, diz enfermeira que a hospedava. A essa altura, o goleiro havia tempos já não atendia mais os telefonemas de Eliza — o que não a desestimulou a continuar tentando” (Veja, ano 43, p. 82, 5º parágrafo).

(44) “[...] Especialistas enxergam no comportamento da jovem traços de um mal conhecido como transtorno de personalidade dependente. Explica o psicólogo Antônio de Pádua Serafim, do Hospital das Clínicas, em São Paulo: “A pessoa passa a ser dominada por pensamentos obsessivos pautados pela ameaça de perda. E tenta, a todo custo, reconquista o objeto do desejo” (Veja, ano 43, p. 82, 5º parágrafo).

Enquanto Bruno é o “menino talentoso que saiu da pobreza”, Eliza é uma “jovem” deslumbrada que fora abandonada pela mãe. Essa descrição da vítima, como uma criança abandonada, parece servir de introdução à tese de seu possível transtorno de personalidade dependente, tratada nos trechos (43) e (44), enfermidade completamente presumida, pois, a partir de relatos de uma enfermeira, mãe de uma amiga de Eliza, e de um psicólogo, que nunca a conheceu, é levantada a hipótese de uma patologia que beneficia a representação de Bruno como vítima de uma obsessão.

Essa funcionalização da mãe de uma amiga de Eliza, como enfermeira, apesar de preservar o seu anonimato, é outro dado a ser analisado, afinal qual a necessidade de citar sua profissão, se o mesmo não se repete com nenhum outro ator cujo anonimato foi preservado durante a reportagem? Acredito que a menção à sua atividade busca reforçar a autenticidade dos sintomas da possível doença de Eliza, validando o relato acerca da obsessão da vítima, pois quem os trouxe à tona foi uma profissional da saúde. Não cabe a uma enfermeira, no entanto, diagnosticar transtornos psiquiátricos ou psicológicos, sendo assim, essa funcionalização, que dá a impressão de legitimação é, na verdade, uma forma de falsear a veracidade da informação.

As expressões, verificadas no quadro 11, também fomentam um paralelo entre o sucesso de Bruno e o fracasso de Eliza, pois, ao mesmo tempo em que ele é um atleta de sucesso, assediado por clubes europeus, ela tenta (sem sucesso) ser eleita musa de um time de futebol e trabalha como atriz de filmes para adultos, profissão que a desqualifica.

Essa suposta obsessão de Eliza pelo mundo do futebol é uma ideia muito reforçada por todo o texto, e para destacar o fracasso da vítima os(as) produtores(as) da

reportagem utilizam o pleonasma “tentar (sem sucesso)”, para marcar as sucessivas tentativas de Eliza de ingressar nesse ambiente, o que corrobora a ideia de Bruno ser apenas uma vítima de Eliza, pois, apesar de ela se “comportar como uma mulher apaixonada”, seu objetivo não era ficar com Bruno, e, sim conseguir uma vida confortável por meio da pensão dispensada a seu filho. Essa conclusão é possível quando verificamos os vocábulos atribuídos a Eliza quando esta achou que iria ganhar, de Bruno, um apartamento mobiliado em Belo Horizonte: “feliz”, “eufórica”, “comemorava”.

Diante do exposto, passo a analisar as representações do texto IV, que trata do crime cometido por Elize Matsunaga.

4.2.4 “O fim do conto de fadas”: o empresário rico e bela garota de programa

Figura 09: O fim do conto de fadas



Fonte: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32199?page=1§ion=1>>. Acesso em fev./2018

No texto IV, que relata o caso Yoki, há a inclusão de poucos(as) atores(atrizes) sociais, pois sua narração se dá por meio do discurso indireto, apresentando uma série de pressuposições associadas à Elize e relatos da trajetória de sucesso de Marcos e da relação do casal, além dos detalhes acerca do crime em si. O título da reportagem: “O fim do conto de fadas”, já preconiza o tom de narrativas do

texto IV, construindo um paralelo entre a história do casal Matsunaga e um conto de fadas de final singular.

Abaixo, apresento, como introdução, o quadro dos atores e das atrizes sociais mencionadas no texto.

Quadro 12 – Atores e Atrizes Sociais incluídas no Texto IV

MULHERES	HOMENS
Elize Matsunaga	Marcos Matsunaga
Filha de 1 ano	Detetive
Dilta	Delegado Jorge Carrasco

Fonte: elaborado pela autora com base na reportagem veiculada pela Revista Veja, ano 45, nº 24, p. 84 a 90.

Importa ressaltar, primeiramente, que, tendo em vista as reportagens sob análise, é possível constatar que somente nos textos em que as assassinas são mulheres (textos II e IV) há relatos dos pormenores relativos ao crime. Esta afirmação pode ser comprovada nos excertos abaixo:

(45) “[...] nesse momento ela atirou. A janela antirruído abafou o estampido. A filha pequena dormia no quarto. Na manhã seguinte, Elize **esquartejou o corpo do marido e guardou os pedaços em sacos plásticos**, que jogou à beira de uma estrada” (Veja, ano 45, p. 90, 6º parágrafo, grifos meus).

(46) “[...] na verdade **disparou três balas contra** o marido e só não continuou a atirar porque a **quarta bala “mascou”**, segundo a acusação [...] No hospital, a atriz disse que ia apanhar umas roupas para o amigo que tinha manchado as suas de sangue ao socorrer Paulo e não voltou mais. Isso impediu que ela fosse presa em flagrante. Paulo foi baleado por volta da 1h30m e estava só de sunga. No quarto do casal não havia sinais de luta” (O Globo, p. 24, 13º Parágrafo, grifos meus).

O nível de detalhes dos assassinatos exemplificado nos trechos (45) e (46) e na figura 10 não se repete nas reportagens sobre crimes cometidos por homens, dessa forma, podemos afirmar que, quando se trata de crimes cometidos por mulheres, os crimes em si são fatos relevantes e devem ser publicizados. Quando os crimes são cometidos por homens, no entanto, seus detalhes parecem não importar ao relato do crime.

Figura 10 – O tronco é a parte mais difícil



Fonte: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#!/edition/32199?page=1§ion=1>>. Acesso em fev./2018

No tocante à representação sobre maternidade, no texto IV a palavra mãe é associada à Elize, mas somente quanto à sua mãe, Dilta, e não à sua filha. Isto é, Elize não é representada como mãe em nenhuma parte do texto, como evidenciado, também, no texto II, em relação à Dorinha Duval e no texto III, quanto à Eliza Samudio. Sua mãe, no entanto, é incluída, nomeada e identificada por meio de sua profissão, o que, a meu ver, tem o objetivo de ratificar seu desamparo antes de se relacionar com Marcos, que possuía um estilo de vida opulento.

(47) “[...] Elize foi criada pela mãe. Dilta. Ela trabalhava como empregada doméstica e foi abandonada pelo marido quando a garota era ainda pequena _ o nome dele nem sequer consta na certidão de nascimento de Elize” (Veja, ano 45, p. 86, 3º parágrafo).

Essa inserção pode ser objeto de diversas análises: a primeira é que a reportagem não inclui o sobrenome de solteira de Elize nem o nome inteiro de sua mãe,

o que pode ser explicado por sua profissão, afinal, costumeiramente não se nomeia com nome completo, no Brasil, empregadas domésticas ou quaisquer outras pessoas de classes sociais baixas; por isso a mãe de Elize é somente nomeada como “Dilta”.

Em segundo lugar, mais uma vez, a mulher, representada em um contexto de crime passionai, é qualificada como abandonada na infância, como aconteceu nos textos que tratam de Eliza Samudio e de Dorinha Duval. No texto IV, a culpa de Elize não ter o nome do pai em sua certidão de nascimento não é imputada ao pai, mas apresentada como uma circunstância que prejudica a imagem da autora do crime.

Nesse sentido, importa destacar que, ao narrar a trajetória de vida de Elize, os(as) produtores(as) do texto não relatam a história de uma mulher que buscou se relacionar com Marcos para enriquecer, como foi o caso de Eliza Samudio, mas tratam de uma mulher obsessiva, ciumenta e disposta a tudo para não se separar do marido.

(48) “[...] Elize sempre foi ciumenta, segundo contaram a VEJA ex-empregados do apartamento. O casal que em público era só harmonia brigava bastante dentro de casa, muitas vezes por provocações da mulher. Ela chegou a obrigar o marido a demitir uma secretária, depois de entrar no escritório dele e encontrar os dois sorrindo” (Veja, ano 45, p. 87, 5º parágrafo).

No texto IV, temos uma situação diferente dos outros textos analisados, aqui o sujeito com fama e recursos materiais é a vítima, ou melhor, a família da vítima por meio do sobrenome Yoki e da fortuna associada à marca. Elize não era nacionalmente famosa até o cometimento do crime narrado na reportagem em tela.

Sob a perspectiva de sucesso do homem, os(as) produtores(as) do texto propõem uma narrativa semelhante ao texto III, entretanto, aqui, há o caso de sucesso associado à trajetória da vítima (Marcos), concomitantemente à narrativa de fracasso associada à autora do crime até conhecer seu marido. Isto é, Elize tem fracassos até se envolver com Marcos, que transforma a vida da “moça linda e pobre nascida no interior”. Sendo assim, a narrativa de sucesso associada ao gênero masculino é constante, mesmo no contexto em que ele é a vítima do crime.

Cabe ressaltar que Elize é representada como amante, enquanto Marcos é um “homem à moda antiga”; representações que corroboram a ideologia de legitimação do discurso machista em que é aceito que o homem traia, mas a mulher tem o dever de

fidelidade, além disso há a descrição dos comportamentos de Elize como obsessão e patologia, como exposto nos trechos a seguir:

(49) “[...] Marcos Matsunaga conheceu Elize Araújo em 2004, em um site na internet, o M.Class, no qual garotas de programa oferecem seus serviços por um preço médio de 300 reais. [...] o certo é que tudo se transformou quando ela conheceu Marcos [...] foram os dias de outro do casal. Os que conviveram com os dois nesse período descrevem Marcos como um **homem “à moda antiga”**. Abria a porta do carro para Elize e levantava-se da mesa para puxar-lhe a cadeira até quando ela ia ao banheiro” (Veja, ano 45, p. 85/86, 2º, 3º e 4º parágrafos, grifos meus).

(50) “[...] Alguns comportamentos de Elize podem ser definidos como catatímicos.” (Veja, ano 45, p. 90, 6º parágrafo).

A representação da mulher obsessiva também faz parte dos textos II e III, neste último, a vítima também é representada como alguém com problemas psiquiátricos, isso não acontece com os homens em nenhum dos textos analisados, nem mesmo quando eles cometem crimes.

Quadro 13 – Expressões vocabulares associadas a Marcos Matsunaga e a Elize Matsunaga

ELIZE MATSUNAGA	MARCOS MATSUNAGA
Moça linda e pobre nascida no interior (p. 85, 1º parágrafo)	Executivo cavalheiro, educado, herdeiro de uma empresa bilionária – e casado (p. 85, 1º parágrafo)
Leva uma vida de prostituta de luxo (p. 85, 1º parágrafo)	Apaixona-se (p. 85, 1º parágrafo)
Paranaense (p. 85, 1º parágrafo)	Abandona a mulher e a filha para ficar com o novo amor (p. 85, 1º parágrafo)
30 anos (p. 85, 1º parágrafo)	Ele a cobre de presentes e faz todas as suas vontades (p. 85, 1º parágrafo)
Atormentada com medo de ser trocada por outra mulher e pela possibilidade de perder a guarda da filha de 1 ano (p. 85, 1º parágrafo)	Conheceu Elize em um site na internet, o M. Class (p. 85, 2º parágrafo)
Assassinou o marido [...] pacientemente esquartejou o corpo, colocou os pedaços em sacos plásticos, que alojou em três malas, e os jogou fora. (p. 85, 1º parágrafo)	Ascendência japonesa (p. 85, 2º parágrafo)
Fotos bem produzidas no site M. Class (p. 85, 2º parágrafo)	Sempre foi tímido, mas não a ponto de ser antissocial (p. 86, 2º parágrafo)
Loira, de traços delicados, corpo sinuoso e codinome Kelly (p. 85, 2º parágrafo)	Na infância, passada no bairro paulistano do Parque Continental, tinha muitos amigos e gostava de brincar na rua. (p. 86, 2º parágrafo)
Foi criada pela mãe, Dilta (p. 86, 3º parágrafo)	Figurou entre os primeiros da classe nos colégios por onde passou, dois dos mais tradicionais de São Paulo, o Rainha da Paz e o

	Santa Cruz (p. 86, 2º parágrafo)
Fez um curso técnico de enfermagem (p. 86, 3º parágrafo)	Trajectoria escolar impecável culminou na faculdade de administração da Fundação Getúlio Vargas, uma das melhores e mais concorridas do país. (p. 86, 2º parágrafo)
Chegou a trabalhar em um centro cirúrgico, mas a vida ali não lhe pareceu interessante (p. 86, 3º parágrafo)	Logo que se graduou, começou a carreira na empresa da família, a Yoki, fundada por seu avô na década de 60 (p. 86, 2º parágrafo)
Amante (p. 86, 3º parágrafo)	Vida dupla durou 3anos (p. 86, 3º parágrafo)
Ainda na condição de amante do futuro marido, começou a cursar direito na UNIP (p. 87, 4º parágrafo)	“Homem à moda antiga” (p. 87, 4º parágrafo)
Mesmo com o diploma, ela nunca mais trabalhou (p. 87, 4º parágrafo)	Abria a porta do carro para Elize e levantava-se da mesa para puxar-lhe a cadeira até quando ia ao banheiro (p. 87, 4º parágrafo)
Nunca lhe faltou dinheiro, mas também não era de esbanjar (p. 88, 4º parágrafo)	Preferia que a mulher não trabalhasse (p. 87, 4º parágrafo)
Gostava de joias e bolsas (p. 88, 4º parágrafo)	
Ajudava a mãe e a família em Chopinzinho, mas nunca com grandes somas (p. 88, 4º parágrafo)	
Sempre foi ciumenta (p. 88, 5º parágrafo)	
Provocava brigas (p. 88, 5º parágrafo)	
Chegou a obrigar o marido a demitir uma secretária, depois de entrar no escritório dele e encontrar os dois sorrindo (p. 88, 5º parágrafo)	
Suspeitava de Marcos e constantemente o acusava de flertar com outras mulheres (p. 88, 5º parágrafo)	
Começou a reclamar que o marido quase não conversava (p. 88, 5º parágrafo)	
Confrontou o marido (p. 90, 6º parágrafo)	
Comportamentos que podem ser definidos como catafímicos (p. 90, 6º parágrafo)	

Fonte: elaborado pela autora com base na reportagem veiculada pela Revista Veja, ano 45, nº 24, p. 84 a 90.

(51) “[...] Uma moça linda e pobre, nascida no interior, muda-se e passa a levar a vida como prostituta de luxo, até que conhece um executivo cavalheiro, educado, herdeiro de uma empresa bilionária — e casado [...] e termina aí as coincidências entre a vida do casal Marcos e Elize Matsunaga e histórias de cinema como *Uma Linda Mulher*, em que o galã interpretado por Richard Gere se apaixona pela garota de programa (Julia Roberts) e os dois vivem felizes para sempre. A paranaense Elize, de 30 anos, andava atormentada pelo medo de ser trocada por outra mulher e pela possibilidade de perder a guarda da filha de 1 ano. Na noite de 19 de maio, ela assassinou o marido, Marcos, de 42, com um tiro de pistola. Depois, pacientemente esquartejou o corpo, colocou os pedaços em sacos plástico, que alojou em três malas, e os jogou fora. Na vida real, o final feliz deu lugar à tragédia (Veja, ano 45, p. 85, 1º parágrafo).

Destaco que, a partir das representações verificadas no quadro 13 e no excerto (51), os(as) produtores(as) do texto IV comparam a história de Elize e Marcos ao roteiro do filme “Uma linda mulher”, partindo de um modelo de conto de fadas moderno em que o milionário (príncipe) salva a prostituta da vida marginalizada. Há, assim, a representação de Marcos Matsunaga como um “cavalheiro” de sucesso e a representação de Eliza como uma garota de programa que foi a culpada por não ter conseguido o seu “final feliz”, pois sua obsessão e seu medo produziram a tragédia narrada com detalhes nesse texto.

O trecho (51) introduz o texto IV iniciando e resumindo a representação de Elize legitimada por todo o texto. Elize é retratada como uma ex-prostituta, casada com um bom homem, que poderia ter sido feliz para sempre não fosse “[...] andar atormentada pelo medo de ser trocada por outra mulher e pela possibilidade de perder a guarda da filha de 1 ano”; além disso, temos uma pressuposição extremamente prejudicial à sua imagem: “[...] pacientemente esquartejou o corpo”. Como saber se ela “pacientemente” esquartejou o corpo? Essa pressuposição dos(as) produtores(as) do texto representam Elize como uma mulher cruel e sem sentimentos, uma vez que realizou todos esses atos enquanto sua filha dormia no quarto ao lado.

Essa representação de uma assassina cruel e sem sentimentos é semelhante à de Dorinha Duval, assim como são parecidos os motivos que levaram as duas mulheres a matar: a obsessão e o medo de perder o marido para outras mulheres. Esses motivos, a meu ver, fazem parte do discurso machista que retrata a mulher como alguém que precisa de um homem e não pode perder seu marido sob nenhuma hipótese. Ressalto que, quando os homens são os autores dos crimes não são levantados os motivos, íntimos ou não, de seus atos; eles não são dados como medrosos ou obsessivos, pelo contrário, quando o homem mata, o que o levou a isso foram causas externas e ele, muitas vezes associadas às suas vítimas.

No que diz respeito às vítimas do gênero masculino, tanto Paulo César Garcia de Alcântara quanto Marcos Matsunaga não são representados como culpados por suas mortes, os dois são bons homens, “homens de família”, vítimas da crueldade de suas esposas. Paulo César é defendido durante todo o texto II, assim como Marcos, que tem sua infidelidade relativizada, pois ao mesmo tempo que é um “homem à moda antiga”, traiu sua esposa com Elize e a traiu posteriormente, mas nada disso parece ser

relevante à reportagem, que se foca em suas virtudes ao mesmo tempo que pressupõe a vilania de Elize.

Após refletir acerca das representações midiáticas de autores(as) e vítimas dos crimes passionais reportados em meu *corpus*, pretendo, no próximo item, estabelecer algumas conclusões sobre aspectos comuns a todos os textos sob análise.

4.3 Crimes passionais e gênero social: algumas conclusões

Considerando a primeira questão de pesquisa: "Como discursos veiculados pela mídia impressa – jornais e revistas – representam homens e mulheres que cometeram crimes passionais?" e as análises até aqui empreendidas, podemos tecer algumas considerações que nos levam a entender como o discurso dos textos analisados representam homens e mulheres no contexto de crimes passionais.

4.3.1 As narrativas de sucesso são sempre associadas ao gênero masculino

Em todos os textos que temos narrativas acerca da trajetória dos(as) atores(atrizes) sociais, aos homens são garantidas as representações associadas a suas vitórias pessoais, isto acontece nos textos III e IV. Bruno Fernandes e Marcos Matsunaga possuem percursos de sucesso até conhecer Eliza Samudio e Elize Matsunaga, respectivamente, representadas, de forma sexualizada, pelo desejo de sucesso; isso acontece ainda que uma seja a vítima do crime e a outra seja a autora.

Nos textos I e II, não há relatos sobre as histórias de vida de Doca Street e Paulo César, entretanto eles são identificados como sujeitos de sucesso, o primeiro é um galã que está hospedado em uma mansão com vistas para o mar e, o segundo é um “produtor de filmes de propaganda” jovem e bem pago. As mulheres nesses dois textos, por sua vez, não são representadas como pessoas bem-sucedidas, apesar de o serem na realidade. Ângela Diniz, uma rica socialite, é representada como a “pantera morta”, e Dorinha Duval, atriz que até então trabalhava na rede globo, é representada como “uma idosa com medo de perder seu macho”.

Temos, assim, representações midiáticas repletas de estereótipos no tocante ao gênero feminino mesmo quando a mulher é a vítima. Eliza Samudio é caracterizada como “maria-chuteira” e Elize Matsunaga como “prostituta de luxo”; Ângela Diniz também é associada a uma “prostituta” e Dorah Duval é representada

como “uma mulher violenta e possessiva”, todos estereótipos cristalizados em discursos patriarcais e machistas. Devemos ressaltar que o mesmo não acontece em nenhuma das representações masculinas, mesmo quando se trata dos assassinos.

4.3.2 Os homens são as vítimas, mesmo quando são autores dos crimes

Todos os homens, nos textos sob análise, são representados como vítimas. Doca Street é identificado como vítima de seu “amor desenfreado” e incompreendido; Paulo César é vítima da obsessão e possessividade de Dorinha Duval; Bruno é vítima do ambiente do futebol e da obsessão de Eliza; e Marcos Matsunaga é vítima do ciúme e da obsessão de Elize. É interessante observar que em três, dos quatro textos, há a figura da obsessão feminina e, em dois deles (textos III e IV), especialistas afirmam transtornos mentais nas atrizes sociais. Essas representações, a meu ver, têm o condão de legitimar discursos machistas que transformam em patologias os comportamentos femininos que não se submetem ao que é considerado certo e aceito pela sociedade.

Há, assim, excessos de emoção atribuídos às mulheres, enquanto aos homens cabe a razão. Como podemos constatar nos trechos: “[...] demonstrando uma aparência calma, deitado numa cadeira espreguiçadeira no seu quarto escuro” e “[...] afável, ele a convidou para que fosse ao Rio” que remetem aos autores de crimes do gênero masculino (Doca Street e Bruno Fernandes)”. Por outro lado, Dorinha Duval e Eliza Matsunaga são representadas como mulheres obsessivas que não poderiam suportar a ideia de ver seus casamentos ruírem, como podemos ver nos excertos: “[...] é o desespero de uma mulher mais idosa com medo de perder seu macho” e “[...] o casal que em público era só harmonia brigava bastante dentro de casa, muitas vezes por provocações da mulher”.

4.3.3 As trajetórias das mulheres estão sempre interligadas à sexualidade

Cabe destacar, aqui, que, ao narrar a trajetória de vida de Ângela Diniz, Eliza Samudio, Dorinha Duval e Elize Matsunaga, os(as) produtores(as) dos textos buscam desconstruir suas imagens por meio de relatos ligados à sua moral sexual, enquanto os homens sempre possuem histórias de sucesso e sua moral sexual nunca é questionada, mesmo quando traem suas esposas. As mulheres, no entanto, são representadas de acordo com as narrativas que abordem sua vida sexual, senão vejamos:

Quadro 14 – Representações femininas associadas à moral sexual

TEXTO	ATRIZ SOCIAL	MORAL SEXUAL
I	ÂNGELA DINIZ	Prostituta Estilo exuberante Pantera morta
II	DORINHA DUVAL	Mulher bonita e atraente Recebeu dinheiro se entregando a homens que nunca vira
III	ELIZA SAMUDIO	“Maria-chuteira” Chegou a estrelar ao menos um filme pornô de nome impublicável.
IV	ELIZE MATSUNAGA	Moça linda e pobre Prostituta de luxo

Fonte: elaborado pela autora, com base nas reportagens sob análise

4.3.4 As mulheres são culpadas pelo cometimento do crime mesmo quando são as vítimas

Ao mesmo tempo em que os homens são vítimas, mesmo quando cometem o crime, as mulheres são consideradas culpadas, mesmo quando são assassinadas; pois, de alguma forma, contribuíram para o fato criminoso. Essa contribuição se dá, na maioria das vezes, por meio de atitudes que levam os homens a agirem de forma agressiva e ameaçadora, conforme exemplificado no quadro abaixo:

Quadro 15 – Representações femininas associadas à culpa

TEXTO	ATRIZ SOCIAL	CULPA
I	ÂNGELA DINIZ	Não compreendeu toda a força do amor de Doca Street
II	DORINHA DUVAL	Possessiva e calculista Obcecada pela posse
III	ELIZA SAMUDIO	Obcecada pelo mundo do futebol Ávida por ingressar num mundo que desde pequena a deslumbrava Mesmo apreensiva aceitou a proposta do jogador de ir com o filho a minas Gerais Transtorno de personalidade dependente
IV	ELIZE MATSUNAGA	Ciumenta Catatímica (remoía obsessivamente um trauma afetivo, como a traição, e desenvolve um plano que tem a violência como fator essencial) Confrontou o marido

Fonte: elaborado pela autora, com base nas reportagens sob análise

4.3.5 Se as mulheres são autoras do crime, há presunção de premeditação

Nos textos II e IV, os(as) produtores(as) dos textos presumem que houve premeditação, mesmo que tenha havido latente violenta emoção, como no caso de Elize Matsunaga (em que o crime é descrito de forma minuciosa). As reportagens que tratam de crimes cometidos por homens, entretanto, relatam os crimes como se tivessem sido ocasionados por violenta emoção causada pelos comportamentos das vítimas.

No caso de Dorinha Duval, há relatos de provocação da vítima antes do crime, (“[...] Dorinha disse ter sido ofendida, humilhada e agredida por Paulo, que lhe teria dito que não gostava mais dela por ser “uma velha”, e que só apreciava meninas novas, “de corpinho rijo””) entretanto isso não é considerado verdade pela produtora do texto, que busca deslegitimar todas as declarações que busquem inocentar a ré, construindo assim a representação de uma assassina que premeditou o crime e não agiu em legítima defesa.

Quanto à Elize Matsunaga, a provocação de seu marido, momentos antes do crime, também é desmerecida na reportagem, e a ênfase é dada para o crime em si e para a crueldade que envolveu os acontecimentos posteriores ao assassinato, como podemos ver no trecho a seguir:

(52) “[...] a discussão continuou. E subiu de tom. “Como você teve a ousadia de usar meu dinheiro para colocar um detetive?” perguntou o marido, sem pedir desculpas. “Vou te mandar de volta para o lixo de onde você veio.” Nesse instante, Elize pegou de dentro de uma gaveta na sala uma pistola calibre 380 que havia ganhado de presente de Marcos e a apontou para o marido [...] a janela antirruído abafou o disparo. Nenhum vizinho diz ter ouvido o estampido. A filha pequena dormia no quarto. Na manhã seguinte, Elize esquartejou o corpo do marido e guardou os pedaços em sacos plásticos, que jogou à beira de uma estrada” (Veja, ano 45, p. 90, 6º parágrafo).

Finalmente, diante das análises com base na representação de atores e atrizes sociais, passo agora a refletir sobre minha segunda questão de pesquisa.

4.4 Crimes passionais: representações no passado e no presente

A representação de atores e atrizes sociais que cometeram e foram vítimas de crimes passionais, com base em papéis sociais de gênero, sofreu alteração ao longo dos anos? A segunda questão de pesquisa proposta no presente trabalho busca trazer à tona questões associadas ao modo como a mídia trata homens e mulheres, autores (as) e vítimas de crimes que envolvam intimidade e paixão.

As reflexões expostas no item 4.3, no que concerne às representações midiáticas desses(as) atores(atrizes), com base nas análises empreendidas, nos mostram que houve, sim, algumas mudanças nos modos de representações de homens e mulheres que matam e morrem em situações de violência de gênero.

Primeiramente, destaco que as reportagens veiculadas em 1979 e 1983 possuem uma linguagem romantizada e sua narrativa é baseada, principalmente, em discursos diretos, desenvolvendo-se por meio de relatos de personagens ligados ao crime e ao processo relacionado a ele. Apesar de se tratarem de textos mais curtos, uma vez que os textos mais recentes são reportagens longas de mais de uma página, há uma quantidade muito maior de citações diretas.

As reportagens da revista *Veja*, por sua vez, se baseiam em tecnicidades, citações indiretas e pressuposições, com uma quantidade maior de descrições, diferentemente dos textos de trinta anos atrás que são essencialmente narrativos.

Essas construções textuais refletem sobremaneira nas representações dos(as)atores(atrizes) sociais, pois textos que se baseiam em relatos de outras pessoas aparentam ser mais fieis à realidade, mesmo que sua linguagem seja romantizada. Essa romantização tem o efeito de suavizar os relatos, mas também acabam, a meu ver, produzindo consequências diferenciadas em cada contexto. No caso do texto sobre o assassinato de Ângela Diniz, a romantização da narrativa tem o condão de ratificar a representação de Doca Street como o “amante arrependido” que já “[...] pagou demais pelos seus erros”; no caso da romantização presente na reportagem sobre Dorinha Duval, por sua vez, as implicações são diferentes. O efeito, nesse caso, é o de culpabilizar ainda mais a ré, “[...] uma mulher mais idosa com medo de perder seu macho”, mas “[...] que se diz arrependida e quer perdão”. Veja que Doca é representado como o “amante arrependido”, mas Dorinha “se diz arrependida”, dessa forma podemos afirmar que o arrependimento da mulher que mata não é dado como certo, mas o do homem que mata o é.

No tocante às reportagens III e IV, os textos são eminentemente técnicos, pormenorizados e descritivos, baseados em discursos indiretos e pressuposições. Apesar da tecnicidade ao relatar os crimes e as ações dos(as) criminosos(as), a ausência de citações diretas garante menos fidelidade aos relatos. Ressalto, ainda, que as representações dos(as) atores(atrizes) sociais são baseadas, principalmente, em pressuposições e descrições das pessoas e dos acontecimentos associados ao crime.

Acredito que, nos textos publicado na década de 2010, a vilanização da mulher não se dá por meio da romantização discursiva ou de citações diretas; mas sim mediante a descrição de como se deu o crime e do comportamento dessas mulheres, tanto das que matam quanto das que morrem. Dessa forma, Elize Matsunaga é representada como uma mulher que levava “[...] a vida como prostituta de luxo” e “[...] pacientemente esquartejou o corpo” de seu marido; e Eliza Samudio, por sua vez, era uma “[...] jovem sonhadora, ávida por ingressar num mundo que desde pequena a deslumbrava”, que “[...] se comportava como uma mulher apaixonada” e cujo receio não a impediu de aceitar a proposta de Bruno de ir visitá-lo em Minas Gerais, o que culminou em sua morte.

Podemos afirmar, entretanto, que, apesar das diferenças na forma como os textos são construídos e as representações são efetivadas, há em todos os textos a legitimação da representação de atores(atrizes) sociais baseadas exclusivamente em seu gênero, assim os homens são retratados com base em seu poder social e as mulheres são caracterizadas por meio de seus aspectos físicos, como beleza, juventude e velhice, como exemplificado no quadro 16:

Quadro 16 – Representações associadas ao gênero social

TEXTO	ATOR/ATRIZ SOCIAL	REPRESENTAÇÕES
I	DOCA STREET	“[...]Doca seguiu para o fórum num Corcel branco acompanhado de um cortejo de quarenta carros de reportagem”
I	ÂNGELA DINIZ	“[...] o mesmo estilo exuberante da Pantera morta”
II	DORINHA DUVAL	“[...] dezoito quilos mais magra, os cabelos grisalhos à mostra aos 54 anos, a atriz disse que está arrependida – “não seria humana se não estivesse” – e espera o perdão”
II	PAULO CÉSAR GARCIA DE ALCÂNTARA	“[...] Newton Feital exibirá os contra-cheques de Paulo César mostrando que seu salário ao morrer, pago pela Arte-Rio, era bem maior do que o da atriz “portanto, não é verdade que ele a cafetizava”.”
III	BRUNO FERNANDES	“[...] assediado por clubes europeus como Milan e Porto, o goleiro, de 25 anos, ídolo e capitão do flamengo”
III	ELIZA SAMUDIO	“[...] trabalhou como recepcionista em eventos esportivos, tentou (sem sucesso) ser eleita musa do São Paulo ao Brasileirão e chegou a estrear ao menos um filme pornô de nome impublicável”

IV	ELIZE MATSUNAGA	[...] as fotos bem produzidas da mulher loira, de traços delicados, corpo sinuoso e codinome Kelly chamaram a atenção do jovem executivo de ascendência japonesa”
IV	MARCOS MATSUNAGA	“[...] a trajetória escolar impecável culminou na faculdade de administração da Fundação Getúlio Vargas, uma das melhores e mais concorridas do país. Logo que se graduou, começou a carreira na empresa da família, a Yoki, fundada por seu avô na década de 60”

Fonte: elaborado pela autora, com base nas reportagens sob análise

Destaco, ainda, que tanto nos textos veiculados no final da década de 1970 e no começo da década de 1980, quanto nos textos veiculados na década de 2010, há a culpabilização da vítima se esta for mulher e a representação dos autores dos crimes como vítimas, quando estes são homens. Essas representações, que, muitas vezes, desabonam as imagens das mulheres e justificam as atitudes dos homens, constantes nos quadros 15 e 16, são reflexos, a meu ver, de uma sociedade eminentemente machista e patriarcal, o que desencadeia práticas sociais que garantem aos homens privilégios que são negados às mulheres.

Nesse sentido, a despeito dos meios de comunicação procurarem demonstrar objetividade e neutralidade e, modernamente, buscarem incluir grupos marginalizados em seus discursos, o que se percebe é que, apesar das construções textuais terem sofrido algumas alterações ao longo desses trinta anos, os preconceitos não foram dirimidos ou amenizados. Afinal, como podemos perceber, em nossas análises, os homens que cometem homicídios dolosos em contextos de crimes passionais, ainda são tratados como vítimas das circunstâncias e de suas vítimas, mesmo quando confessam o crime e utilizam meios cruéis para matar, e as mulheres que morrem nesses cenários são representadas como culpadas da própria morte, além de serem objetificadas e sexualizadas.

Por outro lado, as mulheres que matam são tratadas como manipuladoras e cruéis, a exemplo da representação construída no texto II, por meio de relatos da acusação (“[...] disparou três balas contra o marido e só não continuou a atirar porque a quarta bala “mascou””) e da representação construída no texto IV mediante pressuposições (“[...] pacientemente esquartejou o corpo, colocou os pedaços em sacos plásticos, que alojou em três malas, e os jogou fora”). Essas representações

desconsideram as teses sobre legítima defesa e sobre arrependimento construídas pelas autoras do crime, enquanto fomentam as representações de vítimas construídas acerca dos homens que morrem.

As imagens que fazem parte das reportagens analisadas também auxiliam na construção dessas representações, sob essa perspectiva temos imagens de homens bem vestidos e com olhar triste e cansado, quando estes são os autores dos crimes, como é o caso das imagens que ilustram as reportagens sobre Doca Street e sobre Bruno Fernandes; e imagens que retratam mulheres de forma envergonhada e sexualizada, como é o caso das imagens de Dorinha Duval e de Elize Matsunaga, respectivamente. Essa diferença entre as imagens das mulheres se relaciona, a meu ver, à idade das autoras dos crimes.

Quanto às imagens das vítimas, temos Ângela Diniz bem apresentável, mas com legenda que traz à tona o termo “prostituta”, enquanto a legenda da foto de Doca Street ratifica seu sofrimento; Paulo César Garcia de Alcântara também com uma boa imagem, com a legenda “o assassinado”; Eliza Samudio sexualizada, com vários jogadores de futebol diferentes, consolidando sua imagem de “maria-chuteira”, e Marcos Matsunaga retratado como o primeiro da classe, conforme podemos visualizar no quadro 17:

Quadro 17 – Representações associadas ao gênero social por meio de imagens que ilustram as reportagens

TEXTO	ATOR/ATRIZ SOCIAL	IMAGENS	
I	DOCA STREET	 <p data-bbox="660 1821 936 1926"><i>Entrevista de Doca Street, a algumas horas do julgamento: "Meu único crime foi amar desenfreadamente, com sofreguidão"</i></p>	

I	ÂNGELA DINIZ	 <p data-bbox="655 636 970 786"><i>O juiz avisou os repórteres de rádio sobre o julgamento: "Vão dizer que a moça (Ângela) era prostituta, que fazia isto ou aquilo"</i></p>	
II	DORINHA DUVAL		 <p data-bbox="1126 1039 1337 1167">Dorinha (foto maior) apresenta-se como alinda traumatizada. Salhene (acima, à esquerda) a apresentará como vítima da sociedade. Na outra foto, o Promotor Bonni</p>
II	PAULO CÉSAR GARCIA DE ALCÂNTARA	 <p data-bbox="655 1552 904 1572">Paulo Sérgio, o assassinado</p>	

III	BRUNO FERNANDES	 A close-up photograph of Bruno Fernandes, a man with dark curly hair, covering his mouth with his hand. He has a serious expression.
III	ELIZA SAMUDIO	 Two photographs of Eliza Samudio and Bruno Fernandes. The left photo shows them smiling together in a casual setting. The right photo shows them in formal attire at a red carpet event, with a sign for 'DORES' visible in the background.
IV	ELIZE MATSUNAGA	 A close-up photograph of Elize Matsunaga, a woman with long blonde hair, looking directly at the camera with a slight smile. A watermark 'veja' is visible over the image.

IV	MARCOS MATSUNAGA	 <p data-bbox="647 436 911 629"> PRIMEIRO DA CLASSE <i>Marcos Matsunaga em FINE, com a turma do 5º colegial no Colégio Santa Cruz: nota de aplauso e bom aluno</i> </p>
----	---------------------	--

Fonte: elaborado pela autora, com base nas reportagens sob análise

Destaco que as imagens relativas à Eliza Samudio e Elize Matsunaga são muito parecidas, tanto na forma como seus olhares estão dispostos quanto no modo que estão vestidas. Outro ponto relevante é a legenda de algumas das fotos, enquanto a imagem de Doca Street traz uma citação direta que trata de seu amor desenfreado pela vítima, a de Dorinha Duval, que é mostrada com a mão no rosto, diz: “apresenta-se como ainda traumatizada”, colocando em dúvida até mesmo a afirmação da ré sobre estar traumatizada. A legenda da foto de Marcos, por sua vez, o coloca como um aluno de sucesso, enquanto a foto de capa de Elize a objetifica como uma “mulher fatal”.

Acredito que a conservação dos preconceitos presentes nesses discursos, apesar das alterações nas construções das reportagens, pode ser explicada pela ausência de mudança significativa nas práticas sociais e nos discursos vinculados à violência de gênero; temos, ainda hoje, uma sociedade em que prevalece o discurso machista, que atribui diferentes papéis a mulheres e a homens e, caso esses papéis sejam violados, os discursos hegemônicos buscarão desprestigiar os(as) atores(atrizes) que fugiram à regra imposta. Nesse sentido, ao afirmar que esses discursos são ideológicos e buscam legitimar as representações que os grupos de poder consideram aceitáveis, buscarei, a partir de agora, responder a terceira questão de pesquisa que norteia este trabalho.

4.5 Ideologia e representação: construção de vítimas e de culpados(as)

Para responder minha terceira pergunta de pesquisa (Que estratégias ideológicas os(as) produtores(as) dos textos usam na construção e na legitimação das representações midiáticas dos sujeitos, autores(as) e vítimas de crimes passionais?) considero relevante a análise de meu *corpus* sob a ótica dos modos de operação da ideologia, aventados por Thompson (2011).

Com o auxílio dessa teoria, é possível identificar como a ideologia funciona, nas reportagens sob análise, na construção dos papéis sociais de gênero conferidos a homens e mulheres no contexto relacionado ao cometimento de crimes passionais. Neste item, proponho uma análise, com base nas categorias apresentadas por Thompson (quadro 4), sobre a forma como essas ideologias se movem para ratificar ou contestar discursos hegemônicos nas reportagens que tratam de crimes passionais.

Nesse sentido, podemos perceber que, conforme exposto no excerto (53), é construída “[...] uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir a audiência de que isso é digno de apoio.” (THOMPSON, 2011, p. 83). Após ser sistematizada, essa cadeia de raciocínio é reforçada por meio de uma narrativa que comprove quem deve se apoiado(a), ou não, dentro da perspectiva do cometimento de um crime passional, mediante racionalização. Essa cadeia de raciocínio, por meio de narrativização, pode ser verificada no trecho a seguir:

(53) “[...] Cabo Frio. Sem ler jornais, ver televisão ou ouvir rádio desde segunda-feira, Doca Street foi dormir às 9 horas da noite, na véspera do julgamento, depois de conversar vinte minutos com o seu psiquiatra Ivo Saldanha, que lhe deu um tranquilizante. Ainda sonolento devido aos remédios que tomara, Doca Street abriu uma exceção do seu longo silêncio e aceitou falar com o repórter Mário Dias, do jornal O Dia, do Rio, o único que conseguiu entrevista-lo antes do julgamento [...] ao meio-dia e meia, como se tivesse visto Messias, as centenas de pessoas que se aglomeravam em frente ao fórum saíram correndo em várias direções. Doca estava chegando e, depois de dar uma volta na praça, ele acabou entrando pelas portas dos fundos e subiu imediatamente para a sala do tribunal. Sempre seguido de um elemento de segurança do fórum que fazias as vezes de guarda-costas, Doca, de terno azul quase preto e gravata também preta, entrou como um sonâmbulo, logo cercado por microfones por todos os lados. [...] agora, tudo se resume em saber quem se sairá melhor: os cinco advogados de defesa, que tentarão provar que a vida devassa de Ângela provocou sua própria morte, ou o promotor e seus três assistentes que tentarão mostrar o assassino como um gigôlo que matou covardemente sua amante. Não percam, amanhã, o próximo capítulo” (Jornal da República, p. 12).

Por meio da narrativização presente no texto I, Doca Street legitima-se como um personagem de novela, um galã em um espetáculo; e a narrativa de crime e o sofrimento da vítima acabam sendo abandonados. O efeito dessa cadeia de raciocínio é a ratificação de Doca Street como vítima dos acontecimentos e personagem principal de um espetáculo (seu julgamento). Nesta reportagem, a narrativização valida Doca Street como a vítima de um amor “desenfreado” e “incompreendido” e Ângela Diniz como a culpada por não ter reconhecido seu amor. Essas construções legitimam o discurso ideologicamente machista que permeia todo o texto.

No trecho (54), por sua vez, a cadeia de raciocínio é construída de forma a demonstrar a culpa de Dorinha Duval, aqui, a narrativização funciona para legitimar Dorinha Duval como uma assassina manipuladora e mentirosa. Primeiro, temos o detalhamento do crime e as diferentes versões narradas pela ré, para, em um segundo momento, termos acesso à sua entrevista, em que afirma estar arrependida. Acredito que essa cadeia de raciocínio valida a desconfiança da produtora do texto em relação às declarações de Dorinha Duval.

No tocante a Paulo César, o discurso que legitima a falsidade de sua assassina desencadeia o reconhecimento do discurso que o representa como vítima de um crime cruel e premeditado, mais uma vez, temos a legitimação do discurso machista que se baseia na desconfiança em relação às declarações da mulher e retrata o homem como uma boa pessoa e como vítima.

(54) “[...] longe das luzes e refletores com os quais conviveu até três anos atrás, a atriz Dorinha Duval será a principal estrela de um espetáculo marcado para 13h de quinta-feira, só que em um palco nunca antes pisado por ela: o 1º Tribunal do Júri. Ela será julgada pelo assassinato do marido, o produtor de filmes de propaganda Paulo César Garcia de Alcântara [...] meia hora depois de voltarem de uma festa na casa do publicitário José Francisco Scaglioni, no dia 5 de outubro de 1980, Dorinha Duval, de 54 anos, matou com três tiros o marido Paulo César Garcia de Alcântara, de 35 anos. O crime ocorreu na residência do casal, na Rua Senador Simonsen, Jardim Botânico. Antes de chegarem em casa, ainda deixaram a filha de Dorinha, Carla, hoje 18 anos, na casa do pai, o ator e produtor de televisão Daniel Filho [...] Dorah Teixeira, moça de São Paulo, teve uma adolescência brutal. Foi violentada por um homem que não conhecia, aos 15 anos. Aos 18 anos, chegou um circo em sua cidade, Santos, e com ele um trapezista bonito. Dorinha namorou, se entregou, o trapezista também e a jovem procurou um médico para o aborto, contou o advogado. [...] ao contrário dos assistentes de acusação, o Promotor Boni dos Santos só falará à imprensa depois de subir a tribuna para acusar Dorinha Duval. Para ele, “este é um julgamento como outro qualquer”. Também o Juiz Carlos Augusto Lopes Filho se recusou a falar sobre o processo, concordando apenas em divulgar o esquema traçado por ele para o dia do julgamento” (O Globo, p. 24).

No excerto (55), também há legitimação, por meio de narrativização, de forma bastante eficiente, do discurso que culpa Eliza Samudio, isto se dá por meio de relatos de amigas e familiares, e de uma narração acerca de sua história que retratam uma mulher obsessiva, ávida por fazer parte do mundo do futebol; de forma concomitante à narrativa de Eliza, os(as) produtores(as) do texto narram o declínio de Bruno Fernandes que ocorre depois que ele conhece sua vítima. Dessa forma, a narrativização desse texto, além de culpar Eliza por sua própria morte, atribui a ela a decadência de seu assassino.

Outro ponto importante, no tocante à narrativização nesse texto, é a legitimação de Bruno como um atleta de sucesso e que, portanto, foi a real vítima dos acontecimentos que vitimaram Eliza, pois ela não possuía nenhum tipo de sucesso. Todas essas legitimações funcionam de forma a ratificar a ideologia do discurso machista que garante aos homens que matam o lugar de vítima e confere às mulheres o lugar de culpadas por suas mortes.

(55) “[...] num ambiente em que traição, orgias e sexo irresponsável são considerados “muito comuns” — como declarou o goleiro do flamengo, Bruno Fernandes, a VEJA —, é certo que algo vai dar errado.[...] ela e Bruno se encontraram pela primeira vez em maio de 2009, numa festa que o goleiro definiu como “uma orgia só” (veja a entrevista abaixo). A festa ocorreu na casa de outro goleiro do flamengo, Paulo Victor, e durou até a manhã do dia seguinte. [...] Eliza deu o último sinal de vida em 9 de junho, quando falou ao telefone de Minas com três amigas. Elas contam que a jovem parecia eufórica. “Estou aqui com Bruno, ele quer que eu more perto da família dele. Vai me colocar até num apartamento mobiliado”, comemorava [...] tudo indica que, desta vez, algo deu muito errado para o goleiro Bruno — e para a jovem que sonhava em entrar para o seu mundo. Um mundo que, dependendo do rumo das investigações, agora ameaça a ruir” (Veja, nº 43).

No tocante ao trecho (56), assim como analisado no texto III, a narrativização é bastante hábil; isto ocorre, a meu ver, porque são textos longos que podem demonstrar com mais detalhes as percepções de seus(suas) produtores(as), isto é, temos toda a narrativa que relata a vida de Marcos e de Elize antes de se conhecerem, esse paralelo demonstra que ele era uma pessoa inteligente e bem-sucedida, enquanto ela era uma garota de programa; além disso, o texto é construído por meio de uma metáfora que compara a história do casal a um conto de fadas com final infeliz, ratificando Marcos como um “príncipe” e Elize como a pessoa que destruiu essa história de amor por meio de sua obsessão e seu ciúme.

Aqui, a narrativa sobre Elize é desenvolvida legitimando o discurso que trata de uma assassina de sangue frio, manipuladora e cruel; concomitantemente, há uma idealização de Marcos Matsunaga como um homem de sucesso, que, ao contrário de Eliza Samudio, não poderia ser responsabilizado pela própria morte. A culpa, no texto IV, é somente de Elize.

(56) “[...] Uma moça linda e pobre, nascida no interior, muda-se e passa a levar a vida como prostituta de luxo, até que conhece um executivo cavalheiro, educado, herdeiro de uma empresa bilionária — e casado. Ele se apaixona por ela e, depois de três anos de envolvimento, abandona a mulher e a filha pequena para ficar com o novo amor. Durante algum tempo, o casal vive o que parece ser um romance perfeito. [...] foram os dias de outro do casal. Os que conviveram com os dois nesse período descrevem Marcos como um homem “à moda antiga”. Abria a porta

do carro para Elize e levantava-se da mesa para puxar-lhe a cadeira até quando ela ia ao banheiro. Juntos, iam à missa, faziam cursos e frequentavam ótimos restaurantes, como o Aguzzo, em Pinheiros, onde eram habituês e amigos do dono, padrinho de casamento do casal. [...] nesse instante, Elize pegou de dentro de uma gaveta na sala uma pistola calibre 380 que havia ganhado de presente de Marcos e a apontou para o marido. “Você é fraca, não vai ter coragem de atirar. Vou mandar te internar. Não vou deixar minha filha ser criada por você. Nenhum juiz vai dar guarda a uma prostituta”, ameaçou Marcos [...] ela confessou o crime dois dias depois de ser presa. Passará um bom tempo na prisão, sem direito à herança e sem saber o que será do futuro das filhas. Para Elize, o conto de fadas terminou. Para a família de Marcos, restaram as imagens de um filme de terror” (Veja, nº 45).

Essas estratégias de construção do texto evidenciam que as ideologias não sofreram modificação durante o interregno de trinta anos, entre as publicações dos textos I e II e as publicações dos textos III e IV. Destaco que os raciocínios defendidos permaneceram inalterados nesse mesmo período de tempo, isto é, temos, nas quatro reportagens, cadeias de raciocínio que buscam legitimar os homens como vítimas e culpar as mulheres, buscando persuadir a audiência a apoiar os homens, mesmo quando estes foram os autores dos crimes passionais e vilanizar as mulheres, ainda que na situação de vítimas.

No que concerne às questões associadas aos crimes em si e considerando o nosso modelo machista patriarcal de sociedade, temos, a meu ver, de acordo com as análises empreendidas, crimes que são justificados diante do comportamento da vítima, quando seus autores são homens.

Destaco que as representações midiáticas abonam as agressões masculinas, por meio da culpabilização e objetificação das mulheres agredidas; como podemos verificar nos trechos “[...] o mesmo estilo exuberante da Pantera morta” e “[...] a quem a chamasse de “maria-chuteira””, em que Ângela Diniz e Eliza Samudio são representadas de forma depreciativa; e humanizam os homens que cometem violência de gênero, senão vejamos: “[...]olhos fundos, calça e camisa velhas, descalço, ele desabafa”, “[...] assediado por clubes europeus como Milan e Porto, o goleiro, de 25 anos, ídolo e capitão do flamengo”.

Cabe ressaltar que a legitimação dos discursos que inocentam os homens, mesmo quando são os autores de crimes, e vilanizam as mulheres, mesmo quando estas são as vítimas, é construída por meio da narrativização de relatos e fatos conexos à violência de gênero; entretanto, podemos afirmar, também, a existência do fenômeno da *reificação*, por meio da naturalização de estereótipos associados a papéis sociais de

gênero. Essa reificação em relação aos gêneros sociais contribui para a legitimação das ideologias machistas tratadas neste item.

Sob esse viés, e após o estudo das quatro reportagens, é possível identificar relações de dominação sendo estabelecidas e sustentadas por meio da legitimação de ideologias machistas, construídas com base em estratégias de narrativização e da reificação, fundada na naturalização. Os quatro textos possuem as mesmas características, no que diz respeito à forma como a ideologia é instituída, isto é:

1. Há imputação de culpa a um dos sujeitos, que nem sempre se trata do autor ou autora do crime, mas que sempre é a mulher;
2. Há humanização dos homens, mesmo quando matam, e objetificação das mulheres, mesmo quando morrem, o que gera a naturalização de estereótipos;
3. É construída uma narrativa no sentido de ratificar a culpa imputada, pelo texto, a determinado ator ou atriz social - Narrativização.

A relevância do estudo das representações produzidas, reproduzidas e legitimadas pela mídia, no tocante a papéis sociais de gênero, é a naturalização das ideologias validadas pelos discursos midiáticos. Nesse sentido, cabe afirmar que a ideologia se constrói sobre formas simbólicas e, nesse momento, conforme afirma Giddens (2012, p. 537), a fronteira entre a realidade e a representação desaparece, com isso os papéis de réu(ré) e de vítima se tornam secundários porque mais importante que o crime em si é a representação ideologicamente construída do crime. Dessa forma, mais importante que o que aconteceu e quem é o(a) real culpado(a), é a representação naturalizada pela mídia sobre o que aconteceu e sobre quem é o(a) real culpado(a).

Refletindo sobre o exposto até aqui, no próximo capítulo, concluirei este trabalho por meio de considerações finais que assentam as discussões teóricas e as análises de meu *corpus*.

5 “QUEM NÃO SEM DORES ACEITA QUE TUDO DEVE MUDAR”

Para concluir este trabalho, entendo relevante trazer à tona a possibilidade de transformação social, nesse sentido utilizo o verso supracitado da música “Triste, Louca ou Má”, afirmando que, por meio do entendimento e reflexão acerca da legitimação de papéis sociais de gênero mediante os mais variados discursos institucionais, entre eles o da mídia, é possível que ocorram modificações sociais.

Esta pesquisa, à luz de estudos críticos do discurso, foi desenvolvida com o objetivo de refletir sobre as representações construídas, ideologicamente, pela mídia, acerca dos papéis sociais de gênero, no contexto de publicações, em diferentes momentos históricos da sociedade brasileira, que tratam de homens e mulheres, autores (as) e vítimas de crimes passionais.

A análise teve o objetivo de responder a três indagações:

1. Como discursos veiculados pela mídia impressa – jornais e revistas – representam homens e mulheres, autores (as) e vítimas de crimes passionais?
2. A representação de atores e atrizes sociais que cometeram e foram vítimas de crimes passionais, com base em papéis sociais de gênero, sofreu alteração ao longo dos anos?
3. Que estratégias ideológicas os(as) produtores(as) dos textos usam na construção e na legitimação das representações midiáticas dos sujeitos, autores(as) e vítimas de crimes passionais?

No sentido de responder a esses questionamentos, foram analisadas quatro reportagens jornalísticas produzidas no interregno de trinta anos, dois textos publicados nos anos de 1979 e 1983, em jornais de circulação nacional, e dois textos publicados nos anos de 2010 e 2012, na revista *Veja*.

Para nortear essas análises, utilizei algumas categorias analíticas, a saber: i. Escolhas vocabulares, propostas por Fairclough (2003 e 2016); ii. Representação de atores sociais, de van Leeuwen (1997) e iii. Modos de operação da ideologia, de Thompson (2011).

No tocante à forma como discursos veiculados pela mídia impressa – jornais e revistas – representam homens e mulheres, autores (as) e vítimas de crimes

passionais, afirmo que os atores sociais privilegiados são os masculinos e há o apagamento da vítima, apenas quando ela é uma mulher; sendo assim, os autores e vítima de crimes passionais do gênero masculino são incluídos por meio de características que os exaltem, como a profissão, no caso do profissional de sucesso; ou atributos morais, como a estoicidade e a retidão.

Ressalto que o poder simbólico da mídia garante a naturalização dessas representações, e, por meio do processo de seleção de notícias (MOTTA, 2002) e a escolha da forma como essas notícias são apresentadas, temos discursos poderosos de culpabilização da vítima, quando ela é uma mulher. Ademais, há uma atenuação do crime em si quando o seu autor é um homem, isto é, a narrativa sobre o crime passional se baseia, nesse caso, nas características positivas do homem e os detalhes sobre seu crime são suprimidos. Quando as autoras são mulheres, entretanto, os crimes são descritos com pormenores acerca de sua crueldade e de sua premeditação.

Essa forma midiática de relatar fatos reproduz os tribunais de júri de décadas atrás. Isto é, o público em geral condena a mulher e inocenta o homem com base na narrativa da mídia, que se articula com discursos de legítima defesa da honra, não mais utilizados legalmente no direito penal brasileiro, mas presentes nas representações dos(as) atores(atrizes) que cometem crimes passionais. A honra, no entanto, foi relativizada. Hoje a honra não está associada, apenas, à moral sexual dos sujeitos, mas também às suas carreiras, à fama, ao dinheiro e a outros quesitos ligados à posição social do(a) autor(a) do crime ou da vítima.

Quanto à alteração ao longo dos anos dessas representações, acredito que, apesar das construções textuais terem sofrido modificações, a ideologia presente nos discursos que permeiam esses textos permanece inalterada, o homem é a vítima, mesmo quando mata, e a mulher é a culpada mesmo quando morre. Ressalto, entretanto, que os textos da década de 2010 são mais longos e buscam descrever com pormenores as características físicas e emocionais dos envolvidos no crime; enquanto os textos do final da década de 1970 e começo da década de 1980 são romantizados e se baseiam, principalmente, em citações diretas dos envolvidos no crime e no processo que o procede. Nesse sentido, as reportagens mais recentes parecem perder um pouco da fidelidade que essas citações diretas produzem, uma vez que são construídas por meio de discursos indiretos e pressuposições. Essa falta de relatos diretos, no entanto, é substituída por construções indiretas e pressuposições de impacto que podem valorizar

ou depreciar as representações dos atores e das atrizes presentes no texto, assim, com base nessas representações, a legitimação do discurso de culpabilização da mulher acaba se tornando bastante eficaz.

Finalmente, em relação às estratégias ideológicas que os(as) produtores(as) dos textos usam na construção e na legitimação das representações midiáticas de homens e mulheres, autores(as) e vítimas de crimes passionais, analisei a legitimação por meio da narrativização na construção dos textos e a reificação mediante a naturalização de representações sociais que transformam homens em vítimas, mesmo quando cometeram os crimes; e vilanizam mulheres, mesmo quando elas são vítimas. Essa legitimação se dá na construção da narrativa dos textos, sob essa ótica há o desenvolvimento das histórias de sucesso dos homens e, concomitantemente, as mulheres são caracterizadas como pessoas obsessivas, que fazem tudo para estar com esses homens. Destaco que esse discurso patriarcal machista se faz presente em todos os textos, independentemente do período temporal de publicação e do veículo utilizado (jornais e revistas).

Nesse sentido, minha pesquisa busca contribuir na reflexão sobre esses temas e auxiliar na transformação dessa realidade, alterando as forças que concorrem na legitimação dessa violência de gênero tão atual e brutal. Acredito que, ao considerar esse embate de forças que legitima o poder hegemônico dos homens, podemos construir uma sociedade menos injusta e desigual e minimizar a violência sofrida e aceita por mulheres de todas as etnias e camadas sociais. A partir da contemplação de como as instituições constroem e legitimam discursos que discriminam de acordo com o gênero, podemos compreender como as práticas sociais podem ser, também, transformadas por meio dos discursos que as permeiam. Refletindo sobre discurso, prática social, instituições e sociedade, seremos capazes de encerrar esse ciclo de violência e culpabilização que atua sobre as mulheres tão somente por serem mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseu. Significado político da manipulação na grande imprensa. In: ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**. 4. ed. São Paulo: Ática. 2v. v2: As técnicas do jornalismo, 1990.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Antropos, 1991.
- BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal**, 2: parte especial: dos crimes contra a pessoa. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BATISTA Jr., José Ribamar Lopes (Org). **Análise do discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2018.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: EDITORA BERTRAND BRASIL S.A, 1989.
- _____. **A dominação masculina**. 14ª ed. Rio de Janeiro: EDITORA BERTRAND BRASIL S.A, 2017.
- BUTLER, J. **Bodies that matter: On the discursive limits of ‘sex’**. New York: Routledge, 1993.
- _____. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMILO, R. S. **Análise discursiva crítica da representação social de resistência da presidenta da república do brasil em tempos de crise**. UNB, 2016. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade de Brasília, 2016.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

Código de Direito Penal Brasileiro. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em:
28/02/2018

COUTINHO, E. G. **Mídia e Poder: Ideologia, discurso e subjetividade.**

COUTINHO, E. G., FREIRE FILHO, J. E PAIVA. R. (orgs). Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

CRISÓSTOMO, F. V. **O homicida passional: quando a morte se sobrepõe ao afeto.**

Fortaleza, 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2013.

DENZIN, N. K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.**

Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIÓGENES, Juliana. 3/4 das mulheres alvo de violência conhecem agressor. **Jornal**

Estado de São Paulo online. 26 fev. 2019. Disponível em: <

https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,34-das-mulheres-alvo-de-violencia-conhecem-agressor,70002735991>. Acesso em 26/02/2019.

DUVEEN, Gerard. Introdução: O poder das ideias. In MOSCOVICI, Serge.

Representações sociais: investigações em psicologia social. 11 ed. Petrópolis, RJ:

Vozes, 2015.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de**

Pontes Visgheiro a Pimenta Neves. São Paulo: Saraiva, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** 2ªed. Brasília: Universidade de

Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, N. Language, ideology and power. In: FAIRCLOUGH, N. **Critical**

discourse analysis: the critical study of language. Edinburg: Pearson, 1995.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research.**

New York: Routledge, 2003.

_____. **Discurso e Mudança Social.** 2ªed. Brasília: Universidade de

Brasília, 2016.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. Sandra Netz. 3. ed. Porto

Alegre: Bookman, 2004.

GEBARA, I. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. In: BATISTA JR, J. R. L. (orgs.) **Análise do discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S (orgs). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

KOTSCHO, Ricardo. Entra em cena, Doca, o galã arrependido. **Jornal da República**. N.46, Ano 1, 18 out. 1979, p. 12. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/pdf/194018/per194018_1979_00046.pdf>. Acesso em 28/02/2018.

LAZAR, M. M. **Feminist critical discourse analysis: Gender, power and ideology in discourse**. London: Palgrave, 2005.

LOPES, T. Em julgamento o crime de Dorinha Duval. **O Globo**. nº 18.271. Rio de Janeiro, 1983, p. 24. Disponível em:
<<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=dorinha+duval>>. Acesso em 10/01/2019.

MAGALHÃES, I; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAINGUENEAU. D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 3^a Ed, 1997.

MARTINO, L. M. S.. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2003.

MIRABETE, J. F. **Manual de Direito Penal Parte Especial**. Volume 2. 26^a Edição. São Paulo: Atlas. 2009. P. 33

MORAES, D. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan./jun, 2010.

MOSCOVICI, S. **Introdução. Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MOTTA, L. G. Ideologia e processo de seleção de notícias. In MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. Imprensa e poder. In MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

OLIVEIRA, Fernando. A mídia, o campo, a ordem e o discurso: molduras do poder simbólico. **Anais do V ENECUT - Quinto encontro de estudo multidisciplinares em cultura**, Salvador, BA, 2009. Disponível em [:<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19459.pdf>](http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19459.pdf). Acesso em: 28/02/2018.

PRETTO, Valdir. Exclusão social e questões de gênero. Caxias do Sul: Educs, 2015.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. V. S. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2016.

_____. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

Revista VEJA, edição 2172, ano 43, nº 2, de 7 de julho de 2010, p. 80-85. Disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32303?page=1§ion=1> Acesso em 28/02/2018.

Revista VEJA, edição 2273, ano 45, nº 24, de 13 de junho de 2012, p. 84-90. Disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32199?page=1§ion=1> Acesso em 28/02/2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez.1995.

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira da. **A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil**. 2009. 267 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. **A representação da raça negra no Brasil: ideologia e identidades**. In: VIEIRA, J. A.; BENTO, A. L. (orgs.). Discurso, identidade e gênero. Brasília: Editora Movimento, 2015.

STREY, M. N. **Violência de Gênero: uma questão complexa e interminável.** In STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P (orgs). *Violência, gênero e políticas públicas.* Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

VIEIRA, J. A.; BENTO, A. L. (orgs.). **Discurso, identidade e gênero.** Brasília: Editora Movimento, 2015.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna.** Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Trad.: Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **A mídia e a modernidade.** Uma teoria social da mídia. Trad.: Wagner de Oliveira Brandão. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VAN LEEUWEN, T. **A representação dos actores sociais.** In: PEDRO, E. R. *Análise Crítica do Discurso.* Lisboa: Caminho, 1997.

VIEIRA, V & RESENDE, V. M. **Análise do discurso (para a) crítica: O texto como material e pesquisa.** 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2016.

WODAK, R. **Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos.** *Revista Linguagem em (Dis)curso - LemD,* Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

APÊNDICE A: “Entra em cena, Doca, o amante arrependido”

Sonolento, de gravata, nada a dizer. Assim Doca Street passou a desempenhar, ontem, em Cabo Frio, o papel de réu-galã.

RICARDO KOTSCHO, enviado especial

Cabo Frio. Sem ler jornais, ver televisão ou ouvir rádio desde segunda-feira, Doca Street foi dormir às 9 horas da noite, na véspera do julgamento, depois de conversar vinte minutos com o seu psiquiatra Ivo Saldanha, que lhe deu um tranquilizante. Ainda sonolento devido aos remédios que tomara, Doca Street abriu uma exceção do seu longo silêncio e aceitou falar com o repórter Mário Dias, do jornal O Dia, do Rio, o único que conseguiu entrevistá-lo antes do julgamento. Às nove e meia da manhã, depois de tomar outro tranquilizante e um café, ele declarou a Dias: “Estas horas são as piores da minha vida. A tensão, o retorno aos fatos horríveis de 30 de dezembro de 1976, transformam a minha mente numa tela indescritível. Tudo me massacra lá dentro. Sinto pena do meu pai, da mãe de Ângela, de meus filhos, das crianças dela, da própria Ângela. Sobretudo gostaria que o tempo voltasse atrás, num retorno àquela data e que a mulher que de fato amei entendesse toda a força desse amor, evitando esta trajetória de tristeza e sem paz”.

Lá fora há dezenas de repórteres de todo o país e Doca fala de uma enfileirada só sem tomar fôlego. Vários empregados cuidam do gramado da Vivenda Branca, a mansão que hospeda Doca, na rua dos Badejos em frente ao mar da praia do Perú. Olhos fundos, calça e camisa velhas, descalço, ele desabafa: “já paguei demais por essa tragédia”. Fumando bastante, mas demonstrando uma aparência calma, deitado numa cadeira espreguiçadeira no seu quarto escuro, completou: “Vou continuar pagando por esta tragédia enquanto respirar. Meu único crime foi amar desenfreadamente, com grande sofreguidão, mas infelizmente fui mal interpretado”. Depois, na varanda da casa, queixou-se: “Esta claridade está causando problemas para a minha vista”. E voltou ao quarto, de onde só sairia ao meio-dia para ir à casa do seu advogado, Evandro Lins e Silva, a 50 metros dali, a bordo de um Dodge 1.800, acompanhado de seu pai Luiz Gustavo Street, da prima Maria Zilda do Amaral Street e do filho desta, Carlos do Amaral Street. Sentado no banco traseiro ao lado de Evandro, Doca seguiu para o fórum num Corcel branco acompanhado de um cortejo de quarenta carros de reportagem. Antes de entrar no carro, disse que se for absolvido ou condenado, de qualquer forma, ficará em Cabo Frio mais dois dias para descansar.

No fórum, a confusão começou logo cedo, com a chegada do grande desfile da TV Globo: um caminhão M-6 de controle da emissora, outro com um gerador, meia dúzia de peruas, além de outros veículos menores, cinquenta pessoas, três refletores de 6 mil volts, quatro câmeras. E o tribunal do júri foi transformado num estúdio de televisão, mudando-se até à posição das cadeiras dos jurados, do réu e dos advogados de defesa. O juiz Francisco Monta Macedo não fez outra coisa no período da

manhã, do que cuidar da imprensa. Quando soube que haviam transformado também a sala dos advogados, ao lado do tribunal, em estúdio das rádios Itatiaia, Capital, Globo e Nacional, Mota Macedo foi lá advertir os repórteres: “Vocês não poderão transmitir diretamente o julgamento. O tribunal do júri é proibido para menores até 18 anos. Serão lidos trechos do processo que menores não poderão ouvir. Vão dizer que a mulher era uma prostituta ou que fazia isto ou aquilo. Como vocês vão controlar isso? É preciso que vocês gravem e façam uma censura. Se for alguma imoralidade para o ar e o tribunal me comunicar isso, mando prender vocês todos”.

Com seus quarenta homens, cabo Carvalho, do 4º Pelotão do 7º Batalhão tomava posições dentro e fora do fórum. Impassível diante da confusão, Rubem Campos, advogado carioca, o primeiro a chegar à fila, às 8h30 da manhã, não queria opinar: “Não conheço os autos”. O segundo a chegar foi o motorista Francisco Severino Ramos, mas ele só estava guardando lugar para o seu patrão. A primeira mulher na fila era a advogada Maria Lúcia Guaraciaba de Três Rios, muito agitada, dizendo que condenaria Doca. Alberto Lavigne, um dos cinco advogados de defesa de Doca, assustado com os preparativos de cada equipe de televisão anunciou que mandaria “tirar essa parafernália, porque os refletores vão desviar a atenção dos jurados”. Ameaça que não foi cumprida: a televisão transformou o julgamento de Doca no maior acontecimento do ano – uma equipe digna de cobrir o lançamento do primeiro homem brasileiro à Lua.

Enquanto saía para ir almoçar, o juiz Mota Macedo recomendou ao zelador Rochinha (Rochall Francisco Correia) que trancasse as portas, pois ninguém mais poderia entrar antes da sua volta, e Rochinha viveu seu dia de autoridade. Estava chegando Élcio Guimarães, escrivão da 1ª Vara, dizendo que havia duas audiências marcadas para a tarde: uma reintegração de posse e um divórcio. Mota Macedo voltou rapidamente e reiterou: “Fecha, porque eu estou mandando. Não vai ter nenhuma outra audiência aqui hoje”. Até Adelpho Márcio de Oliveira, um topógrafo desenhista que acabaria sendo sorteado para participar do júri, foi barrado.

Ao meio-dia e meia, como se tivesse visto Messias, as centenas de pessoas que se aglomeravam em frente ao fórum saíram correndo em várias direções. Doca estava chegando e, depois de dar uma volta na praça, ele acabou entrando pelas portas dos fundos e subiu imediatamente para a sala do tribunal. Sempre seguido de um elemento de segurança do fórum que fazia as vezes de guarda-costas, Doca, de terno azul quase preto e gravata também preta, entrou como um sonâmbulo, logo cercado por microfones por todos os lados. Recostou-se na amurada da janela e, por um instante, teve a impressão de que ele queria pular dali. Duas repórteres de televisão chegaram a se ajoelhar diante dele, microfones na mão, mas Doca continuou impassível, mudo, cabeça baixa. E assim permaneceu uns cinco minutos, até que os seus seguranças o retirassem daquela situação incômoda.

O Jurista Heleno Fragoso, comentarista do júri contratado pelo Jornal do Brasil, fazia um verdadeiro discurso diante da porta: “O que está acontecendo aqui vai muito por conta do nosso subdesenvolvimento e das circunstâncias de uma imensa e desproposital publicidade. Estamos vendo melancólicos aspectos dessa terrível desigualdade do sistema de justiça, que é um sistema seletivo, extraordinariamente opressivo e substancialmente injusto. São julgados inúmeros cidadãos comuns diariamente em situações dramáticas de suas existências nos tribunais do júri. E não se vê nada disso. É lamentável”.

Em mangas de camisa, lembrando um pároco do interior, de óculos escuros e estrábico, o promotor Sebastião Fador Sampaio empolga-se ao dar uma entrevista e fala na covardia e na crueldade do assassinato, do “motivo torpe, mediante surpresa”. Enquanto ele fala, a sala é literalmente invadida, as portas quase são derrubadas e a alta sociedade, daqui e de fora, luta como qualquer corintiano pelas 240 cadeiras, a maioria cedidas pelo Clube Tamoio – já que o fórum não estava preparado para receber um criminoso tão vip e seus admiradores. Senhoras elegantes, senhores com monogramas na camisa, tudo muito perfumado, advogados e estudantes de direito, jornalistas suarentos de tanto correr e até alguns populares. Evaristo de Moraes Filho, o principal assistente da acusação, que 48 horas antes parecia desanimado, convencido da absolvição de Doca, agora mostra-se confiante e até aposta almoços com os jornalistas. Tudo por causa do testemunho do criminalista Paulo José da Costa Júnior, primeiro defensor de Doca, que denuncia o envolvimento do seu ex-cliente com o tráfico internacional de drogas. Comenta-se que Costa Júnior até teria deixado o país.

No palco, quer dizer, na área reservada às autoridades da Justiça, ao réu, jurados e defesa, George Tavares, outro auxiliar de acusação, já de beca, dava uma entrevista coletiva muito divertida. Pelo menos, Tavares ria muito. Agora, também de beca e com uma faixa vermelha na cintura, o promotor Fador Sampaio já não lembra um pároco, mas um bispo. Na décima fileira, uma belíssima loira de vestido estampado revela seus seios pequenos e queimados de sol, deixando vesgos os circunspectos vizinhos. Meia hora depois da hora marcada, à uma e meia da tarde, o juiz Francisco Mota Macedo senta-se à mesa e todos ficam de pé. À sua esquerda, o escrivão. À direita, o promotor. Ao fundo um enorme crucifixo prateado ladeado pelas bandeiras do Brasil e do Rio de Janeiro, por um ventilador e o retrato do desembargador João Gonçalves da Ponte, que foi juiz de Cabo Frio nos anos 50.

Finalmente, às dez para as duas, é feita a chamada dos jurados. Há uma certa agitação no recinto: chegam duas tias e outros parentes de Ângela Diniz. Mas que chama mais a atenção é uma amiga de Ângela, Silvinha Frazão, o mesmo estilo exuberante da Pantera morta, vestido colante cor de cinho, dois brilhantes na mão esquerda, uma corrente de ouro no tornozelo direito, cabelos presos no alto, despencando em rabo de cavalo encacheado, óculos escuros sobre a cabeça. Amiga

íntima de Ângela, foi Silvinha quem providenciou o transporte do corpo da Pantera para o Rio e seu sepultamento em Belo Horizonte.

Tendo à frente Técio Lins e Silva, sobrinho de Evandro, um de seus cinco defensores, e, à retaguarda, um anônimo PM, Doca faz seu ingresso no tribunal. O juiz chama Gilberto Marcos dos Santos, 16 anos, funcionário do fórum, para fazer o sorteio dos jurados. Mãos entre as penas, cabisbaixo, Doca passa um lenço azul na testa. O primeiro a ser sorteado é o marítimo Adinor Américo Ferreira. E começa a primeira briga. Evandro diz alguma coisa inaudível no plenário, o promotor Sampaio perde a paciência, grita, e Evandro grita mais alto. O promotor: “A Justiça Pública exige respeito”. O advogado de defesa: “Eu também”. Discute-se que tem o direito de impugnar jurados em primeiro lugar, se a defesa ou a acusação. O promotor é vaiado como em qualquer campo de futebol. O juiz ameaça chamar a polícia e tirar todo mundo dali.

Na primeira de uma longa série de advertências diz que o plenário não pode se manifestar. São sorteados os outros jurados, com três impugnações da promotoria e três da defesa. Duas mulheres e cinco homens com idade média acima de 50 anos, todos casados e com filhos. Quando começa o interrogatório de Doca, às 14h50, a plateia grita: “Senta, senta, senta”.

Vai começar o espetáculo. O juiz, como faria Armando Marques, determina a retirada dos fotógrafos e é aplaudido pelo público de 400 pessoas. Mão cruzadas às costas, de pé diante do juiz, Doca responde ao interrogatório e ninguém consegue ouvir, nem os jurados. Lá fora, cerca de 1.500 pessoas aglomeram-se em frente às portas de vidro, algumas carregando faixas: “Absolvam Doca Street”. Mota Macedo lê a acusação que é feita contra Doca, presta algumas rápidas informações sobre o processo e indaga se as partes querem a leitura de alguma peça dos autos, Édén Teixeira de Melo, óculos escuríssimos, que me fez lembrar dos Irmãos Metralha, responde na bucha que quer a leitura de um sem-número de documentos em nome da acusação. O juiz pede que ele dê a relação e peça-os pela ordem e Édén provoca gargalhadas na plateia: explica que, na confusão, esqueceu sua pasta lá fora e por isso não pode atender ao pedido. Ou seja, foi a guerra e esqueceu a metralhadora.

A leitura começa com o depoimento das duas empregadas da casa de Ângela, em Búzios, a arrumadeira Ivanira Gonçalves e a copeira Marinete Porto. No inquérito policial elas contaram que Ângela e Doca dormiam muito e quase não recebiam visitas. O depoimento do empreiteiro Jocomar Cardoso, que fazia umas reformas na casa, cita uma briga de Ângela com Doca, que ele assistiu de cima do telhado. Nesse dia, Ângela mandou Doca embora de casa e ele se ajoelhou diante dela, implorando: “Ângela, eu não mereço isso”. Claudionor Muniz, um dos jurados não sorteados, dorme à minha frente, a sono solto. Os jurados escolhidos, refestelados nas poltronas de courvin, fazem uma força danada para não dormir também. São

depoimentos repetitivos, conhecidos e ninguém entente porque a acusação mandou lê-los. Nem o próprio Éden aguenta e vai passear pelo saguão.

Imutavelmente cabisbaixo, com o corpo inclinado para a esquerda, Doca está perfeito no papel de amante arrependido. Só se mexe para levar o lenço ao rosto, de vez em quando. Nem mesmo quando o escrivão lê o depoimento de Maria José de Oliveira, antiga empregada de Ângela que conviveu dois meses com o casal no apartamento de Copacabana, Doca se abala. No depoimento, ele é chamado de “gigolô” e “vadio”, que vivia às custas da mulher e dizia descaradamente que não tinha tempo para trabalhar. Maria José fala das inúmeras brigas do casal, sempre com Doca agredindo Ângela, porque ela queria largá-lo e ele resistia, ora apelando para o sentimentalismo, ora para a violência. Conta que Doca queria obrigar Ângela a abrir uma conta-conjunta no Banco Nacional, que era quem comprava suas roupas. Lembra a vida doentia que o casal levava dentro do apartamento; Ângela sempre trancada num quarto com ar condicionado apesar da sinusite, como se estivesse num cárcere privado.

Em outro depoimento, as empregadas Ivanira e Marinete contam que serviram uvas, melancia, vodca e uísque ao casal e seus amigos Dadinho Marcondes Ferraz e Ângela Salles, com que estavam na praia no dia do crime. Citam também uma francesinha, que vem a ser a alemã Gabrielle Dayer, apontada pela defesa de Doca como o pivô do crime. Só o desmaio de Anita Almeida, uma moça humilde da cidade, consegue quebrar a monotonia em que se arrasta o júri às 6 horas da tarde em Cabo Frio. E ainda faltam três horas de leitura de documentos. Agora, tudo se resume em saber quem se sairá melhor: os cinco advogados de defesa, que tentarão provar que a vida devassa de Ângela provocou sua própria morte, ou o promotor e seus três assistentes que tentarão mostrar o assassino como um gigôlo que matou covardemente sua amante. Não percam, amanhã, o próximo capítulo.

APÊNDICE B: “Em julgamento: o crime de Dorinha Duval”

Dorinha apresenta-se ainda traumatizada. Sahione (acima, à esquerda) a apresentará como vítima da sociedade. Na outra foto, o Promotor Bonni.

TEREZINHA LOPES

Longe das luzes e refletores com os quais conviveu até três anos atrás, a atriz Dorinha Duval será a principal estrela de um espetáculo marcado para 13h de quinta-feira, só que em um palco nunca antes pisado por ela: o 1º Tribunal do Júri. Ela será julgada pelo assassinato do marido, o produtor de filmes de propaganda Paulo César Garcia de Alcântara, praticado no dia 5 de outubro de 1980. O texto, já sabe de cor: matou com três tiros em legítima defesa. Mas o desfecho poderá afastá-la definitivamente de todos os palcos se for condenada, pois a pena varia de 12 a 30 anos de reclusão.

Para o julgamento estão convidadas cerca de 300 pessoas, credenciadas pelo tribunal. Ninguém poderá entrar em plenário sem apresentar o convite, impresso há quase um mês. Qualquer manifestação contra ou favor será reprimida prontamente e, no caso de insistência, o manifestante poderá ser retirado do local e preso.

A garantia de que nada irá atrapalhar o julgamento está na presença de 17 homens do 5º Batalhão da Polícia Militar, que serão deslocados para o local e distribuídos em pontos estratégicos do prédio, conforme ficou definido em reunião do Presidente do 1º Tribunal do Júri, Juiz Carlos Augusto Lopes Filho, e o comandante do Batalhão, Coronel Manoel Elísio.

QUINZE HORAS

Com a leitura completa do processo pelo Juiz Carlos Augusto Lopes Filho e o interrogatório de nove testemunhas (cinco de acusação e quatro de defesa), a previsão é de que 15 horas de julgamento que só deverá terminar por volta das 3h da sexta-feira. Pelo menos na relação dos 21 jurados sorteados para o mês de novembro, dos quais sete deverão atuar no julgamento, há um equilíbrio de sexo: dez homens e 11 mulheres.

A acusação, será sustentada pelo Promotor Bonni dos Santos e pelos advogados – seguirá à risca o libelo em que Dorinha foi acusada de ter praticado um homicídio qualificado, por motivo torpe e uso de recursos que dificultou a defesa da vítima, com o agravante de ela ter se aproveitado da situação de coabitação.

O advogado Clóvis Sahione, defensor da ré, apresentará a tese da legítima defesa, não sem antes dissertar sobre o que é o júri, o que foi Dorinha, o que ela foi para Paulo, o momento do crime e que se seguiu até hoje. Para o advogado, o fato em si é o que menos importará no dia do julgamento, pois acha que acima de tudo o júri precisa saber que está julgando.

O julgamento marcado para o dia 17 não corre mais o risco de ser adiado, segundo um pacto feito por ambas as partes. Os quase 300 convites já foram distribuídos, mas a procura ainda é grande. Na ante-sala do juiz Presidente a resposta é sempre a mesma: não há mais convites. Nem mesmo para a mãe da vítima, D. Jacy Garcia de Alcântara, que não conseguiu obter um. O plenário do Tribunal tem capacidade para 270 pessoas sentadas, mas muitas permanecerão em pé durante o julgamento, independente das diversas cadeiras que serão colocadas no local. Para a imprensa foram reservadas dez cadeiras e apenas um jornalista de cada empresa será credenciado.

O ASSASSINATO: DEPOIS DA FESTA TIROS NO MARIDO

Meia hora depois de voltarem de uma festa na casa do publicitário José Francisco Scaglioni, no dia 5 de outubro de 1980, Dorinha Duval, de 54 anos, matou com três tiros o marido Paulo César Garcia de Alcântara, de 35 anos. O crime ocorreu na residência do casal, na Rua Senador Simonsen, Jardim Botânico. Antes de chegarem em casa, ainda deixaram a filha de Dorinha, Carla, hoje 18 anos, na casa do pai, o ator e produtor de televisão Daniel Filho.

O que se passou nesse intervalo de tempo já foi considerado de duas maneiras diferentes. Da primeira, Dorinha disse ter sido ofendida, humilhada e agredida por Paulo, que lhe teria dito que não gostava mais dela por ser “uma velha”, e que só apreciava meninas novas, “de corpinho rijo”, em depoimento prestado na 15ª DP.

Da segunda vez, Dorinha evitou os adjetivos revelando que este não foi o verdadeiro motivo do crime. Ela disse que matou Paulo por estar cansada de ser agredida por ele.

— Me deu um branco e atirei não sei quantas vezes — disse ela.

Na verdade, disparou três balas contra o marido e só não continuou a atirar porque a quarta bala “mascou”, segundo a acusação.

FUGIU DO FLAGRANTE

Depois do crime, Dorinha com a ajuda de José Francisco Scaglioni, levou Paulo para o Hospital Miguel Couto, onde ele foi operado, morrendo duas horas depois. No hospital, a atriz disse que ia apanhar umas roupas para o amigo que tinha manchado as suas de sangue ao socorrer Paulo e não voltou mais. Isso impediu que ela fosse presa em flagrante. Paulo foi baleado por volta da 1h30m e estava só de sunga. No quarto do casal, não havia sinais de luta.

— Foi um acidente — disse Dorinha aos policiais de plantão no Hospital Miguel Couto.

Ela contou que a arma disparou acidentalmente quando a entregou a Paulo para ser guardada. Essa versão não foi aceita pelo delegado do 15º DP, Wilmis Short, porque um revólver tem de ser acionado a cada disparo. Mais tarde, a própria atriz confessou a autoria do crime.

ELA SE DIZ ARREPENDIDA. E QUER PERDÃO

Estou rezando e pedindo a Deus que me dê forças. Este é um momento muito difícil, em que você se agarra com fé, São Mateus disse que todos os seres humanos têm o poder de perdoar e eu estou esperando porque tenho fé no perdão das pessoas.

O choro convulsivo de Dorinha Duval, que na verdade se chama Dorah Teixeira, demonstra que ela ainda não se recuperou do trauma, ao falar sobre o crime ocorrido há três anos. Dezoito quilos mais magra, os cabelos grisalhos à mostra aos 54 anos, a atriz disse que está arrependida – “não seria humana se não estivesse” – e espera o perdão.

Coincidentemente Dorinha Duval disse que desde o início do mês está usando apenas a cor branca, sem saber explicar por quê. Foi toda vestida de branco que ela compareceu sozinha ao escritório de seu advogado, Clóvis Sahione, no centro da cidade, para falar aos jornalistas às vésperas de seu julgamento.

— Estou arrasada, bloqueada mesmo — anunciou antes que qualquer pergunta lhe fosse feita.

ARREPENDIMENTO

— O que você tem feito nesses três anos?

A primeira pergunta ficou solta no ar e um longo silêncio dominou o escritório. Cabeça baixa e lágrimas nos olhos, Dorinha pediu um tempo para se concentrar. Agora, com as duas mãos na cabeça, apertando os olhos, parecia não mais escutar as perguntas seguintes. Depois, começou a falar sobre seu arrependimento lembrando novamente São Mateus.

— São Mateus disse que feliz é aquele que consegue se arrepender e eu sou uma pessoa arrependida. O que aconteceu foi o resultado de uma defesa de minha parte.

A ex-girl, cantora e atriz, que iniciou sua carreira aos 15 anos e participou dos primeiros anos da antiga TV Tupi, é hoje uma mulher voltada quase que exclusivamente para a religião messiânica, que adotou há de dois anos. Sempre que pode, ela sai de seu apartamento em Botafogo, onde mora sozinha, para ministrar o jorei (oração em ação) em igrejas, hospitais, asilos e orfanatos.

Dorinha Duval vive de seu salário pago até hoje pela Rede Globo – onde atuava na série “Sítio do Pica-Pau Amarelo” como Cuca, Chico Anísio Show e Os

Trapalhões, até o dia do crime – e uma pequena pensão, já que nunca mais teve condições de trabalhar.

A DEFESA: FOI A EXPLOSÃO DO SOFRIMENTO

Tanto a defesa como a acusação prometem devassar a vida da atriz Dorinha Duval durante o julgamento, só que em ângulos e objetivos diferentes. A defesa mostrará o lado sofrido de uma mulher violentada aos 15 anos, que se prostituiu aos 18 e nunca encontrou o amor e a compreensão dos homens com os quais viveu, prova mais do que suficiente para justificar sua explosão.

Para a acusação, essa mesma explosão é o resultado do temperamento de uma mulher violenta, possessiva, que sempre andou armada e havia premeditado o crime. Clovis Sahione promete ser este “um dos mais bonitos juris que já se viu”, mas a acusação está disposta a derrubar todos os seus argumentos em defesa da atriz que matou movida ciúmes e medo de ser abandonada.

A HISTÓRIA DE DORINHA

Dorah Teixeira, moça de São Paulo, teve uma adolescência brutal. Foi violentada por um homem que não conhecia, aos 15 anos. Aos 18 anos, chegou um circo em sua cidade, Santos, e com ele um trapezista bonito. Dorinha namorou, se entregou, o trapezista também e a jovem procurou um médico para o aborto, contou o advogado.

— Mas o médico se negou a fazer o aborto porque a gravidez era nas trompas. A operação custava caro e Dorinha não tinha o dinheiro. Ela era uma mulher bonita e atraente, quando apareceu uma cafetina do local e lhe ofereceu dinheiro emprestado para a operação, em troca da prostituição por seis meses. Ela recebeu o dinheiro, fez a operação e se entregou a homens que nunca visto antes sem assentimentos, sem amor, com amargura.

Depois disso, de acordo com Sahione, Dorinha Duval se dedicou ao seu talento de artista. Veio para o Rio, onde começou a trabalhar em 1947. A partir daí surgiram duas pessoas importantes em sua vida Daniel Filho, com quem se casou e teve uma filha, e Paulo. O segundo amor acabou em tragédia.

— Agora, Dorinha só espera que haja uma união de espírito de todos aqueles que a conhecem ou conheceram bem, “para que juntos, orem pedindo inspiração ao júri para fazer justiça”.

O advogado Clovis Sahione pretende usar as duas horas a que tem direito em defesa da atriz e mais meia hora se houver tréplica.

ACUSAÇÃO ACHA QUE NÃO SERÁ DIFÍCIL A CONDENAÇÃO

O assistente de acusação Newton Feital acha que não será difícil conseguir a condenação da atriz Dorinha Duval. “Os juízes, por questão até de política criminal, deverão aplicar a ela uma pena não superior a 15 anos de reclusão”, sentenciou o advogado, que irá atuar ao lado do colega Augusto Thompson.

— Dorinha Duval sempre teve com os homens com os quais viveu uma obsessão pela posse. O homem era sua propriedade e assim aconteceu em relação ao produtor de filmes de propaganda Paulo César Garcia de Alcântara, que ao morrer deixou um filho de 9 anos, de seu casamento anterior.

Os mais fortes argumentos da defesa – que Paulo vivia às custas da mulher e gastava no jogo todo o dinheiro que tinha – serão contestados em plenário pelos assistentes de acusação. Com provas. Newton Feital exibirá os contra-cheques de Paulo César mostrando que seu salário ao morrer, pago pela Arte-Rio, era bem maior do que o da atriz “portanto, não é verdade que ele a cafetizava”.

— Paulo gostava de jogar. Só que em família, com a mãe e irmão e as vezes com a própria Dorinha, mas nunca fora de casa —, garantiu o advogado.

Newton Feital não poupará a atriz ao lembrar durante o julgamento os tiros dados contra Paulo cerca de 20 dias antes do crime, quando ela errou a pontaria; as constantes ameaças feitas ao marido e até um episódio ocorrido em Santos, quando foi acusada de ter dado uma navalhada em uma mulher.

— Daí o seu apelido, que pegou até no meio artístico, de Dorinha Navalhada. Esse crime é muito fácil de ser explicado. É o desespero de uma mulher mais idosa com medo de perder seu macho.

Ao contrário dos assistentes de acusação, o Promotor Boni dos Santos só falará à imprensa depois de subir a tribuna para acusar Dorinha Duval. Para ele, “este é um julgamento como outro qualquer”. Também o Juiz Carlos Augusto Lopes Filho se recusou a falar sobre o processo, concordando apenas em divulgar o esquema traçado por ele para o dia do julgamento.

APÊNDICE C: “O suspeito número 1”

Ídolo e capitão do time mais popular do Brasil, o goleiro Bruno, do flamengo, é investigado pelo desaparecimento da ex-amante que o pressionava a assumir um filho. A polícia está convencida de que ela foi assassinada. Informações obtidas por VEJA indicam que Bruno mentiu em suas declarações.

MALU GASPAR, SILVIA ROGANI E VINICIUS SEGALLA

Num ambiente em que traição, orgias e sexo irresponsável são considerados “muito comuns” — como declarou o goleiro do flamengo, Bruno Fernandes, a VEJA —, é certo que algo vai dar errado. Muitas vezes já deu. Mas, a acreditar na tese da polícia, o desaparecimento da jovem Eliza Samudio supera em gravidade quaisquer aventuras, dessas com um pé na bandidagem e outro na sordidez, que certos astros do futebol nacional já protagonizaram. “tudo indica que Eliza foi assassinada. E Bruno é o primeiro e único suspeito na nossa lista”, afirma Edison Moreira, delegado-chefe do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa de Minas Gerais.

Assediado por clubes europeus como Milan e Porto, o goleiro, de 25 anos, ídolo e capitão do flamengo, seguiu o percurso clássico do menino talentoso que saiu da pobreza para o estrelato. Sem completar o ensino básico, assinou seu primeiro contrato como jogador profissional aos 18 anos, com o Atlético Mineiro. Dois anos depois estreava ao flamengo, onde recebe hoje 200.000 reais por mês. Sua ascensão precoce veio acompanhada do pacote que costumam usufruir os craques do esporte: Fama, dinheiro e, claro, amantes. O encontro de Bruno com Eliza Samudio, de 25 anos, foi praticamente uma consequência das forças de atração da física. Ele, um atleta de sucesso, mais do que disponível para aventuras fora do casamento e com um fraco por belas morenas. Ela, uma jovem sonhadora, ávida por ingressar num mundo que desde pequena a deslumbrava. “Criança, ela sabia a escalação de todos os times de cor”, conta a ex-madrasta, Dulce Pilger, que ajudou a criar Eliza em Foz do Iguaçu (PR) depois de ela ter sido abandonada, aos 5 meses, pela mãe.

O goleiro do flamengo não foi o primeiro atleta com quem Elza se relacionou. Em festas organizadas por jogadores, do Rio e de São Paulo, a jovem era presença constante. Certa vez, em Portugal, foi apresentada ao atacante Cristiano Ronaldo, com quem dizia ter trocado “uns beijinhos”. Na página que mantinha num site de relacionamento da internet, Eliza colocou fotos suas ao lado de sete diferentes jogadores. A quem a chamasse de “maria-chuteira”, costumava responder: “São eles que vêm atrás de mim”. Suas peripécias no mundo da bola começaram aos 19 anos, quando deixou Foz do Iguaçu para ir a Curitiba atrás de um namorado — um jogador de futebol amador. Como a relação desandou, ela decidiu mudar-se para São Paulo. Na

cidade, trabalhou como recepcionista em eventos esportivos, tentou (sem sucesso) ser eleita musa do São Paulo ao Brasileirão e chegou a estrelar ao menos um filme pornô de nome impúblicável.

Ela e Bruno se encontraram pela primeira vez em maio de 2009, numa festa que o goleiro definiu como “uma orgia só” (veja a entrevista abaixo). A festa ocorreu na casa de outro goleiro do Flamengo, Paulo Victor, e durou até a manhã do dia seguinte. Quando avistou Eliza, Bruno disse a jogadores que estavam por perto: “Quero ficar com ela”. Eliza afirmou a amigas que engravidou naquele mesmo dia. A notícia deixou Bruno transtornado. “Ele chegou a prometer que daria 40.000 reais a quem conseguisse convencer a menina a fazer um aborto”, conta uma pessoa próxima ao goleiro. Eliza e Bruno saíram juntos pelo menos mais duas vezes, ocasiões em que ele insistiu com ela para que abortasse o bebê. Quando Eliza procurou os jornais para tornar pública a gravidez, o atleta teve acessos de fúria. Diz uma amiga da jovem, Milena Barone: “Vi Bruno arremessar Eliza contra a cama aos berros: “Você vai dizer a todo mundo que esse filho não é meu!”. Mais tarde, o goleiro teria intimidado a ex-amante de arma em punho. Em outubro do ano passado, Eliza registrou queixa dizendo que Bruno a havia forçado a ingerir abortivos. Na ocasião, ela foi submetida a um exame toxicológico. O resultado, divulgado na semana passada, confirmou a presença de substâncias causadoras de aborto no material colhido.

Eliza estava passando uma temporada no Rio fez a denúncia. Assustada, decidiu voltar para São Paulo, onde teve o filho, batizado com o nome do goleiro. Ela e a criança, hoje com 4 meses, estavam morando na casa de uma enfermeira na Zona Leste da cidade. Mesmo ameaçada e agredida por Bruno, conta a enfermeira, Eliza se comportava como uma mulher apaixonada. Fez a assinatura de um TV a cabo só para assistir aos jogos do Flamengo. Escolheu como fundo de tela do computador uma foto de Bruno e ainda pendurou na porta do quarto um quando com uma bola de futebol e o nome do jogado pintado a mão. “Não sei dizer se ela estava realmente apaixonada, ou se só alimentava uma espécie de obsessão pelo Bruno”, diz enfermeira que a hospedava. A essa altura, o goleiro havia tempos já não atendia mais os telefonemas de Eliza — o que não a desestimulou a continuar tentando. Especialistas enxergam no comportamento da jovem traços de um mal conhecido como transtorno de personalidade dependente. Explica o psicólogo Antônio de Pádua Serafim, do Hospital das Clínicas, em São Paulo: “A pessoa passa a ser dominada por pensamentos obsessivos pautados pela ameaça de perda. E tenta, a todo custo, reconquista o objeto do desejo”.

Dois meses atrás, Eliza foi surpreendida com uma súbita mudança no comportamento de Bruno. Afável, ele a convidou para que fosse ao Rio. Disse que estava disposto a submeter-se ao teste de DNA para comprovar a paternidade do bebê e, se o resultado desse positivo, acertar o pagamento de uma pensão. Alojou Eliza num flat e, em meados de maios, foi conhecer a criança. Pegou-a no colo e disse que era “a cara do pai”. Quando cresce, vai ser um garanhão”, afirmou. Embora feliz, Eliza seguia

apreensiva. Chegou a enviar a sua advogada, Anne Faraco, a seguinte mensagem de texto pelo celular: “Estou no Rio. Se acontecer algo, já sabe quem foi”.

O receio não a impediu de aceitar a proposta do jogador de ir com o filho a Minas Gerais. Bruno tem uma casa em um condomínio em Esmeraldas, a quarenta minutos de Belo Horizonte. Para o delegado Edson Moreira, o convite foi a primeira etapa de um plano que pode ter culminado na morte da jovem. “Trabalhamos com a hipótese de ela ter sido friamente atraída para uma emboscada”, diz. Ajuda a corroborar esse raciocínio a descoberta de que um amigo de infância de Bruno, Luiz Henrique Ferreira, conhecido como Macarrão, esteve no flat em que Eliza ficou hospedada no Rio para recolher os pertences dela depois do desaparecimento da moça. Foi o mesmo amigo quem chamou Dayanne Souza, mulher do goleiro, para ir à casa de Esmeraldas e tirar o bebê de lá. Entre idas e vindas, Dayanne e Bruno estão juntos a onze anos e têm duas filhas. Apesar das flagrantes traições do goleiro, ela tem o nome dele tatuado no braço e fala do marido com devoção. Depois de deixar Esmeraldas, o bebê foi levado para a casa de uma amiga de Dayanne, numa favela de Contagem. Hoje, está sob a guarda do pai de Eliza. Luiz Carlos Samudio, dono de uma pequena empreiteira em Foz do Iguaçu. Ele diz que sempre pediu que a filha voltasse para casa. “Ela nunca quis”.

Eliza deu o último sinal de vida em 9 de junho, quando falou ao telefone de Minas com três amigas. Elas contam que a jovem parecia eufórica. “Estou aqui com Bruno, ele quer que eu more perto da família dele. Vai me colocar até num apartamento mobiliado”, comemorava. No dia 24, a polícia recebeu uma denúncia anônima dando conta de um crime brutal: uma moça teria sido espancada até a morte pelo goleiro Bruno e outros dois homens na casa de Esmeraldas. O goleiro ainda não prestou depoimento à polícia. Mas, em entrevistas, negou que Eliza tenha estado no condomínio e afirmou que não a vê mais de dois meses. Pelo menos duas testemunhas já contrariaram essa declaração, uma vizinha e o caseiro do condomínio, Elenilson Vitor. Ambos disseram à polícia que viram Eliza na casa do jogador no período em que ele estava lá. Investigadores também encontraram manchas de sangue em um jipe pertencente a Bruno que foi apreendido no dia 8 de junho. O material está sendo analisado para identificar se o sangue é o da jovem.

Na quinta-feira, outro achado policial a que VEJA teve acesso veio reforçar a convicção dos investigadores de que o goleiro mente. No mesmo jipe que trazia as manchas de sangue, a polícia encontrou um par de óculos da marca Dolce&Gabbana e sandálias pretas de salto. Quando uma amiga de Eliza viu os objetos, não teve dúvida: “São dela”. Tudo indica que, desta vez, algo deu muito errado para o goleiro Bruno — e para a jovem que sonhava em entrar para o seu mundo. Um mundo que, dependendo do rumo das investigações, agora ameaça a ruir.

APÊNDICE D: “Fim do conto de fadas”

O romance de um rico executivo que se casa com uma linda garota de programa começa como uma história de cinema e termina em tragédia.

LAURA DINIZ E LEONARDO COUTINHO

Uma moça linda e pobre, nascida no interior, muda-se e passa a levar a vida como prostituta de luxo, até que conhece um executivo cavalheiro, educado, herdeiro de uma empresa bilionária — e casado. Ele se apaixona por ela e, depois de três anos de envolvimento, abandona a mulher e a filha pequena para ficar com o novo amor. Durante algum tempo, o casal vive o que parece ser um romance perfeito. Como é próprio dos enamorados, eles fazem de tudo juntos, de cursos de vinho a aulas de tiro. Viajam e frequentam os melhores restaurantes. Ele a cobre de presentes e faz todas as suas vontades. E termina aí as coincidências entre a vida do casal Marcos e Elize Matsunaga e histórias de cinema como *Uma Linda Mulher*, em que o galã interpretado por Richard Gere se apaixona pela garota de programa (Julia Roberts) e os dois vivem felizes para sempre. A paranaense Elize, de 30 anos, andava atormentada pelo medo de ser trocada por outra mulher e pela possibilidade de perder a guarda da filha de 1 ano. Na noite de 19 de maio, ela assassinou o marido, Marcos, de 42, com um tiro de pistola. Depois, pacientemente esquartejou o corpo, colocou os pedaços em sacos plástico, que alojou em três malas, e os jogou fora. Na vida real, o final feliz deu lugar à tragédia.

Marcos Matsunaga conheceu Elize Araújo em 2004, em um site na internet, o M.Class, no qual garotas de programa oferecem seus serviços por um preço médio de 300 reais. As fotos bem produzidas da mulher loira, de traços delicados, corpo sinuoso e codinome Kelly chamaram a atenção do jovem executivo de ascendência japonesa. Marcos sempre foi tímido, mas não a ponto de ser antissocial. Na infância, passada ao bairro paulistano do Parque Continental, tinha muitos amigos e gostava de brincar na rua. Com pais exigentes, figurou entre os primeiros da classe nos colégios por onde passou, dois dos mais tradicionais de São Paulo, o Rainha da Paz e o Santa Cruz. Formou-se nesse último, em 1988. A trajetória escolar impecável culminou na faculdade de administração da Fundação Getúlio Vargas, uma das melhores e mais concorridas do país. Logo que se graduou, começou a carreira na empresa da família, a Yoki, fundada por seu avô na década de 60. Foi já como executivo que conheceu Elize, a moça que mudou a sua vida — e provocou sua morte.

A trajetória dela, até então, havia sido muito diferente da dele. Nascida numa cidade no interior do Paraná com apenas 20.000 habitantes, Chopinzinho (a 392 quilômetros de Curitiba), Elize foi criada pela mãe, Dilta. Ela trabalhava como empregada doméstica e foi abandonada pelo marido quando a garota era ainda pequena — o nome dele nem sequer consta da certidão de nascimento de Elize. Aos 18 anos, a moça partiu para a capital paranaense, onde fez um curso técnico de enfermagem. Chegou a trabalhar em um centro cirúrgico, mas a vida ali também não lhe pareceu

interessante, e logo ela se mudou para São Paulo. São os anos mais nebulosos da sua história. A VEJA, a mãe de Elize disse não saber o que a filha fazia naquele período. O certo é que tudo se transformou quando ela conheceu Marcos. Depois de alguns encontros, Elize tornou-se amante do executivo. A vida dupla de Marcos durou três anos, até que ele tomou a decisão de pôr fim ao casamento e unir-se à nova mulher. Já moravam juntos quando decidiram se casar, no civil e no religioso. Para a festa com 300 convidados, contrataram um dos bufês mais tradicionais da cidade, o Torres. Para a cerimônia religiosa, procuraram a Igreja Anglicana, já que a Católica não permite o segundo matrimônio. Casaram-se em outubro de 2009.

Foram os dias de outro do casal. Os que conviveram com os dois nesse período descrevem Marcos como um homem “à moda antiga”. Abria a porta do carro para Elize e levantava-se da mesa para puxar-lhe a cadeira até quando ela ia ao banheiro. Juntos, iam à missa, faziam cursos e frequentavam ótimos restaurantes, como o Aguzzo, em Pinheiros, onde eram habituês e amigos do dono, padrinho de casamento do casal. Colecionavam vinhos — que guardavam às centenas em uma adega climatizada — e armas — de pistolas a fuzis, em um valor total de mais de 500.000 reais. Em 2006, ainda na condição de amante do futuro marido, Elize começou a cursar direito na Unip. Formou-se no ano passado, mesmo com o diploma, ela nunca mais trabalhou — o marido também preferia assim. Nunca lhe faltou dinheiro, mas ela também não era de esbanjar. Tinha uma Pajero TR4, presente de Marcos, e gostava de joias e bolsas. Também ajudava a mãe e a família em Chopinzinho, mas nunca com grandes somas. Dilita ainda trabalha e vive em uma casa modesta no centro da cidade.

Elize sempre foi ciumenta, segundo contaram a VEJA ex-empregados do apartamento. O casal que em público era só harmonia brigava bastante dentro de casa, muitas vezes por provocações da mulher. Ela chegou a obrigar o marido a demitir uma secretária, depois de entrar no escritório dele e encontrar os dois sorrindo. Elize suspeitava de Marcos e constantemente o acusava de flertar com outras mulheres. Mas o casamento começou a ruir para valer em uma viagem que os dois fizeram a Mato Grosso, em 2010. Fazia algumas semanas que Elize sentia que algo estava errado com o marido. Em um descuido dele, ela flagrou em seu computador uma troca de mensagens com outra mulher. Os dois brigaram e chegaram a falar em separação. De volta a São Paulo, o clima continuou ruim. Foi então que Elize engravidou. O nascimento do bebê amainou a crise conjugal e, ao menos por um tempo, eles voltaram a viver em bons termos. Nos últimos meses, porém, Elize começou a reclamar que o marido quase não conversava, chegava em casa, fazia sexo, virava-se para o lado e dormia. O fantasma da traição voltou.

No início do mês passado, ela procurou um advogado de família. Queria saber em que condições poderia conseguir o divórcio e o que lhe caberia. Quando decidiu visitar a família em Chopinzinho, para apresentar a filha à mãe e à avó, aproveitou a oportunidade para confirmar se estava sendo traída. Dias antes de viajar,

entrou em contato com um detetive que encontrou em um anúncio de revista. Passou-lhe as informações sobre o marido — seu carro, endereços e rotina — e embarcou para a cidade natal. Assim que chegou ao interior do Paraná, o detetive telefonou. Disse que, na mesma manhã em que Elize partiu, no dia 17, o marido havia se encontrado com uma amante no hotel Mercúrio da Vila Olímpia. Na noite seguinte, os dois jantaram juntos no restaurante Alucci, nos jardins. Em seguida, voltaram ao hotel.

Elize acompanhou os relatos do detetive, registrados em vídeo, praticamente em tempo real. Em Chopinzinho, sua família nem desconfiou do que se passava. Ela voltou a São Paulo ao fim da tarde do dia 19, com a filha e a babá. Dispensou a ajudante assim que chegaram à cobertura de mais de 500 metros quadrados na Vila Leopoldina, Zona Oeste de São Paulo. Em seguida, confrontou o marido, disse que sabia da traição e contou que um detetive contratado por ela havia filmado todos os seus passos. Em meio à discussão, Marcos ainda desceu para pegar uma pizza que haviam pedido por telefone — as últimas imagens dele com vida. De volta ao acampamento, a discussão continuou. E súbito de tom. “Como você teve a ousadia de usar meu dinheiro para colocar um detetive?” perguntou o marido, sem pedir desculpas. “Vou te mandar de volta para o lixo de onde você veio.” Nesse instante, Elize pegou de dentro de uma gaveta na sala uma pistola calibre 380 que havia ganhado de presente de Marcos e a apontou para o marido. “Você é fraca, não vai ter coragem de atirar. Vou mandar te internar. Não vou deixar minha filha ser criada por você. Nenhum juiz vai dar guarda a uma prostituta”, ameaçou Marcos. Nesse momento, ela atirou. A janela antirruído abafou o disparo. Nenhum vizinho diz ter ouvido o estampido. A filha pequena dormia no quarto. Na manhã seguinte, Elize esquartejou o corpo do marido e guardou os pedaços em sacos plásticos, que jogou à beira de uma estrada.

O que explica crime tão brutal? Embora seja impossível dizer com precisão, especialistas citam um distúrbio psiquiátrico, a catatimia que se manifesta quando alguém fica remoendo obsessivamente um trauma afetivo, como uma traição, e desenvolve um plano que tem a violência como componente essencial. Alguns comportamentos de Elize podem ser definidos como catatímicos. Mas não todos. A polícia começou a desconfiar de Elize assim que obteve as primeiras imagens feitas pelas câmeras do elevador do prédio em que a família morava “Elas mostravam que o Marcos entrou em casa, mas não saiu”, afirma o delegado Jorge Carrasco, chefe do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa. Ela confessou o crime dois dias depois de ser presa. Passará um bom tempo na prisão, sem direito à herança e sem saber o que será do futuro das filhas. Para Elize, o conto de fadas terminou. Para a família de Marcos, restaram as imagens de um filme de terror.

ANEXOS

Texto I - KOTSCHO, Ricardo. Entra em cena, Doca, o galã arrependido. Jornal da República. N.46, Ano 1, 18 out. 1979, p. 12.

PÁGINA 12

REPÚBLICA
O JULGAMENTO

QUINTA-FEIRA 18 DE OUTUBRO DE 1979



O juiz, antes de se retirar do salão onde se julgava: "Vou dizer que a mesa (Angela) era prosaica, que ficou até ao fim".



Estreia de Doca Street, a apenas horas do julgamento: "Mas não creio ter uma desfecho, não sei.".



Gabriel Dória, a advogacia de Doca, já começou a aparecer nos departamentos. Há quem diga que apareceu no palco.



Evaristo Lima e Silva, de Angola, volta depois de recusar, já ninguém lembra o primeiro. E o primeiro apanha de público.



Elio Távora, do advogado, já não se lembra, mas ele próprio não agitou a mesa e foi passar.



O juiz, Maria Almeida, já o momento da prova: "Angela era prosaica, ficou até ao fim da TV", diz então, já, começa a falar sobre o julgamento.

Entra em cena, Doca, o amante arrependido

Solemnemente, de gravata, nada a dizer. Assim Doca Street passava a desempenhar, ontem, em Cabo Frio, papel de réu-galã

RICARDO KOTSCHO, emvidoso

Cabo Frio. Sem se privar, até ao início da noite, de uma entrevista com Doca Street, o jornalista Ricardo Kotscho, que vive em Cabo Frio, decidiu fazer um artigo sobre o julgamento de Doca Street. O artigo, publicado no jornal "A Manhã", descreve o julgamento de Doca Street, o amante arrependido de Maria Almeida. Kotscho, que vive em Cabo Frio, decidiu fazer um artigo sobre o julgamento de Doca Street, o amante arrependido de Maria Almeida. Kotscho, que vive em Cabo Frio, decidiu fazer um artigo sobre o julgamento de Doca Street, o amante arrependido de Maria Almeida.



SHOW EM CABO FRIO
O réu chega para o juiz, em Evaristo, e o marido se agita, abre e fala

Com a presença de Doca Street, o julgamento de Maria Almeida tornou-se um espetáculo. Doca Street, o amante arrependido de Maria Almeida, chegou ao tribunal em Cabo Frio, onde se realizou o julgamento. Doca Street, o amante arrependido de Maria Almeida, chegou ao tribunal em Cabo Frio, onde se realizou o julgamento.

Doca entra, duas reportagens se ajoelham a seus pés

Doca entra, duas reportagens se ajoelham a seus pés

Doca entra, duas reportagens se ajoelham a seus pés

Doca entra, duas reportagens se ajoelham a seus pés

Advogado desastrosos foi à guerra, espantou a arma

Advogado desastrosos foi à guerra, espantou a arma

Já se esbraveja com o rádio: mandando prender vocês todos

Já se esbraveja com o rádio: mandando prender vocês todos

Já se esbraveja com o rádio: mandando prender vocês todos

Já se esbraveja com o rádio: mandando prender vocês todos

Já se esbraveja com o rádio: mandando prender vocês todos

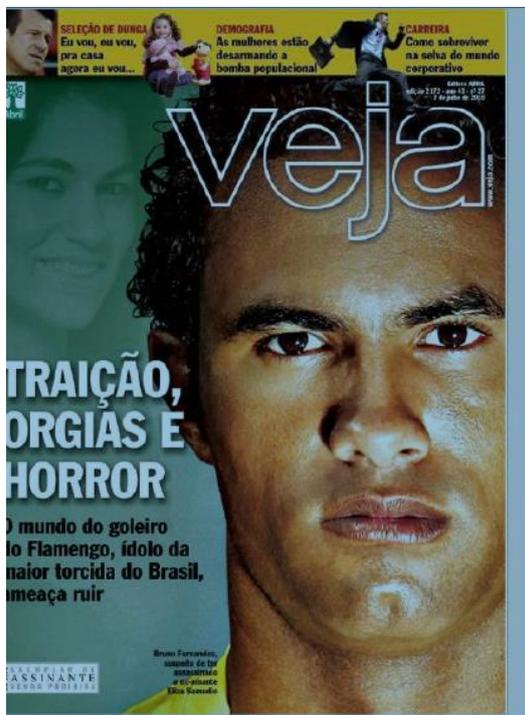
Começa o interrogatório. A platéia grita: "Senta"

Começa o interrogatório. A platéia grita: "Senta"

Começa o interrogatório. A platéia grita: "Senta"

... e a mesa Doca, presa alguns metros de distância do juiz, e a mesa Doca, presa alguns metros de distância do juiz, e a mesa Doca, presa alguns metros de distância do juiz.

Texto III - Revista VEJA, edição 2172, ano 43, nº 2, de 7 de julho de 2010, p. 80-85.



POR QUE TIROU?
 Deu-se a jogar goleiro de Flamengo, depois para o São Paulo e chegou a ser jogador de futebol profissional.

... (text continues) ...

se prendeu que o tio era seu, pagaria prisão.

O que você pretende fazer em relação à crônica? Fico feliz que a Eliza agrediu. Quando isso acontecer, se não for a pul, vou brigar pela justiça, porque acho que é uma situação de crime que não se faz.

Alguém else envolvido com o bebê chegou até você? Soube que a Eliza foi a Beto Henrique pagar um dinheiro com uma mulher, mas não sei quem é. Ela disse que tinha gente atrás dela. Deixo o irmão com ela e a irmã. Eu não quero ter o bebê para mim mesmo.

Uma testemunha disse que viu Eliza com você no sofá. Não parece isso. Foi a Eliza que se casou com o Macarrão.

Você vai se esforçar para depor? Não. Quero ter o filho e ficar com ele até o fim. Não quero mais saber nada disso. Eu tenho a consciência tranquila.

Especial

Num ambiente em que fricção, egoísmo e uma impropriedade de caráter "muito comuns" — como declarou o goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, a VEJA —, é certo que algo vai dar errado. Muita vez já deu. Mas, a acreditar na tese da polícia, o desaparecimento da jovem Eliza Sarraf foi apenas um episódio que se repetirá em outros episódios de violência doméstica e abuso sexual. É Bruno Fernandes quem narra os fatos: "Ela foi sequestrada por um grupo de pessoas que se chamam 'os caras da Eliza'".



"ERA UMA ORGIA SO"

O goleiro Bruno disse que conheceu Eliza no caso de um amigo muito íntimo que chama de "veja". Ele falou a VEJA por telefone na última-feira. Na conversa, contou a versão de que ela havia sido ao site no período em que seguia esportes. Ela vive lá.

Como você conheceu Eliza? No caso de um amigo, não havia outras mulheres.

Como era esse amigo? Era uma pessoa de confiança, tinha mulher, homem, amigos dela.

Outras jogadoras, não p... Essas coisas são comuns no nosso meio.

Ficou com ela na festa só de machos? Fiqui. Todos ficaram. Depois que da Eliza que estava gravida, fui saber que tinha o filho de São Paulo e confesso, que ela já tinha tido outro filho.

Ficou seduzido com a mulher, não sabe, tanto que logo depois foi embora de RJ, não estava mais tranquilo?

Foi lá que se casou com ela? Fico feliz, vou fazer o quê? Não quero.

Eliza declarou que você é amante e que não aceitava fazer o aborto. Isso não é verdade. Disse que, se ka-

Especial

... (text continues) ...

Uma testemunha disse que viu Eliza com você no sofá. Não parece isso. Foi a Eliza que se casou com o Macarrão.

Você vai se esforçar para depor? Não. Quero ter o filho e ficar com ele até o fim. Não quero mais saber nada disso. Eu tenho a consciência tranquila.



SEXO, AMEAÇAS E MISTÉRIO

Como a relação entre o goleiro Bruno Fernandes e a jovem Eliza Sarraf, que chegou há um ano em uma festa, terminou em um episódio de assassinato.

O ENCONTRO 25/10/09 Bruno, que ainda não casado, conheceu Eliza numa festa em um apartamento em São Paulo. Ela estava com o filho de 1 ano e 6 meses.

A GRÁVIDA 25/10/09 Eliza procurou um jornal online para informar que estava grávida e que o pai era Bruno. Ela estava em São Paulo. Ela disse que estava grávida e que o pai era Bruno. Ela estava em São Paulo.

A ACUSAÇÃO DE ABUSO 25/10/09 Eliza acusou Bruno de abuso sexual. Ela disse que estava grávida e que o pai era Bruno. Ela estava em São Paulo.

TERMINOS DE ACORDO 25/10/09 Eliza e Bruno chegaram a um acordo. Ela disse que estava grávida e que o pai era Bruno. Ela estava em São Paulo.

Especial

Ídolo e capitão do time mais popular do Brasil, o goleiro Bruno, do Flamengo, é investigado pelo desaparecimento da ex-amante que o pressionava a assumir um filho. A polícia está convencida de que ela foi assassinada. Informações obtidas por VEJA indicam que Bruno mentiu em suas declarações

MAÍZ GASPARI, SILVIA ROJAS e WILKES DECELLA

O SUSPEITO ÚMERO

"EU NÃO QUERO ESSE FILHO TER ESSA CRIAÇÃO. VOCÊ CAPAZ POIS EU VENHO DA J... que..."



NOS BRAÇOS DO AVÔ

Bruno, de 4 meses, foi detido em uma festa de Carnaval depois do naufrágio do avô. Hoje, está sob a guarda do pai de Elza, Luiz Carlos Simioni

no colcho ilustre que era "a casa do pai". Quando cresceu, virá uma garanhão, afirma. Embora feliz, Elza segue pressueta. Chegou a entrar à sua residência. Anne Farah, à seguinte, nega o rompimento de ecopeloculador. "Sou no Rio. Se acontecer algo, já sabe quem foi".

O destino não a impediu de aceitar a proposta do jogador de ir com o filho a Minas Gerais. Bruno se em uma casa em um condomínio em Encarnada, a quarenta minutos de Belo Horizonte. Para o delegado Edean Moreira, o controle da polícia culpa de um plano que poderia culminar na morte do jovem. "Instituíamos com a hipótese de que ter sido "fornecido" através para uma "emboscada", diz. Ajuda a corroborar esse raciocínio a descoberta de que um amigo de infância de Bruno, Luiz Henrique Ferreira, conhecido como Macarrão, esteve no flat em que Elza ficou hospedada no Rio para receber os parentes dela depois do desaparecimento da mãe. Foi o mesmo amigo quem chamou Edean Souza, mulher do goleiro, para ir à casa de Encarna-



A VAGUEM
54.728 Elza, que estava hospedada num flat no Rio, disse à sua advogada que Bruno não era seu filho. Fez o teste de DNA. Anistua que não a mista com ele



O TELEFONEMA
95.288 Elza tentou ligar com o celular para avisar a uma amiga para que ela fosse ao trabalho, mas se encontrou em dificuldades e que, naquele momento, o celular havia sido para apresentar a bebê à sua família

A DENÚNCIA ANÔNIMA
24.72014, advogada de Corina (FAS) recebeu denúncia anônima de que Elza estava na casa de Bruno, casada com ele e com outros. Dois dias depois, seu filho foi encontrado numa rua de Belo Horizonte

AS FÉRIAS
26.5218 Bruno camuflado, a polícia encontrou manchas de sangue em um juve pertencente a Bruno que foi apreendida no dia 8 de junho. O material está sendo analisado para identificar se o sangue é do jovem

VEJA | 10 DE JULHO DE 2011 | 83

Especial

da e tirar e bebê de lá. Entre idas e vindas, Dayane e Bruno estão juntos há onze anos e têm duas filhas. Apesar das brigadas matutinas de política, ela tem o nome dele tatuado no braço e filho do marido com devoção. Depois de deixar Encarnada, o bebê foi levado para a casa de uma amiga de Dayane, uma favela de Cotagena. Hoje, está sob a guarda do pai de Elza, Luiz Carlos Simioni, dono de uma pequena empreitada em Belo Horizonte. É ele que sempre pediu que a filha voltasse para casa. "Eu nunca quis".

Elza deu o último sinal de vida em 9 de junho quando ligou ao telefone de Minas com três amigas. Elas contaram que a jovem passava ansiosa. "Estou aqui com o Bruno. Ele quer que eu me junte da família dele. Vai me colocar num apartamento malhade", comemorou. No dia 24, a polícia recebeu uma denúncia anônima dando conta de um crime brutal: uma mãe teria sido espancada até a morte pelo goleiro Bruno e outros dois homens na casa de Encarnada. O goleiro ainda não passou pelo crono a polícia. Mas, em entrevista, negou que Elza tenha estado no apartamento e afirmou que não a vê há mais de dois meses. Nete mesmo, duas testemunhas já contradiziam sua declaração, uma vizinha e o casarão do condomínio. Identifica Vive. Ambos disseram à polícia que



FAMOSOS E ACIMA DA LEI

O ano passado foi glorioso para a história do Flamengo. Em compensação, fora dos campos, o time do Rio ficou apalado. Bruno Fernandes é o terceiro jogador do rubro negro a protagonizar um caso de tráfico no Distrito Federal. De vídeo divulgado em março deste ano, o atacante Wagner Luiz aparece chegando a um baile funk na favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio, acompanhado acompanhado de traficantes. Os bandoleiros estavam munidos de um lançador de munição capaz de atingir um ritmo semelhante de guerra. Na mesma semana, no ginásio do ataque, Adriano, via-se atrelado

por três jacks de igual calibre. Sobre-se que ele havia dado uma nota de presente à mãe de um bandoleiro conhecido como Mito, chefe de tráfico na favela da Chatuba, na região norte do Rio de Janeiro. O jogador, como o jogador e conhecido, também teria dado 600 reais a Fátima, chefe da facção criminal Comando Vermelho no Complexo do Alemão, onde fica a Chatuba. Teria isso. Enquanto conta a sua transferência para o Brasil, o atleta se desvia de perguntas sobre suas armas que parecem fazer barulho - o que, diz, deve ajudar a reduzir a imagem de complicidade entre o jogador e o tráfico.

Apesar da gravidade dos fatos, tanto Wagner quanto Adriano foram tratados com a cumplicidade habitualmente reservada aos jogadores envolvidos, pagos em dinheiro de acordo. "Não vou deixar meus

olhos", declara. Logo sabe o vídeo se trata de um candidato a jogador como tem sido nos últimos meses e tráfico de drogas no Rio de Janeiro e ficou por sua mente. Bruno não se soube falar no assunto. Admitiu-se calado sobre a disputa da nota e disse que não deu nenhum apoio, mas para comprar "coisas básicas" para os jogadores da favela - explicação que o jogador que o "meu amigo" ajuda "zombeteiro". As armas que aparecem nos vídeos, segundo o atacante, seriam um objeto e uma pistola de plástico. A favela rubro segue também dia de embate, argumentando com vídeo sobre o tráfico de drogas devolvido ao lugar de onde vieram. Diante de tanta naturalidade perante comportamentos que seriam bandoleiros, parece natural que alguns jogadores sejam como não alguns - como se estivessem acima da lei.



O AMIGO DE INFÂNCIA
Macarrão, amigo de Bruno, ficou preso com as autoridades. Anistua a casa da polícia onde aconteceu o crime e não pôde falar mais

Elza e Bruno da casa do jogador no período que a casa lá. Investigadores também encontraram manchas de sangue em um juve pertencente a Bruno que foi apreendida no dia 8 de junho. O material está sendo analisado para identificar se o sangue é do jovem

No quinta-feira, outro advogado político a que VEJA teve acesso veio oferecer a conexão dos investigadores de que o jogador matou. No mesmo juve que matou as manchas de sangue, a polícia encontrou em por de favela da marca Deolinda/Gabiana e sandálios pretos de Bruno. Quando uma amiga de Elza viu os objetos, não teve dúvida. "São dele". Tudo indica que, desta vez, algo deu muito errado para o goleiro Bruno - e para a prevenção que estava em entrar para o seu mundo. Um mundo que, dependendo do ritmo das investigações, agora ameaça rali.

COM REPRESENTAÇÃO DE ROBERTO DE ABREU LIMA, ROSE PACHECO, MARCELO BORTOLUZZI, RONALDO SOARES, SILVIA ROJAS, MARCELO JIMENEZ, SILVIA YAMANO e JOÃO FERREIRO

VEJA | 10 DE JULHO DE 2011 | 83



O ATACANTE ADRIANO, hoje no Brasil, para com armas. Ele diz que não se entregou

Texto IV - Revista VEJA, edição 2273, ano 45, nº 24, de 13 de junho de 2012, p. 84-90.



O romance de um rico executivo que se casa com uma linda garota de programa começa como uma história de cinema e termina em tragédia

LAURA DINIZ E LEONARDO CONTINI

DIAS FELIZES
 Elize e Marcos Matsunaga na cobertura de mais de 200 metros quadrados em que viviam no bairro de Vila Leopoldina, em São Paulo, à noite, em 2005, ano em que se casaram. O casamento durou mulher e filha para viver e não amar

Uma moça linda e potente, nascida no interior, mudou-se para a cidade grande e passou a atuar a vida como produtora de filmes até que conheceu um homem de sucesso, herdeiro de uma empresa bilionária — e casou. Ele se apaixonou por ela e, depois de três anos de namoro, atendeu à mulher e a filha pediram para ficar com o novo amor. Durante algum tempo, o casal viveu o que parece ser um romance perfeito. Como é próprio dos enamorados, eles faziam de tudo juntos, de cursos de vinho a aulas de ioga. Viajavam e frequentavam os melhores restaurantes. Ele a cobria de presentes e fez todos os seus vestidos. E terminaram ao se entocalharem entre a vida do casal Marcos e Elize Matsunaga e histórias de cinema como *Uma Linda Mulher*, em que o galã interpretado por Richard Gere se apaixona pela garota de programa (Julia Roberts) e os dois vivem felizes para sempre. A patetamente Elize, de 30 anos, acabou arrebolada pelo modo de ser irracional por outra mulher e pela possibilidade de poder a qualquer dia de 1 ano. Na noite de 19 de maio, ela assassinou o marido, Marcos, de 42, com um tiro de pistola. Depois, pacientemente espartilhou o corpo, colocou os pedaços em sacos plásticos, que jogou em tubos, malhas e no jogo fari. Na vida real, o final não foi tão feliz quanto o filme.

Marcos Matsunaga conheceu Elize Acampo em 2004, em um site na internet, o M.Chas, no qual pessoas de programa oferecem seus serviços por um preço médio de 300 reais. A foto havia postada da mulher lota de mãos delicadas, sempre alinava e cobria Kelly chamaram a atenção do jovem executivo de ascendência japonesa. Marcos sempre foi tímido, mas não a ponto de ser

Especial



PROFESSOR DA CLASSE Marcelo Marinho em 1988, com o turma da 1ª série do Colégio Santa Cruz, já com o apelido de 'marinho'.



intelectual. Na infância, possuía um armpo pacífico do Parque Continental, tinha muitos amigos e gostava de brincar na rua. Com pais exigentes, frequentava o curso de inglês e o curso de piano. Aos 10 anos, mudou-se para São Paulo, a Rua da Paz e o Colégio Santa Cruz. Frequentava o curso de inglês e o curso de piano. Aos 10 anos, mudou-se para São Paulo, a Rua da Paz e o Colégio Santa Cruz.

A importância, até então, havia sido do muito dinheiro da mãe. Nascida numa cidade no interior de Paraná com apenas 2000 habitantes, Chepurônio (a 302 quilômetros de Curitiba), Eliete foi criada pela mãe, Elói. Ela trabalhava como empregada doméstica e foi abandonada pelo marido quando a grávida era ainda pequena — o nome dele não se sabe, consta de certidão de nascimento de Eliete. Aos 18 anos, a moça partiu para a capital paranaense, onde fez um curso técnico de enfermagem. Chegou a trabalhar em um centro cirúrgico, mas o visto de trabalho não lhe parecia interessante, e logo ela se mudou para São Paulo. São os anos mais nobreiros de sua história. A VÍDEA, a mãe de

Eliete disse não saber o que a filha fazia naquele período. O certo é que tudo se transformou quando ela conheceu Marcos. Depois de alguns encontros, Eliete trouxe-se ao apartamento em Curitiba. A vida depois de Marcos deixou tudo alívio, até que ele tomou a decisão de pôr fim ao casamento e voltar-se à nova mulher. Já morando juntos quando decidiram se casar, no civil e no religioso. Para a festa com 300 convidados, contrataram um dos hotéis mais tradicionais da cidade, o Tietê. Para a cerimônia religiosa, procuraram a Igreja Anglicana, já que a Católica não permitia o segundo casamento. Casaram-se em outubro de 2008.

'VOU TE MANDAR DE VOLTA PARA O LIXO DE ONDE VOCÊ VEIO'

Os depoimentos sobre o caso de Eliete Nogueira, vítima de marido, Marcelo Marinho, conforme relatado na página 14.



Depois de obter de um detetive particular a informação de que estava sendo lida, Eliete confidenciou a história e eles começaram a discutir, por volta das 19 horas de 19 de maio.



Quando a briga ele dá um tapinha no rosto dela e diz: 'Vou te mandar de volta para o lixo de onde você veio'. Ela pega uma pilonela 200 e aponta para ele.



Voluntária de que ela se toca e não tem coragem de sair. Anos depois de voltar para Eliete, ela diz: 'Ele diz que a distância de 1,5 metro é a distância de um copo de cerveja de empurrar, fazendo-o cair no chão'.

10 | O QUE É ISSO? | 2012

Especial

uma Princesa T10, avó de Eliete e de Eliete. Também ajudava a mãe e a família em Curitiba, mas nunca com grande vontade. Dizia ainda trabalhar e vive em uma casa modesta no centro da cidade. Eliete sempre foi conservadora, segundo contam a VÍDEA, ex-empregada do apartamento. O casal que até então era de um casamento feliz, começou a discutir, por volta das 19 horas de 19 de maio. Eliete sempre foi conservadora, segundo contam a VÍDEA, ex-empregada do apartamento. O casal que até então era de um casamento feliz, começou a discutir, por volta das 19 horas de 19 de maio.



10 | O QUE É ISSO? | 2012



A Yoki foi vendida no meio do caso

Quando Marcos foi sequestrado, a empresa familiar dele foi vendida por ele mesmo. A Yoki foi vendida por 1,1 bilhão de reais à multinacional americana General Mills, gerente do setor de alimentos e dona de marcas como o sorvete Häagen-Dazs. A venda foi realizada em meio ao sequestro de Eliete, mas não foi o fim de tudo.



mas, mais nos anos 80, começou a sofrer, e a esposa se chama Eliete. Ela se mudou para Curitiba e começou a trabalhar em uma loja de roupas. Ela se mudou para Curitiba e começou a trabalhar em uma loja de roupas. Ela se mudou para Curitiba e começou a trabalhar em uma loja de roupas.

dele descobriu Marcos como um homem 'muito antigo'. Abriu a porta de casa para Eliete levá-lo ao trabalho para que ele cuidasse do guarda-chuva em seu trabalho. Juntos, iam à missa, faziam compras e frequentavam festas sociais. Eliete sempre foi conservadora, segundo contam a VÍDEA, ex-empregada do apartamento. O casal que até então era de um casamento feliz, começou a discutir, por volta das 19 horas de 19 de maio.



Ele amava a carga do marido e queria o dinheiro, não queria a mulher. Ela foi vendida por 1,1 bilhão de reais à multinacional americana General Mills, gerente do setor de alimentos e dona de marcas como o sorvete Häagen-Dazs.



Na manhã de 19 de maio, Eliete foi sequestrada. Ela se mudou para Curitiba e começou a trabalhar em uma loja de roupas. Ela se mudou para Curitiba e começou a trabalhar em uma loja de roupas.



Após o caso, Eliete foi vendida por 1,1 bilhão de reais à multinacional americana General Mills, gerente do setor de alimentos e dona de marcas como o sorvete Häagen-Dazs.

10 | O QUE É ISSO? | 2012

O TRONCO É A PARTE MAIS DIFÍCIL

Quando Eliete foi sequestrada, a empresa familiar dele foi vendida por ele mesmo. A Yoki foi vendida por 1,1 bilhão de reais à multinacional americana General Mills, gerente do setor de alimentos e dona de marcas como o sorvete Häagen-Dazs.

Quando Eliete foi sequestrada, a empresa familiar dele foi vendida por ele mesmo. A Yoki foi vendida por 1,1 bilhão de reais à multinacional americana General Mills, gerente do setor de alimentos e dona de marcas como o sorvete Häagen-Dazs.

Quando Eliete foi sequestrada, a empresa familiar dele foi vendida por ele mesmo. A Yoki foi vendida por 1,1 bilhão de reais à multinacional americana General Mills, gerente do setor de alimentos e dona de marcas como o sorvete Häagen-Dazs.

Quando Eliete foi sequestrada, a empresa familiar dele foi vendida por ele mesmo. A Yoki foi vendida por 1,1 bilhão de reais à multinacional americana General Mills, gerente do setor de alimentos e dona de marcas como o sorvete Häagen-Dazs.

Quando Eliete foi sequestrada, a empresa familiar dele foi vendida por ele mesmo. A Yoki foi vendida por 1,1 bilhão de reais à multinacional americana General Mills, gerente do setor de alimentos e dona de marcas como o sorvete Häagen-Dazs.

Quando Eliete foi sequestrada, a empresa familiar dele foi vendida por ele mesmo. A Yoki foi vendida por 1,1 bilhão de reais à multinacional americana General Mills, gerente do setor de alimentos e dona de marcas como o sorvete Häagen-Dazs.



10 | O QUE É ISSO? | 2012

10 | O QUE É ISSO? | 2012



Especial

PASSADO NO INTERIOR A mãe de Elize, Dilma, que se trata de um crime no interior, na casa onde vive, em Chapadão, no interior do Paraná. Elize ainda vive lá e, no domingo, foto de celular tirada por um amigo de Elize em 2009



Elize acompanhou os rituais do desquite, registrados em vídeo, praticamente em tempo real. Em Chapadão, sua família nem desconfia do que se passava. Ela voltou a São Paulo no fim da tarde do dia 19, com a filha e a búfia. Dispensou a ajudante assim que chegaram à estrutura de madeira. 200 metros quadrados na Vila Leopoldina, Zona Oeste de São Paulo. Em seguida, confrontou o marido. Disse que sabia da traição e contou que um devorador cantado por ela havia filmado todos os seus passos. Em meio à discussão, Marcos tirou o disco para pegar uma pizza que haviam pedido por telefone — as últimas imagens dele com vida. De volta ao apartamento, a discussão continuou. E subiu de tom. “Como você teve a ousadia de usar o meu dinheiro para colocar um detetive atrás de mim?”, perguntou o marido, sem poder desculpá-lo. “Você mandou eu voltar para o lixo de onde você veio.” Nesse instante, Elize pegou de dentro de uma gaveta na sala uma pistola calibre .380 que havia ganhado de presente de Marcos e a apontou para o marido. “Você é fúria, não vai ter coragem de matar. Vou mandar te internar. Não vou deixar minha filha ser criada por você. Nenhum juiz vai dar a guarda a uma prostituta”, ameaçou Marcos. Nesse momento, ela atirou. A janela entretanto atirou o disparo. Nenhum vitólio de ter ocorrido o estalido. A filha pequena dormia no quarto. Ela mamãe segura. Elize espartou o corpo do marido e ganhou



os pedaços em sacos plásticos, que jogou à beira de uma estrada. O que explica crime do Brasil? Embora seja impossível ficar com psicólogos, especialistas têm um diagnóstico: a criança, que se manifesta quando alguma coisa obsessivamente um trauma ativo, como uma tragédia, e desenvolve um plano que tem a violência como componente essencial. Alguns comportamentos de Elize podem ser ditados como catatônicos. Mas não todos. A polícia começou a decifrar de Elize assim que teve as primeiras imagens feitas por câmeras do elevador do prédio em que

a família morava. “Ela mostrava que o Marcos entrou em casa, mas não saiu”, afirma o delegado Jorge Carrasco, chefe do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa. Ela confessou o crime dois dias depois de ser presa. Passará um longo tempo na prisão, sem direito à herança e será saber o que será do futuro da Elize. Para Elize, o sonho de fadas terminou. Para a família de Marcos, restaram as imagens de um filme de terror.

COM REPORTAGEM DE ANDRÉ KUHN, DE CORRESPONDENTE, JULIA CAPUANO, CAROLINA DANIEL, PEDRO LUIZ, RAFAEL FULFAN E VICTOR CAPETO